



**IBERSOL – SGPS, SA**

**Sociedade Aberta**

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9.º andar, 4150 – 146  
Porto

Capital Social : 20.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de  
matrícula e de identificação fiscal 501669477

**RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2012**

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS**

**RELATÓRIO GESTÃO**

1. Texto de abertura
2. Principais indicadores
3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
4. O ano de 2012
  - 4.1. Principais acontecimentos
  - 4.2. Enquadramento económico
5. O Grupo Ibersol
  - 5.1. Estrutura de participações
  - 5.2. Perfil estratégico do Grupo
  - 5.3. Órgãos Sociais
6. A actividade do exercício
  - 6.1. Portugal
    - 6.1.1. Restaurantes e Delivery
    - 6.1.2. Counters
    - 6.1.3. Travel
    - 6.1.4. Catering
    - 6.1.5. Outros Negócios
  - 6.2. Espanha
    - 6.2.1. Counters
    - 6.2.2. Delivery
  - 6.3. Angola
    - 6.3.1. Counters
7. Análise financeira consolidada
8. Riscos e incertezas
9. Acções próprias
10. Actividade do Membro Não Executivo do Conselho de Administração
11. Perspectivas
12. Distribuição de Resultados
13. Factos Subsequentes e Declaração de Responsabilidade
14. Agradecimentos

### 1. Texto de Abertura

2012 foi um ano de desafios, o segundo de reajustamentos resultantes do programa de austeridade consequente da ajuda externa que veio agravar as debilidades da economia. Como era expectável, os efeitos das medidas de austeridade acabaram por ter como efeito prático a forte contracção da liquidez, o aumento significativo do desemprego, a redução dos salários, com a consequente retracção no consumo.

Acresce que sendo Portugal um dos países da Europa em que a restauração mais contribuiu para o emprego e para economia, a decisão de aumentar a taxa do IVA do sector para o nível mais elevado do conjunto dos países europeus - ao nível da Grécia e Roménia, em contra-ciclo com as descidas que ocorreram na França e na Suécia, revelou-se, como era previsível, desastrosa para o sector e de consequências muito gravosas para o país.

O IVA é um imposto suportado pelo consumidor mas, dada a impossibilidade de o repercutir, a generalidade dos operadores viu-se confrontada com a necessidade de reduzir as suas margens, evitando transferi-lo para o consumidor, para obviar a uma maior redução da procura.

A espiral recessiva que o aumento da taxa do IVA na restauração causou na economia portuguesa foi um dos aspectos mais disruptivos que se sentiu - efeito que se pretendeu desvalorizar de forma imprudente - que teve consequências muito nefastas para o nível de emprego.

Esta alteração foi efectuada num período de grande incerteza, consequência de um conjunto de medidas muito duras, fortemente amplificadas pela cobertura mediática.

Este ambiente tem reduzido os níveis de confiança, tornando o processo de tomada de decisão do consumidor mais complexo e mais selectivo, conduzindo a uma efectiva redução da procura que evidencia, ainda, uma crescente alteração dos hábitos e ritmos de consumo. Cenário idêntico caracteriza o mercado Espanhol, embora a sensibilidade política às alterações da taxa do IVA na Restauração tenha ditado outras opções.

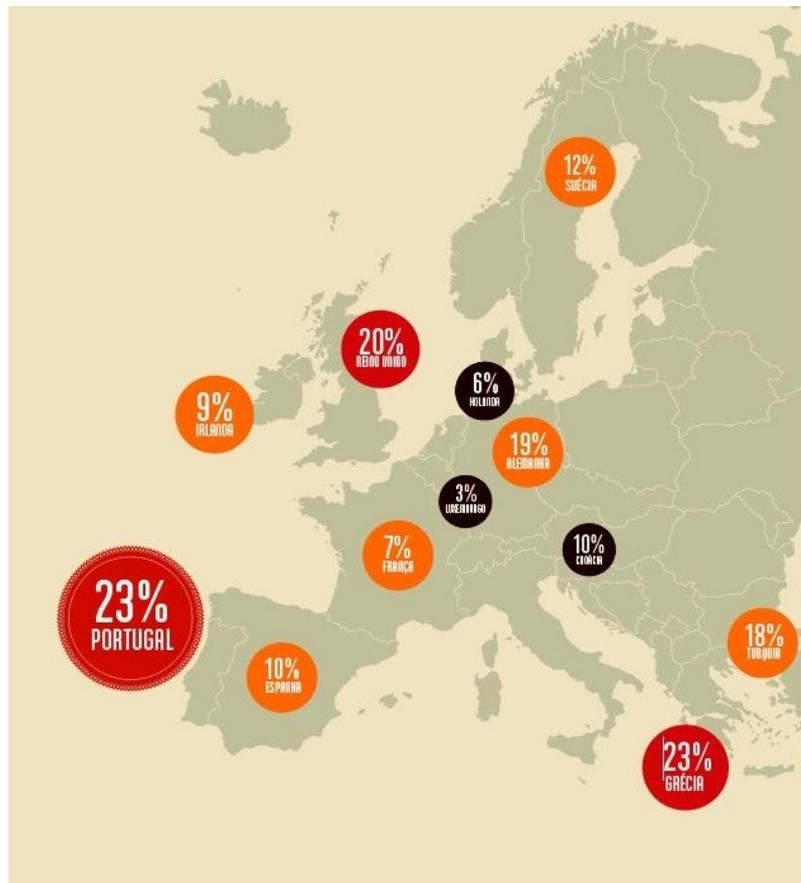
Para o Grupo Ibersol, o ambiente económico obrigou à assunção de uma postura centrada em três grandes eixos: o reajustamento e modernização do Portfólio, a valorização dos Recursos Humanos e finalmente o alargamento dos mercados em que actua, através da internacionalização para os Países de Língua Portuguesa e para o Continente Africano.

Em cada um destes eixos deram-se passo firmes para alcançar um novo horizonte de realização empresarial e social, por forma a melhor enfrentar os obstáculos decorrentes da forte diminuição da procura interna.

Num momento em que se pedem sacrifícios aos portugueses, é importante para a Ibersol - maior empresa multinacional portuguesa a operar na Restauração Moderna - garantir aos seus *stakeholders* uma visão de futuro centrada em pilares muito concretos de actuação: garantir Qualidade, Segurança e Robustez, tudo num contexto de sustentabilidade que é o grande eixo estratégico do Grupo.

Acrescentamos à matriz de Grupo multi-conceito, uma ainda maior visão multinacional e de internacionalização, como garantia de uma estratégia de investimento sustentável que nos permita num futuro próximo, enfrentar as oscilações das grandes zonas económicas, pela aposta em diferentes geografias e tipologias de mercado.

Aumento da Taxa de IVA em Portugal de 13% para 23%



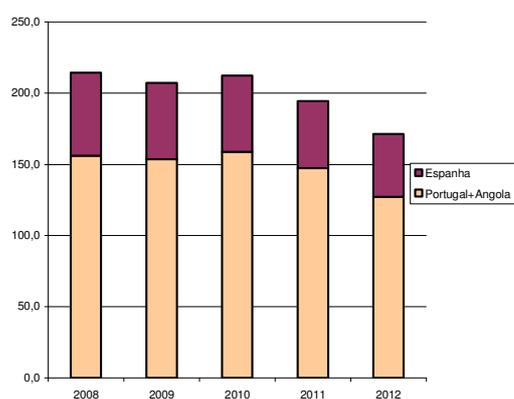
2. Principais Indicadores

**INDICADORES ECONÓMICOS 2012**

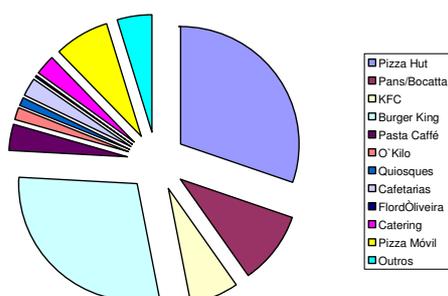
	Volume negócios	Resultados operacionais	Resultados antes impostos	Resultados líquidos
Mn Euros	171,3	5,6	3,4	2,7
Var %	-11,9%	-46,5%	-62,6%	-58,1%

Volume de Negócios e Nº Unidades

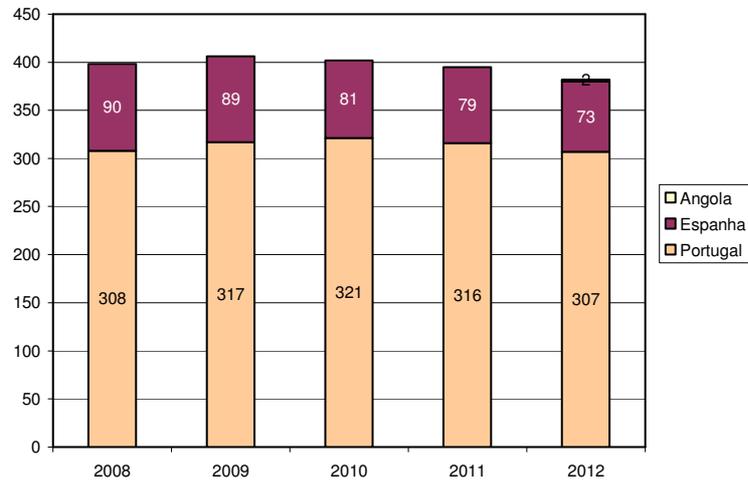
Volume Vendas (mn€)



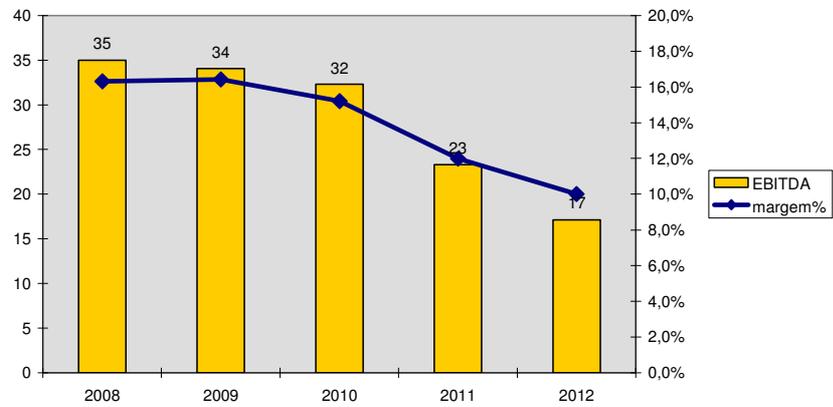
Mn €	2012	2011	Var. %
Portugal	127	147	-14%
Espanha	44	47	-6%
Angola	2		



Nº Unidades



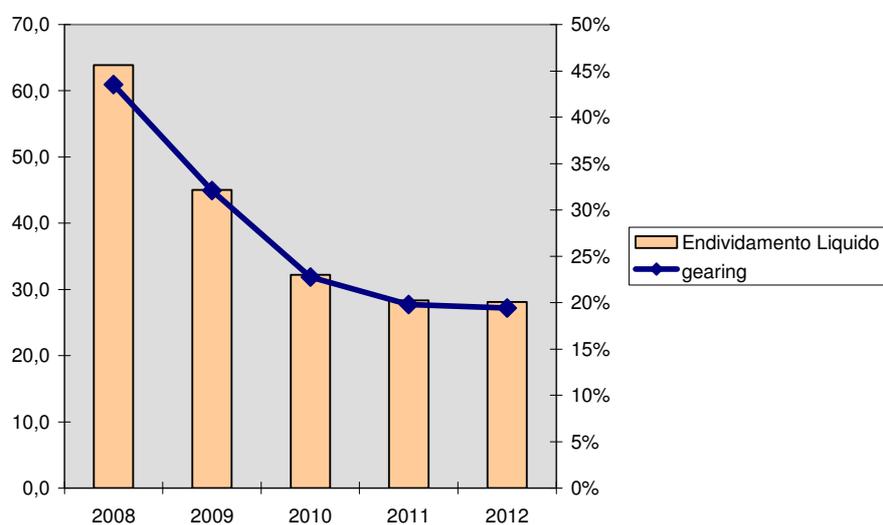
EBITDA (mn €)



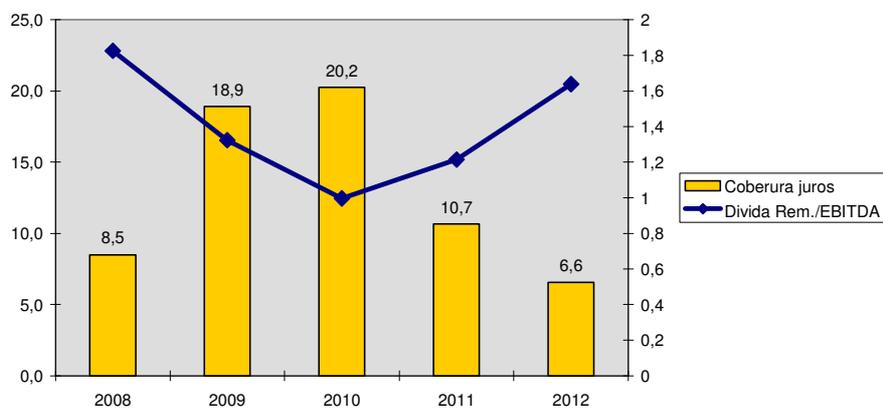
**INDICADORES FINANCEIROS 2012**

	Activo líquido	Endividamento líquido	Capital próprio
Mn Euros	224	28,1	111,9
Var %	-1,7%	-0,8%	1,4%

**ENDIVIDAMENTO LIQUIDO**



**Rácios Financeiros: Cobertura de juros e Dívida Líquida/EBITDA**



### **3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração**

Portugal é um dos países da Europa em que a restauração mais contribui para o emprego e para economia. Ao decidir agravar a taxa de IVA aplicada ao sector de 13 para 23%, num ambiente de retracção da procura interna, as autoridades sabiam que os operadores não poderiam aumentar os seus preços de venda por forma a manter as suas margens, que a procura continuaria a diminuir, pelo que era inevitável o encerramento e redução de actividade de muitos restaurantes, o que iria determinar um significativo acréscimo do desemprego no sector e o incremento da economia paralela.

Actualmente a taxa praticada pelo sector tem apenas a companhia dos congéneres da Grécia e da Roménia. Na França e na Suécia, com o objectivo de criar novos postos de trabalho, houve um movimento de sentido inverso traduzido numa redução substancial da taxa aplicável às operações do sector.

Lamentavelmente os nossos governantes vão desvalorizando as consequências nefastas das alterações que decidiram implementar, sem se preocuparem em percebê-las, medi-las e alterar a lei.

A forte retracção da procura, que estimamos em 15%, determinou que no termo do exercício, empregássemos 3727 colaboradores em Portugal, número semelhante ao do exercício de 2004. Ou seja, uma regressão de oito anos no processo de criação de emprego que sempre nos norteou, em resultado do decréscimo do número de unidades e da necessidade de estabelecer novos equilíbrios nas operações. Registamos, ainda, o decréscimo significativo nas saídas voluntárias de trabalhadores e a necessidade de eliminar ou reduzir a componente variável das remunerações, do que resultou uma diminuição dos salários.

Neste contexto de grande insensibilidade política à relevância do sector para Portugal, vemo-nos compelidos a reinventar todos os dias o modo como operamos para garantir um Grupo coeso e com uma visão de futuro. Procurando satisfazer a procura, temos feito um enorme esforço para ir ao encontro das necessidades dos portugueses, acompanhando os seus esforços neste período de austeridade. Podemos mesmo afirmar que essa foi a nossa primeira e principal missão em 2012.

No Grupo Ibersol tudo o que se faz tem um propósito, uma razão e um objectivo, assim o tenham também os sacrifícios que a política económica e financeira tem imposto aos portugueses, que não se pode esgotar na capacidade de captar recursos financeiros através do regresso aos mercados.

Acreditamos em Portugal, acreditamos nos portugueses e na sua força criadora que se evidencia por todo o mundo. Resta ao Estado e às instituições nacionais e internacionais, cumprir com os seus objectivos, nomeadamente os de criar condições que permitam o crescimento económico, que é a base fundamental para a criação de riqueza e de postos de trabalho.

É preciso perceber porque caminhamos num determinado sentido e que objectivos pretendemos alcançar.

A retracção da procura era algo que perspectivávamos, ainda que a sua intensidade nos tenha surpreendido. Por isso, procuramos alargar os horizontes do Grupo - apostando em novos mercados – acrescentando à nossa matriz de Grupo multi-conceito, uma ainda maior visão multinacional, para garantir uma estratégia de investimento sustentável que nos permita, num futuro próximo, enfrentar as oscilações da zona económica em que nos situamos.

Depois de muito esforço e tenacidade inauguramos as nossas primeiras unidades em Angola, onde temos como objectivo atingir uma relevante posição no mercado nos anos vindouros.

Pelas características do país e estado de desenvolvimento vai ser uma longa viagem, com bastantes escolhos, mas onde perspectivamos poder satisfazer uma procura crescente para os nossos produtos e um importante eixo de desenvolvimento do Grupo.

#### 4. O ano de 2012

##### 4.1 Principais acontecimentos

###### A modernização do Portfólio de unidades e o seu reajustamento

A modernização do Portfólio e a continua renovação dos conceitos que operamos são dois movimentos que marcaram a nossa actividade.

Como o Grupo tem uma visão de longo prazo, foi dada continuidade, quer em Portugal como em Espanha, à política de renovação dos restaurantes tornando-os mais modernos e atractivos. Neste contexto, destacam-se as modernizações levadas a cabo nas marcas Pizza Hut - com introdução de novas propostas ao Consumidor no domínio da experiência, no ambiente e serviço, na KFC - com a materialização da assinatura Sogood, e na Burger King - com a modernização de unidades, quer no Continente quer nas regiões autónomas - o *Remodelling 20/20* e a introdução de novas propostas como o *Play King Virtual*, na linha das orientações da Burger King.

Também em Espanha, a modernização do portfólio abrangeu um número significativo de unidades, na linha da estratégia global da Marca que tem por objectivo concluir um plano de remodelação de quase 100 restaurantes.

Depois de lançamentos como o Flor d'Oliveira, o Clocks com a assinatura do Chef Chakall, e de conceitos como o Spoon Café e o Oregano, o Grupo lançou um novo conceito denominado Miit, que recolheu de imediato uma boa aceitação. O Miit é um conceito, em *counter*, que responde a uma forte tendência dos consumidores portugueses que estão cada vez mais atentos e conscientes da necessidade de optarem por soluções de alimentação mais cuidada e equilibrada. É uma proposta de restauração centrada em factores fortes de diferenciação: especialista em carne grelhada muito saborosa, com inclusão de carnes brancas, de elevada qualidade e autenticidade.

###### A Valorização das Equipas de Direcção na Operação

Em 2012 foi dado um passo muito importante na valorização dos recursos humanos, através de um programa que pretende desenvolver futuros líderes em diferentes níveis de Direcção (Gestores de Turno, Directores de Loja, Coordenadores e Directores de Mercado). Para tal, lançaram-se as bases para a implementação de processos que possibilitam uma maior preparação e melhor formação das equipas dos restaurantes:

- um novo processo de reposicionamento e aprofundamento do papel do Gestor de Turno
- o desenvolvimento de uma nova função na estrutura das marcas – Gestor de Mercado - responsável pelo marketing, análise e intervenção local
- um novo processo de formação “*on line*” das diferentes equipas dos restaurantes, assegurado pelo Director do restaurante, com o coaching do Director Coordenador

Este novo processo de formação está alinhado com o projecto *Learning Zone*, a plataforma de aprendizagem “*on line*” utilizada pela YUM, empresa franquiadora das Marcas Pizza Hut e KFC.

A implementação dos dois primeiros modelos de actuação foi iniciada na Insígnia Burger King em Portugal e Espanha.

No novo processo de reposicionamento do Gestor de turno, em alinhamento com a marca Burger King, a aprovação dos formadores dos restaurantes tem um papel fundamental, que assenta no conceito RESTAURANTE ESCOLA, como Escola de Formação.

Esta fórmula permite a formação *ON JOB* e o acompanhamento em contínuo e destina-se, quer à formação de líderes, quer à recertificação das equipas actuais.

Na nova função de Gestor de Mercado, a presença de um elemento mais sénior no acompanhamento e intervenção local possibilita, em contínuo, uma maior preparação do Responsável de Unidade para actuar de forma adequada no mercado envolvente.

A *Learning Zone* é uma plataforma de aprendizagem “*on line*” que permite diversas funcionalidades, nomeadamente o armazenamento, gestão e exportação de conteúdos, a realização de cursos online e respectivas avaliações e a organização de reuniões virtuais.

Este novo formato *online* confere uma maior objectividade e interactividade à aprendizagem, o aumento da autonomia dos formandos - identificando as necessidades de formação no momento - o acompanhamento da formação, bem como o desenvolvimento de competências de *coaching* e *team building*, em tempo real, com a consequente redução dos custos associados à deslocação dos intervenientes e impressão de materiais.

Assim, torna-se possível que os formadores/equipas de Direcção estejam concentrados no acompanhamento da formação *On the Job* e mais focados nos resultados.

Estes processos vêm reforçar a preocupação do Grupo em compreender os comportamentos de diferentes tipologias de clientes no seu processo de decisão e, com todos os elementos focados e envolvidos na discussão dos problemas de cada unidade, otimizar as propostas de valor.

### **A Internacionalização para os Países de Língua Portuguesa e para o Continente Africano**

O Ano de 2012 marca o arranque da internacionalização do Grupo Ibersol nos Países de Língua Portuguesa e no Continente Africano.

Em Agosto foi inaugurada a primeira KFC em Angola, que foi a primeira cadeia de restauração moderna global a chegar ao país. O primeiro restaurante, localizado junto ao aeroporto de Luanda, conta com esplanada e *drive thru*, é um edifício marcante e moderno, com três pisos, que oferece uma vista desafogada para o aeroporto e para a movimentada 21 de Janeiro e um ambiente que proporciona um grande conforto aos clientes.

A entrada da KFC em Angola foi estudada durante 4 anos, na sequência de um convite formulado pela Yum (proprietária da marca) e o compromisso assumido pela Ibersol de implementar o conceito de acordo com as melhores práticas internacionais, através de jovens quadros angolanos, devidamente enquadrados por expatriados, por forma a poderem evoluir para as diferentes funções da empresa.

O projecto de investimento aprovado pela ANIP, de cerca de 5 Milhões de USD, foi quase totalmente realizado com a abertura em finais de Outubro da segunda unidade, localizada no Belas Shopping. Neste momento a equipa Ibersol em Angola abrange 87 empregados, dos quais 7 expatriados e 80 angolanos.

A abertura dos primeiros restaurantes em Angola está integrada na estratégia do Grupo para África, que tem como objectivo estar presente em diferentes Países de Língua Portuguesa, num momento em que o potencial de crescimento destes países parece querer começar a concretizar-se.

### **4.2 Enquadramento económico**

#### **Situação a nível mundial**

No ano de 2012 o PIB mundial cresceu cerca de 3,2%, confirmando a esperada desaceleração face a 2011 (3,9%).

No último trimestre do ano assistiu-se a uma retoma gradual da actividade económica, tendência que se deverá manter e consolidar em 2013, estimando-se um crescimento global de 3,5%, sendo as economias dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento os principais motores do crescimento (5,1% em 2012 e uma estimativa de 5,5% para 2013).

Em ano de eleições, nos Estados Unidos da América, verificou-se um crescimento de 2,3%, sendo de prever uma ligeira travagem em 2013, com o PIB a crescer 2%, antecipando os efeitos que a necessidade de adopção de uma política fiscal mais restritiva pode provocar no consumo das famílias e no mercado de emprego.

A intensificação da crise de dívida soberana, a reestruturação da dívida grega, a maior intervenção do BCE, o alargamento da recessão económica e o desacordo sobre as verbas do orçamento comunitário foram factos marcantes que mantiveram a Europa e a Zona Euro no centro das atenções do mundo.

Apesar da confiança dos agentes económicos ter vindo a melhorar de forma sustentada, indiciando que muito provavelmente o ponto mais baixo do ciclo económico já terá sido transposto, a realidade dos números evidencia que a actividade económica na Zona Euro contraiu 0,4% em 2012 e a projecção para 2013 aponta para uma nova redução na ordem de 0,2%.

Com a economia francesa próxima da estagnação, a recessão vai continuar a fustigar a Espanha e a Itália, enquanto a Alemanha verá abrandar o crescimento da sua economia de 0,9% em 2012 para 0,6% em 2013.

Os riscos de recrudescimento das tensões sociais nos países do sul da Europa adensam a incerteza sobre a evolução no curto prazo.

#### **Situação em Portugal**

O ano de 2012 confirmou o pior dos cenários recessivos para a economia portuguesa, com o PIB a contrair 3,2% no conjunto do ano (-3,8% no quarto trimestre), consequência directa da enorme redução da procura interna (superior a 7%).

Apesar do contributo positivo das exportações, que atenuou uma redução ainda mais pronunciada da actividade económica, a queda abrupta do consumo privado (-5,5%), do consumo público (-4,5%) e do Investimento (-15,5%) precipitaram o país na maior recessão desde 1975.

Em 2013 vai continuar o processo de ajustamento da economia portuguesa, estimando-se uma queda do produto na ordem de 2,2%.

O esforço de consolidação orçamental vai prosseguir, sobretudo pela via da receita, com agravamento da tributação dos rendimentos das famílias.

A políticas de austeridade conjugada com a quase ausência de investimento público e privado, vão continuar a condicionar decisivamente a actividade económica e a aumentar o nível de desemprego, que deverá crescer significativamente, fazendo engrossar o contingente das famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza.

O regresso aos mercados financeiros de emissão de dívida, já em 2013, foi um facto positivo que poderá contribuir para a redução dos custos de financiamento do sector produtivo. Todavia o cenário macroeconómico continua muito frágil.

### **Situação em Espanha**

Em 2012 a economia espanhola regressou a um cenário recessivo, com o PIB a reduzir 1,3%, admitindo-se que em 2013 o ritmo da contracção possa acelerar para 1,6%, com o ponto mais baixo do ciclo económico a ser atingido no primeiro trimestre.

Não se confirmaram as expectativas iniciais de um crescimento moderado da actividade económica em 2012, fundamentalmente devido ao comportamento negativo de todas as componentes da procura interna.

Os cortes nos subsídios de Natal dos funcionários públicos, reduzindo o rendimento das famílias, o aumento do IVA e o agravamento do desemprego, contribuíram para a redução do consumo.

A necessidade de redução do défice do Estado obrigou ao corte na despesa pública, tendo a diminuição da procura e a incerteza sobre a retoma da economia conduzido à paralisia do investimento.

Para 2013 espera-se um cenário depressivo em tudo semelhante, mantendo-se as exportações como único factor positivo, com um crescimento esperado na ordem de 4% (3,7% em 2012).

A taxa de desemprego deverá registar um máximo histórico de 26,5% (24,9% em 2012).

### **Situação em Angola**

Os dados recentes publicados pelo FMI apontam para um crescimento de 6,8% da economia angolana em 2012 e uma previsão de desaceleração para 2013 (5,5%).

O desempenho ficou aquém das expectativas iniciais (9,7%), tendo sido negativamente influenciado por factores internos - a seca que tem afectado a produção agrícola e o adiamento da produção de gás natural liquefeito - e por factores externos - o agravamento da crise do euro e a lenta recuperação da economia americana.

Em Março de 2012 foi dado por concluído o Acordo Stand-By (SBA) firmado com o FMI em 2009, que permitiu alcançar uma posição macroeconómica mais estável durante os três anos em que esteve em vigor.

Apesar dos progressos bem visíveis, Angola enfrenta ainda alguns desafios na gestão das finanças públicas, revitalização da agricultura, industrialização da economia e diminuição do nível de pobreza.

Os principais sectores dinamizadores do crescimento da economia não petrolífera continuarão a ser a construção, a energia e os transportes, que beneficiarão do aumento do investimento público.

Quanto ao sector petrolífero, prevê-se um aumento da produção diária de 1,6 para 1,8 milhões de barris.

Angola está numa fase de transição para uma economia mais diversificada, que reduzirá a vulnerabilidade que decorre de uma dependência excessiva face ao sector petrolífero.

### **Nota Final**

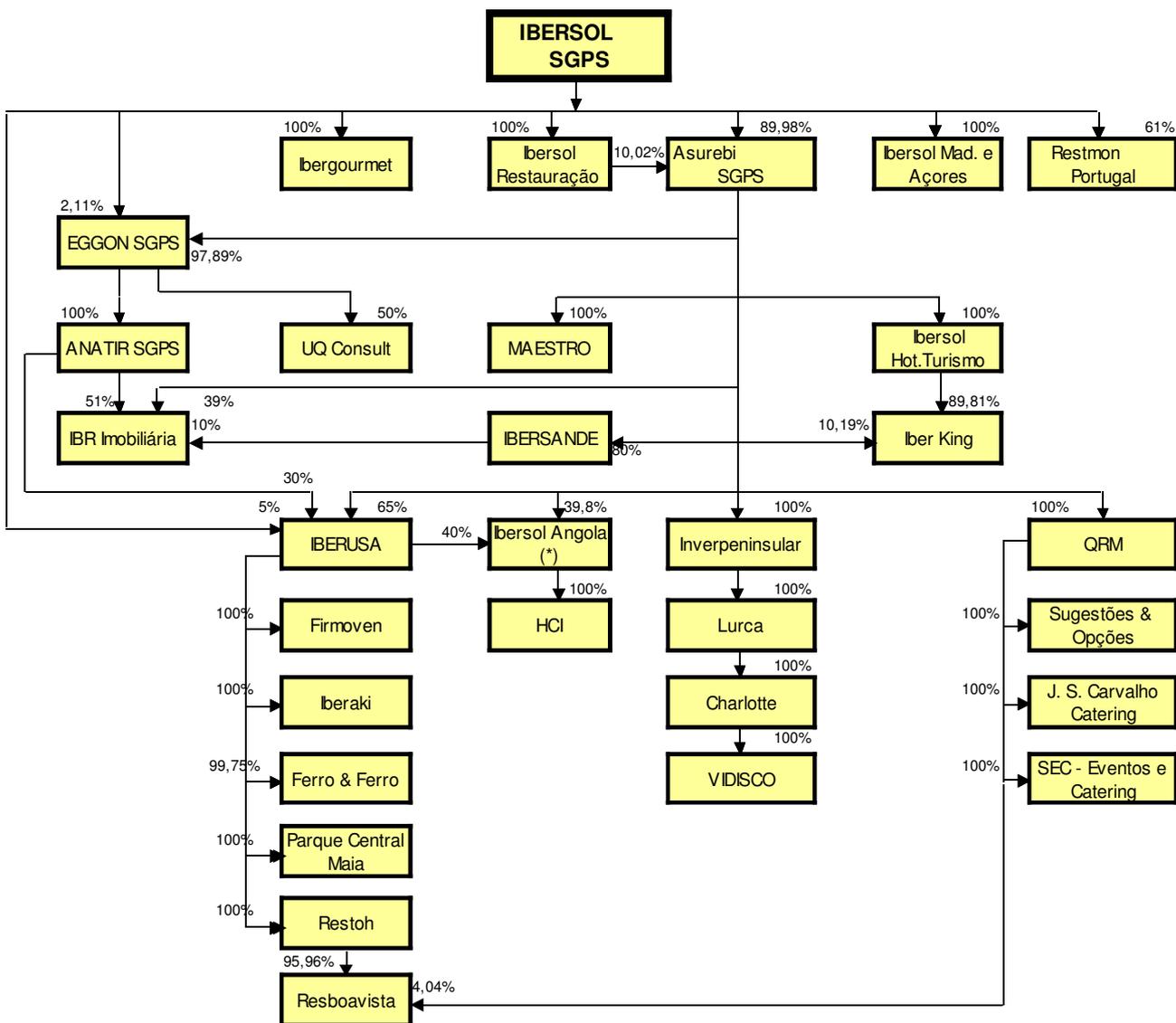
A retoma do crescimento mundial está fortemente condicionada pelas políticas públicas adoptadas pelos governos das principais economias desenvolvidas.

O maior factor de risco reside na incerteza sobre a evolução da Zona Euro e do seu impacto na economia portuguesa: manter-se-ão as políticas de austeridade e de restrição da despesa, tendo por objectivo único a consolidação orçamental e o equilíbrio das contas externas, ou iremos assistir à introdução de políticas equilibradas de estímulo à economia, que permitam criar empregos e relançar a actividade económica, sem descuidar a necessidade de redução dos défices e do endividamento?

5. O Grupo Ibersol

5.1 Estrutura de participações

PARTICIPAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012



(\*) Restantes accionistas: ANATIR SGPS (10%), EGGON SGPS (10%) e IBERSOL SGPS (0,2%)

### 5.2 O perfil estratégico do Grupo

#### **GARANTIR AS BOAS EXPERIÊNCIAS E QUALIDADE DE VIDA**

Nunca como hoje a valorização das boas experiências e a qualidade de vida foram tão importantes para os nossos Clientes. Sabemos que fazemos parte integrante da vida de milhões de pessoas e, por isso, elas estão no centro das nossas atenções. O Grupo procura garantir uma oferta diversificada que possibilita aos consumidores experiências variadas em qualidade e sabor. Do pequeno-almoço ao almoço, do lanche ao jantar, durante a semana ou fim-de-semana, numa paragem a meio de uma viagem de automóvel, antes da partida de um comboio ou de um voo pela noite dentro, grande parte da vida das pessoas é feita fora de casa e o Grupo Ibersol procura proporcionar momentos de bem estar aliados a uma alimentação equilibrada, cuidada e adequada ao estilo de vida dos portugueses. Também hoje, mais do que nunca, precisamos de prosseguir políticas muito exigentes no que respeita a aspectos funcionais como o Produto e a Segurança Alimentar, a base firme da oferta das marcas como garante de uma relação de confiança que tem décadas.

#### **FOCAR AS ENERGIAS NA RELAÇÃO COM O CLIENTE**

Num momento em que os consumidores continuam a ver reduzido o seu rendimento disponível, aumentou a exigência no consumo fora de casa. O seu valor percebido tem de ser cada vez maior, quer pela proposta de valor quer pela experiência proporcionada.

Para satisfazer estas novas exigências, aperfeiçoamos a organização das nossas unidades, os sistemas de informação e a abordagem sistémica que garante a identificação de grandes *clusters* de consumidores e de segmentos de restaurantes, de acordo com as diferentes envolventes e comportamentos. Prosseguimos, igualmente, com uma política activa de *Value-Based Pricing*, que se traduz numa adequação dos preços da oferta aos benefícios proporcionados, respeitando a heterogeneidade dos consumidores e dos mercados.

O Grupo Ibersol procura, todos os dias, viver a experiência do relacionamento com os seus Clientes e acompanhar, respondendo às tendências do 'novo' consumidor. Recorre, por isso, aos meios mais adequados e actualizados que lhe permitam obter um conhecimento aprofundado da realidade envolvente.

#### **UMA REDE SOCIAL DE VALOR ACRESCENTADO AO CONSUMIDOR**

Viver a experiência do relacionamento com os seus Clientes é um desafio que a Ibersol coloca todos os dias aos seus colaboradores, como matriz de uma rede social.

O Grupo Ibersol possui, a nível Ibérico e agora também em África, uma rede de relações emocionais e de confiança, que se estabelece entre os colaboradores e Clientes, a cada minuto do trabalho.

Criar continuamente condições para que a equipa Ibersol seja portadora dessa relação de valor acrescentado com o Cliente – ligando-se, comunicando de forma relevante, com atenção e dedicação – é um princípio que o Grupo pretende ver integrado no seu DNA. Para cumprir esse desiderato, investe continuamente nas competências das suas equipas, especialmente dos Gestores de Unidade, dos Gestores de turno e na sua responsabilização pela interacção com o Cliente.

São estes Gestores a linha da frente da identificação das mudanças do perfil de consumo, que procuram “ler” as expectativas e as realidades em mudança e que as transmitem, para serem incorporadas em novas propostas de valor. O Grupo descentralizou também as valências relacionadas com a Certificação de Qualidade e, neste âmbito, consolidou nos

Gestores competências ao nível do conhecimento e verificação das normas de qualidade.

### **PROCESSOS GLOBAIS DE GESTÃO E PLANEAMENTO LOGÍSTICO**

O Grupo Ibersol organizou uma cadeia de abastecimento que garante a qualidade dos produtos que comercializa, desde o fornecimento até à venda, passando pela logística.

É um corpo único, homogéneo, que se agiliza todos os dias através de uma política activa de qualidade e certificação.

A centralização da cadeia de abastecimento que suporta a operação em Portugal e Espanha foi alargada à operação em Angola, possibilitando ganhos de eficiência e produtividade, quer no processo propriamente dito, quer na relação com os parceiros de negócio.

A preocupação de não comprometer a qualidade em função do preço é uma directriz que não comporta excepções. Por isso, através da melhoria contínua dos processos de gestão de recursos e bens a Ibersol pretende manter relações duradouras e consistentes com os parceiros fornecedores.

Num cenário de particular dificuldade para os agentes económicos, em particular para os fornecedores nacionais, o Grupo Ibersol leva a cabo uma política activa de acompanhamento, promovendo o desenvolvimento das suas competências, com especial incidência nos que asseguram o aprovisionamento de produtos específicos “*taylor made*” para a operação de algumas marcas.

Em conjunto, pretende-se atingir melhorias de eficiência, com níveis mais elevados de rigor, exigência e competitividade, assumindo um papel activo no desenvolvimento das políticas e práticas dos parceiros e fornecedores, especialmente dos de menor dimensão, abrindo-lhes a possibilidade de expansão aos mercados em que o Grupo opera.

### **A EXCELÊNCIA NA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR**

O Grupo Ibersol prossegue uma estratégia de excelência na qualidade e segurança alimentar e ambiental, comprovada pela certificação de toda a sua operação - os seus restaurantes e serviços - pela norma ISO 22000, o padrão internacional em segurança alimentar atribuído pela APCER.

As práticas do Grupo Ibersol excedem em muito os *standards* do mercado, por força do desenvolvimento activo de programas, no âmbito da segurança alimentar e nutrição, nomeadamente a adopção dos mais elevados padrões no âmbito das práticas de frituras, a monitorização dos níveis de sódio ou a introdução de propostas nutricionais para grupos específicos como as crianças, os seniores ou os vegetarianos.

No âmbito do programa “Viva Bem”, um modelo de informação para a saúde desenvolvido exclusivamente pelo Grupo, são dados passos constantes e muito concretos em acções que materializam a sua missão.

Assim, desde a total adequação dos menus infantis das marcas integrantes deste programa e a comunicação associada aos mesmos, passando pelo apoio a iniciativas de desporto juvenil e escolar, o programa “Viva Bem” é uma realidade diária nas práticas de formação para a saúde dos consumidores.

Do Dia da Mãe ao Regresso às Aulas, no próprio website [www.vivabem.pt](http://www.vivabem.pt), mas especialmente em acções tão enriquecedoras como as “Cozinhas Abertas para as Escolas” e este ano com o lançamento de Roteiros periódicos informativos, este programa presta apoio activo em questões de nutrição, saúde, actividade física e bem-estar.

### **A FORMAÇÃO IBERSOL COMO ESCOLA PARA A VIDA**

O negócio na Ibersol assenta em pessoas e, por isso, a sua qualificação é fundamental para o seu sucesso.

A Ibersol aposta na formação dos seus colaboradores, todos os dias, desde o primeiro dia.

Num cenário de marcada contenção económica, em que o consumidor viu reduzido o seu poder de compra, aumentando inevitavelmente a sua exigência na seleção de produtos e serviços, a formação dos colaboradores torna-se ainda mais importante. É através do reforço desta formação que a Ibersol pretende superar a qualidade do serviço prestado e manter-se na vanguarda da excelência.

No Grupo Ibersol, todas as pessoas têm formação em Standards de Saúde e Segurança, Produto e Serviço, para garantir que as refeições sejam servidas por colaboradores atentos, com toda a qualidade, segurança e o sabor que os Clientes apreciam!

Por via da aposta em Programas de Formação para cada estágio de carreira, a Ibersol promove, nas suas Equipas de Direção, o desenvolvimento dos conhecimentos e competências necessários ao desempenho da função, devidamente alinhados com as directrizes de Gestão instituídas. Estes programas permitem aceder a estádios de carreira mais elevados, prevendo não apenas uma certificação inicial na função à qual se destinam, mas também uma recertificação periódica, garantindo que as competências adquiridas permanecem consolidadas.

Para além da formação destinada a melhorar a eficiência das operações, o Grupo procura alargar o horizonte dos seus colaboradores, incentivando-os a participar activamente num Programa de Construção de Carreira e noutros que lhes permitam aceder a qualificações específicas.

A construção da carreira é encarada como um processo de desenvolvimento e apoio das vocações, em ambiente de trabalho, possibilitando o desenvolvimento dos colaboradores através de oportunidades de progressão e desempenho em várias funções na organização.

Esta fórmula permite a formação “*on job*” e abrange ainda o programa de qualificação dos Quadros, que o Grupo denominou “Escola Ibersol”, e que promove a qualificação académica, nomeadamente:

- desenvolvendo nos participantes competências susceptíveis de lhes permitirem implementar estratégias e acções, de forma a responderem às necessidades de desenvolvimento do Grupo Ibersol;
- promovendo o desenvolvimento de carreira dentro do Grupo;
- aumentando a qualificação académica dos participantes no programa.

### **UMA POLÍTICA ACTIVA DE GESTÃO DE RECURSOS E RESPEITO PELO AMBIENTE**

O controlo dos custos também é um processo de reinvenção e mudança.

É preciso repensar as equipas, as energias, os consumíveis, os produtos, os desperdícios e, sobretudo, interiorizar uma forte preocupação com a mudança de processos e formas de fazer. Essa realidade tem levado o Grupo a redefinir o perfil do colaborador, optimizando a gestão do tempo, dos processos e dos recursos.

Por isso, o Grupo Ibersol continua a consolidar políticas de boas práticas na gestão dos recursos, nomeadamente na área dos consumos de energia, com resultados muito expressivos.

Esta política tem efeitos colaterais positivos, pois a sensibilização para a adopção de medidas de utilização racional de electricidade conduz a que as mesmas sejam alargadas a outros consumos.

Como expoente máximo desta realidade sustentável está o “Programa de Reciclagem de Óleos Alimentares Usados”, em conjugação com a indústria do Biodiesel.

### **5.3 Órgãos Sociais**

#### **Conselho de Administração:**

Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;  
Vice - Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;  
Vogal – Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero;

#### **Comissão Executiva:**

Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;  
Vice - Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

#### **Conselho Fiscal:**

Presidente – Dr.<sup>a</sup> Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;  
Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;  
Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;  
Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

#### **Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:**

Pricewaterhousecoopers & Associados – SROC, LDA.:  
Representada por Dr. Hermínio António Paulos Afonso (ROC)

#### **Membros da Mesa da Assembleia Geral:**

Presidente: Dr.<sup>a</sup> Alice de Assunção Castanho Amado  
Vice-Presidente : Dr.<sup>a</sup> Anabela Nogueira de Matos  
Secretária: Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Moreira Araújo

#### **Secretário da Sociedade:**

Secretário Efectivo - Dr. José Carlos Vasconcelos Novais de Queirós  
Secretária Suplente – Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Moreira de Araújo

## **6. Actividade do Exercício**

### **6.1 Portugal**

#### **6.1.1 Restaurantes e Delivery**

##### **PIZZA HUT**

Em 2012 e em alinhamento com a YUM, empresa franquiadora da Marca Pizza Hut, iniciamos o processo de separação das duas linhas de negócios da marca: restaurantes e delivery.

Este movimento vai permitir uma maior especialização dos processos, do serviço e das competências das equipas, bem como um posicionamento mais claro e competitivo de ambas propostas de valor.

Em 2012 definimos os parâmetros de ambos os negócios, tendo como objectivo, no final de 2013, implementar os conceitos de forma mais clara.

Nesta definição é já clara a separação de 25 restaurantes e 17 unidades delivery. Outras unidades, pela sua maior complexidade e contribuição para ambos os negócios, estão ainda sob análise.

Este percurso para além de otimizar processos inerentes à operação e serviço, contribuirá para uma maior satisfação do cliente em ambos os contextos de consumo.

Neste processo de reestruturação, a Pizza Hut concluiu o exercício de 2012 com um volume de vendas de 49,4 milhões de euros.

Continuando a sua política de investimentos na reformulação do parque de lojas, procedeu à remodelação da imagem das unidades do Funchal e do Centro Vasco da Gama, converteu a unidade do Maia Plaza no novo restaurante do Maia Parque e encerrou 4 unidades: Amadora Continente, Vila da Feira, Quinta Lambert e Tapada das Mercês, terminando o ano de 2012 com 95 unidades.

##### **RESTAURANTE**

De acordo com o posicionamento "*Fun and Friendly*", a marca lançou, em Janeiro, uma nova experiência de comer pizza, o Rodízio de Pizzas. Este foi sem dúvida o grande sucesso de 2012. Para o comemorar a Pizza Hut lançou, no final do ano, o Rodízio *All Stars*, onde juntou todas as Pizzas estrela da marca num único rodízio, elevando a experiência a um outro patamar.

As duas grandes presenças em TV, ambas com forte reconhecimento por parte dos Clientes, foram marcadas pelo lançamento do Rodízio de Pizzas, em Janeiro e Fevereiro e, em Junho, Setembro e Outubro, pela campanha *Ultimate Portuguesa*, em que o Cliente tinha acesso à especialidade *Rolling Pizza* com o tradicional ingrediente português, o chouriço, a um preço convidativo.

Reforçando o programa de inovação, destacam-se o lançamento da nova imagem da

ementa de restaurante, com alargamento da oferta nas Saladas, Pastas e Calzones, o sucesso da nova especialidade para sobremesa, *Cookie Dough*, e das Pizzas Tuscani – finas e estaladiças ao verdadeiro estilo italiano.

Reforçando o posicionamento de restaurante para as famílias, com o lançamento da primeira ementa infantil, a Pizza Hut lançou o programa “Hut Aprender”, que promoveu junto das escolas a experiência única das crianças se tornarem verdadeiros “Especialistas de Pizzas”. Através desta experiência as crianças aumentam o grau de conhecimento da marca criando laços afectivos duradouros. Sempre presente junto do público mais jovem, a Pizza Hut marcou novamente presença, com a sua unidade móvel, na Queima das Fitas do Porto e nos Festivais de Verão Optimus Alive, Optimus Porto, Marés Vivas e Paredes Coura, e também no evento Sapo Codebits, como parceiro para a área alimentar. Durante o ano de 2012, a marca dinamizou alguns espaços em vários Restaurantes, com o objectivo de proporcionar diferentes experiências aos seus Clientes. Instalamos balizas e os estádios em cinco restaurantes da marca, com o objectivo de elevar a festa do futebol a um outro patamar para aqueles que assistiram aos jogos do Mundial num restaurante Pizza Hut. A animação infantil na época de Verão, com balões, magia e malabarismo, todos os domingos à tarde em alguns restaurantes da marca, é também um exemplo deste dinamismo.

Na área dos processos internos, registamos a manutenção da certificação na norma ISO 22000, das unidades da Foz, Norteshopping, Matosinhos, Dolce Vita Antas e Colombo, o que evidencia o cuidado e exigência que a Equipa da Marca coloca na Segurança Alimentar dos seus Clientes.

Segundo o “Estudo Mercado Restauração 2012”, a Pizza Hut registou no exercício o reconhecimento por 98% da população portuguesa, sendo líder em Portugal no *ranking* de páginas portuguesas na área da restauração do Facebook com mais de 200.000 fãs.

### **DELIVERY**

O negócio de *Delivery* da Pizza Hut concluiu o exercício com 53 lojas, com o serviço de entrega ao domicílio a assegurar uma cobertura de 1.563.212 habitações nos mercados de maior concentração populacional.

Na contínua política de reformulação do parque de lojas, procedeu ao encerramento das unidades localizadas nas Galerias Lambert e na Tapada das Mercês, garantindo, no entanto, a manutenção da cobertura da área de distribuição pelas unidades de Avenida de Berna, Telheiras, Odivelas Deltas, Retail Parque e Sintra CP.

Durante o ano de 2012, assumindo o posicionamento de Partilha e Inovação de Produto, a marca criou a nova experiência de “*Full Meal*”, e em Março, lançou o produto “*All in the Box*”, constituído por uma Pizza Média com um ingrediente, uma Lasanha de Carnes Mistas, Pão de Alho e Asas de Frango, num novo *packing* – uma caixa com dois andares.

Ainda no campo da Inovação de Produto, a *Ultimate Rolling* (associada ao Campeonato Europeu de Futebol 2012), a *Rolling Hot Dog* e a *Rolling Creamy Cheese* (especialidade com queijo fundido no rebordo), foram estrelas na comunicação com os Clientes, sobretudo através da distribuição de folhetos porta a porta na área de cobertura do serviço. A marca deu ainda seguimento à estratégia de diferenciação da concorrência com a comunicação de um “*Price Point*” para o *Target* Alvo de duas pessoas. Paralelamente, o Menu a 2 e o Menu Xmas foram exemplos de uma oferta reconhecida pelos consumidores.

Continuando a aposta na comunicação nos diferentes canais de venda disponíveis, 10% dos pedidos registados foram efectuados através de plataformas alternativas (Internet e SKYPE) ao centro de atendimento telefónico de encomendas.

Na área dos processos internos, mantivemos a certificação na norma ISO 22000. A unidade de Matosinhos (como loja especialista e vocacionada na entrega ao domicílio) revela o

cuidado e exigência que o negócio de Delivery coloca na Segurança Alimentar.

### PASTA CAFFÉ

O Pasta Caffé operava, no final do exercício, 16 unidades em Portugal e 2 em Espanha, após o encerramento da unidade de Zaragoza. Em Dezembro, a marca contava com 193 colaboradores. Em 2012, apesar do ambiente adverso, o Pasta Caffé realizou importantes ajustamentos na generalidade da sua estrutura de custos. O volume de negócios em Portugal atingiu os 5,07 milhões de euros, enquanto em Espanha a marca vendeu 880 mil euros.

O ano foi marcado pelo lançamento de especialidades e de diferentes propostas, por forma a dar resposta à quebra do poder de compra dos nossos clientes.

O Pasta Caffé assumiu com os seus Clientes um posicionamento de restaurante italiano acolhedor (*casa di famiglia*), uma referência no serviço à mesa, uma marca capaz de ser recordada pelos seus pratos especialidade (*stupendo*), decoração típica e serviço próximo com um preço adequado.

A partir de Abril, a marca lançou uma oferta vocacionada para o almoço, o *Buffet*, destinado a satisfazer os Clientes que procuram uma oferta variada e rápida a um preço competitivo. Ao longo do ano esta proposta, muito bem aceite pelos consumidores, foi disponibilizada em 8 restaurantes, localizados na Grande Lisboa e no Grande Porto.

Durante o ano, na maioria dos restaurantes, a marca realizou três fortes acções, denominadas Temporadas, que permitiram criar novos momentos de partilha: Rodízio de Pastas, Temporada do Risotto e Temporada do Calzone. Nestas acções foi reforçado o posicionamento de diferenciação enquanto *ristorante italiano*, tendo-se investido numa comunicação mais envolvente, com uma imagem mais sugestiva, verdadeiramente inspiradora.

Para comemorar os dias festivos (Dia dos Namorados, Dia do Pai, Dia da Mãe, Dia da Criança, S. João no Porto e Passagem de Ano) foram criadas diferentes propostas e acções de comunicação que envolveram a elaboração de diferentes materiais gráficos, decoração e ambientes alusivos ao dia em questão, passatempos no Facebook e oferta de produtos aos Clientes.

O reforço da comunicação e agressividade comercial foi uma das prioridades do plano de marketing, com o objectivo de captar novos *targets* e aumentar a fidelização, já que os Clientes reduziram a frequência de visita e o valor médio despendido por refeição. Em resposta, o Pasta Caffé reformulou as suas propostas para o almoço e para o jantar de semana, nas vertentes produto, preço e comunicação.

A marca atingiu os 10.000 fãs na sua página oficial no Facebook, o que se deve a um constante relacionamento com os seus Clientes, tendo este meio sido utilizado para comunicar os vários lançamentos – *specialità* Pasta Caffé, *Buffets* Almoço, Temporadas, Dias Especiais – e ofertas, um grande incentivo à visita ao restaurante.

Com o propósito de reforçar a proximidade com os consumidores, investiu-se num serviço mais hospitaleiro que se inicia na recepção com um(a) *hostess* que convida os Clientes a entrar e conhecer a *casa di famiglia*. Ao serviço de sala atencioso e profissional, junta-se uma equipa de cozinha, conhecedora das receitas genuínas e tradicionais de Itália. Em 2012 mantivemos os processos de recertificação nos processos de Higiene e Segurança Alimentar dos colaboradores que asseguram a Gestão de Turno e a Direção de Unidade e garantimos a recertificação na norma de qualidade APCER ISO 22000 das unidades Dolce Vita Antas e NorteShopping.

### 6.1.2. Counters

#### KFC

A característica distintiva dos produtos da KFC é o seu sabor único e delicioso. Os ingredientes que utilizamos para confeccionar os produtos que comercializamos são maioritariamente adquiridos a produtores nacionais cuidadosamente selecionados.

A KFC terminou o exercício com 18 unidades, 191 colaboradores e vendas líquidas que ascenderam a cerca de 8,5 milhões de euros.

Na sequência das orientações da marca introduzimos a assinatura “*So Good*”, uma mudança planeada a nível mundial que pretende enfatizar a originalidade e herança da marca através de uma abordagem de 360º. Nesta linha de comunicação, adoptamos a assinatura “*Music is So Good*”, para marcar presença, com a Unidade Móvel, nos festivais Rock in Rio Lisboa, Optimus Alive, Queima das Fitas do Porto, Marés Vivas, Primavera Optimus Sound e Paredes de Coura.

Em 2012 a KFC continuou a expandir o seu menu, incorporando alguns dos melhores lançamentos internacionais, tais como as *Box Meal*, os *Variety Buckets* e os formatos *Snack Attack* e nas especialidades, lançamos as sanduíches *Big Daddy*, *Brazzer Max*, *Godfather*, *Grander* e *Grander Texas*.

A KFC é uma das marcas que integram o programa “Viva Bem”, que visa a promoção de escolhas alimentares saudáveis. Os Clientes que pretendam uma refeição mais saudável podem optar pelos grelhados, salada *snack*, *coleslaw* ou a exclusiva maçaroca.

Sendo uma marca amiga do ambiente, os óleos utilizados na KFC são recolhidos em todos os restaurantes e reciclados por empresas certificadas. Utilizamos apenas óleo de girassol, controlado duas vezes ao dia de forma a garantir o melhor sabor, qualidade e segurança de todos os produtos. Por outro lado, todos os restaurantes aderiram ao programa de controlo dos consumos de energia que visa a sua redução pela aplicação das melhores práticas do sector.

Apostando na integração na sociedade, a KFC manteve a sua participação no projecto “Porto de Futuro”, tendo administrado formação a alguns jovens num total de mais de 100 horas. O programa “*Junior Achievement*” contou também com a participação da marca, que levou às escolas palestras dadas pelos nossos colaboradores sobre temas relacionados com o empreendedorismo ou a economia doméstica, proporcionando aos alunos um contacto com a realidade empresarial e a vivência dos nossos valores. Com grande sucesso, foi ainda realizada uma acção de recolha de valores para a AMI, na loja do Colombo e, em Dezembro, no âmbito do *World Hunger Relief 2012*. Por outro lado, aderimos ao programa de Luta Contra a Fome, uma acção conjunta Ibersol/KFC, com o objetivo de recolher donativos para os Centros Porta Amiga e Abrigos Nocturnos da AMI.

Foram certificados mais uma vez os restaurantes Dolce Vita Antas, NorteShopping, Colombo e CascaiShopping na norma ISO 22000, com aplicação em toda a cadeia de fornecimento.

Já com três anos, este projecto continua a elevar as qualificações em termos de processos e procedimentos internos, tendo todos estes ensinamentos sido já adoptados por toda a rede de restaurantes KFC.

Porque a KFC existe para o Cliente, um dos valores chave do Grupo Ibersol, demos sequência ao ambicioso programa de hospitalidade “*Champs Management System*”, para o qual foram definidos comportamentos e metas muito exigentes para os colaboradores.

### **Ò KILO**

Restaurante especializado em carnes no churrasco e que proporciona um serviço rápido em situação de conveniência, o Ò Kilo procura satisfazer os consumidores que pretendem associar o prazer das carnes grelhadas a uma alimentação rica e variada.

A marca fechou o exercício com 10 unidades, após ter encerrado as lojas do Algarve Shopping, Seixal, Gaia e Norte Shopping, 90 colaboradores tendo as vendas atingido 2,8 milhões de euros.

O Ò Kilo possui uma diversidade de ofertas apetitosas, tentadoras e saudáveis que permitem ao Cliente fazer combinações ao seu gosto, a um preço fixo.

No ano de 2012, a marca procurou continuamente ajustar a sua oferta de preço, tendo como objectivo corresponder às expectativas dos Clientes e fazer face ao posicionamento agressivo dos concorrentes mais directos.

A qualidade dos produtos é vital para o sucesso, razão pela qual a selecção de matérias-primas é de grande importância. Por isso, a selecção dos fornecedores tem por base rigorosos padrões de qualidade. Acompanhando a crescente importância da segurança alimentar, o Ò Kilo reforçou o sistema de HACCP, principalmente no controlo de produto, na higiene das instalações e na manipulação dos alimentos pelos colaboradores. A marca renovou a certificação da unidade situada no Dolce Vita Antas.

### **BURGER KING**

A Burger King terminou o exercício com 409 colaboradores no activo e 38 unidades tendo as vendas atingido os 19 milhões de euros.

Em 2012, a marca consolidou os seus processos de controlo de custos e de requalificação das equipas através do programa internacional de formação BK *Foundations*.

Procedemos à redefinição dos investimentos em comunicação exterior tendo passado a privilegiar a TV (canais generalistas TVI e SIC), a rádio, os *outdoors* locais (Coimbra, Covilhã, Vila real), os mupis locais (Porto – Antas, Funchal, Ponta Delgada, Lisboa – Vasco da Gama). Nas acções de LSM – *Local Store Marketing*, enfatizamos o valor, produto e preço

Na Burger King, o Cliente pode requisitar “*on time*” ou com marcação prévia uma visita às cozinhas de uma qualquer unidade por forma a conhecer as políticas de qualidade da marca e todo o cuidado colocado na confecção das refeições, comprovados pelo facto de a marca ter as suas unidades certificadas na norma de qualidade, APCER ISO 22000.

Em 2012, a marca continuou a inovar com o lançamento de novos produtos no segmento do hambúrguer *gourmet*, segmento em que foi pioneira e onde é especialista. O *Beanburger* (hambúrguer vegetal), um exclusivo da marca, tão tematizado e diferenciador e reconhecido pelos fãs incondicionais regressou à nossa oferta. Em Dezembro inovamos também ao oferecer aos Clientes, na unidade do Colombo, a possibilidade de, sem custos adicionais ou da compra inicial, repetirem a sua bebida diversas vezes (*Free refill*), acção muito valorizada pelos Clientes. Ainda na unidade do Colombo, investimos na colocação de um *Play King Virtual*, onde os Clientes mais novos puderam usufruir de 25 jogos que renovamos trimestralmente.

A consolidação da marca foi ainda conseguida através da remodelação do parque de unidades, tendo sido dada prioridade às mais antigas: Dolce Vita Douro – Vila Real, Fórum Coimbra, Dolce Vita Coimbra, Serra Shopping – Covilhã, Madeirashopping, Parque Atlântico – Ponta Delgada (Açores), Vasco da Gama e Dolce Vita Antas.

A Burger King substituiu em todas as lojas o equipamento *broiller* (grelhador industrial), que passou a ser alimentado por gás em detrimento da electricidade, mudança que vai permitir uma poupança de energia de 12% a 15%.

Dando sequência à política de minorar os impactos no meio ambiente as sanduíches passaram a ser embaladas em papel reciclado e o óleo de fritura das lojas é destinado à reciclagem, tendo sido mantida a separação de resíduos em todas as unidades.

A Burger King integra o programa institucional do Grupo Ibersol, Viva Bem, que tem como objectivo promover uma alimentação saudável, variada e cuidada, aliada à prática de exercício físico.

### **PANS & COMPANY**

A Pans & Company terminou o ano de 2012 com 58 unidades e 380 colaboradores tendo o volume de vendas atingido os 17,5 milhões de euros.

Durante o ano a marca encerrou 2 unidades e procedeu à reformulação da unidade do Norteshopping, introduzindo a nova imagem internacional da marca, inspirada pelos ambientes e sabores mediterrânicos. Iniciamos desta forma um novo ciclo de renovação que procura responder às crescentes exigências do consumidor actual.

Em 2012, reforçando o posicionamento de especialista e de marca de referência no segmento das sandes, a Pans & Company desenvolveu várias campanhas de inovação, dando aos seus Clientes a possibilidade de experimentar sabores únicos com novas receitas e diferentes tipos de pão. As sandes da Pans são uma forma moderna, divertida, multi-formato e multi-sabor de fazer uma refeição equilibrada e saborosa.

Paralelamente, alargamos a gama de produtos no sentido de ajustar a oferta à crescente procura de propostas de maior “*value for money*”.

Num cenário particularmente adverso, a Pans & Company procedeu em 2012 à revisão de todos os processos internos o que permitiu melhorar níveis de eficiência e minimizar os efeitos negativos da conjuntura.

#### **6.1.3 Travel**

O negócio do segmento *Travel* abrange fundamentalmente as áreas de serviço de autoestradas e aeroportos em que oferecemos aos consumidores em viagem diferentes propostas.

As unidades deste segmento têm uma gestão assente no conceito multimarca que integra no mesmo espaço mais do que uma marca, tendo como objectivo satisfazer as necessidades dos diferentes consumidores nos vários momentos de consumo.

### **ÁREAS DE SERVIÇO**

As áreas de serviço de autoestradas constituem um segmento de actividade relevante para o Grupo Ibersol, que no final do exercício abrangia 33 unidades – 23 unidades Sol e 10 unidades na A5, Lusoponte, A8, Carvalhos e Modivas.

Em 2012, este segmento de negócio atingiu um volume de vendas de 6,2 milhões de euros e contava com 245 colaboradores, continuando a ser fortemente afectado pela introdução de portagens nas antigas estradas sem custo para o utilizador (SCUT), que constituíram um

factor fortemente penalizador para as concessões exploradas pelo Grupo Ibersol tendo provocado quebras acentuadas nas vendas das áreas de serviço. Estas medidas tiveram um duplo impacto negativo, já que por um lado foi sentida uma redução ao nível da procura interna, e por outro lado, tal como a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) alertou, verificou-se também uma quebra dos fluxos turísticos e excursionistas espanhóis por causa da introdução de portagens nas ex-SCUT. A esta alteração acresce uma outra já existente, que a AHRESP tem vindo a sublinhar e que se materializa na concorrência feita pelos exploradores das estações de serviço das auto-estradas, que representa uma contradição com o espírito da concessão, já que nas estações de serviço se estão a prestar serviços que em simultâneo foram concessionados à exploração em espaços separados.

Através de unidades funcionais e de design moderno, a marca Sol é especialista em restauração nas autoestradas, urbanas e de longo curso. As suas unidades caracterizam-se pela oferta de refeições rápidas e menus variados, preparados no momento, com preços acessíveis, sempre com um atendimento personalizado e atento. Em várias localizações as unidades Sol integram marcas internacionais de reconhecida notoriedade como Pans & Company, Burger King e KFC todas abrangidas pelo plano de certificação global pela norma ISO 22000.

Indo muito além dos café-restaurantes convencionais das áreas de serviço, a marca Sol disponibiliza diversos serviços, como a existência de áreas específicas para fumadores, fraldário independente, zona *lounge*, wi-fi gratuito, tomadas para carregamento de computadores ou telemóveis, multibanco, jornais diários para consulta, venda de jornais e de revistas, presentes de última hora e *drive-in*.

### AEROPORTOS

O Grupo é um *player* de referência nos aeroportos portugueses e no final do exercício explorava 11 unidades, repartidas pelos Aeroportos de Lisboa e João Paulo II (Ponta Delgada), após o termo da licença de exploração das unidades do Terminal 2 do Aeroporto de Lisboa. O volume de vendas atingiu 7,7 milhões de euros e o ano terminou com 98 colaboradores.

O Grupo Ibersol prossegue a sua aposta em espaços modernos e sofisticados em operações nos aeroportos portugueses, certificados pela ISO 22000, sendo o operador português de referência neste sector. Para tal desenvolveu novos conceitos e propostas como: *Clock's*, *Spoon*, *Oregano*, *Cockpit*, *Go To*, *Sky Plaza* e *Connection Coffe & Food Bar*, *Azure*, explorando ainda marcas internacionais como a Pizza Hut e Pans & Company. São conceitos de design moderno e sofisticado, mas muito funcionais, que vão do restaurante ao café *lounge*, com serviços mistos - ao balcão e à mesa - e ofertas muito diferenciadas adaptadas a diferentes momentos de consumo e dirigidas a diferentes público-alvo de um aeroporto.

#### 6.1.4. Catering

O negócio de *Catering* do Grupo Ibersol opera a partir de dois centros de produção e dois armazéns, em Albarraque e Maia, e é composto por três empresas – Silva Carvalho Catering, Solinca e Sugestões & Opções.

Nos centros de produção uma equipa de excelentes profissionais faz da Ibersol o único Grupo Empresarial do sector com cobertura verdadeiramente nacional.

Em 2012, o volume de vendas atingiu o valor de 4.7 milhões de euros, tendo sido servidos mais de 240.000 Clientes em 734 eventos. No ano manteve-se a tendência de contracção de mercado, fruto da conjuntura económica e de uma agenda de eventos internacionais

desfavorável. No mercado interno realizaram-se menos eventos e de menor dimensão, enquanto no segmento dos eventos internacionais a redução fez-se sentir em especial na cidade do Porto. A preocupação com a redução dos custos das empresas e dos particulares teve um forte impacto nos preços de venda, tendo-se verificado uma deslocação dos Clientes para tipologias de evento mais económicas.

Apesar de toda esta conjuntura desfavorável, o rigor no controlo dos custos e o sofisticado processo de orçamentação de cada evento permitiu melhorar os rácios de rentabilidade. Paralelamente, o forte plano de reestruturação levado a cabo em 2011 permitiu uma melhoria significativa da rentabilidade global do negócio.

O ano de 2012 foi um ano de viragem em especial no mercado de Lisboa. A entrada no Centro de Congressos do Estoril, no início do ano, e no Centro de Congressos de Lisboa, em Dezembro, deram um forte impulso no segmento dos congressos e grandes eventos empresariais. A presença nestes dois novos espaços, a acrescer a todos os outros como a Exponor, Europarque, Alfândega do Porto, FIL Parque das Nações, Pavilhão Atlântico, colocam a Ibersol claramente na dianteira deste mercado, garantindo a presença nos maiores centros de congresso do país.

No segmento dos eventos desportivos, renovámos a concessão no Estádio do Dragão e no segmento de particulares mantivemos a pesquisa de novos espaços para realização de casamentos e festas, em conjunto com o reforço da comunicação e venda em plataformas *digit*.

Este conjunto de acções permitem encarar 2013 com relativo optimismo, apesar de perspectivarmos um exercício exigente e difícil. As reestruturações levadas a cabo e os novos locais e concessões angariados em 2012 vão seguramente permitir superar todas essas dificuldades e transformá-las em excelentes oportunidades para a empresa e para todos os que nela trabalham.

### **6.1.5 Outros Negócios**

#### **QUIOSQUES DE CAFÉ**

Os quiosques de café, explorados sob a marca Delta, têm vindo ao longo dos anos a fortalecer o seu posicionamento e reconhecimento como os especialistas de café nos locais onde estão implantados.

O ano de 2012 terminou com 11 unidades a que correspondem 19 pontos de contacto com os Clientes e com vendas líquidas a ultrapassarem os 2,1 milhões de euros.

A actividade do ano foi muito focada na consolidação do negócio através do investimento na formação em técnicas de atendimento dirigido à equipa operacional que contava, no final do ano, com cerca de 100 colaboradores. Esta equipa encontra-se certificada em áreas de conhecimento que incluem a segurança alimentar, atendimento ao Cliente e outras áreas relevantes para um bom desempenho das tarefas que lhe são exigidas.

A quebra de vendas de café originada pela proibição generalizada de fumar dentro de áreas fechadas, bem como o incremento da concorrência que se tem verificado neste sector têm vindo a ser contrariados, ao longo dos últimos anos, através da diversificação da gama de venda e da introdução de pequenos menus que complementam, com sucesso, o consumo de café.

### CONCESSÕES

O Grupo explora actualmente os seguintes espaços concessionados: Museu de Serralves, Casa da Música, Palácio de Cristal, Biblioteca Almeida Garrett, VOG Tecmaia, Exponor e Estação CP de Campanhã.

Proseguiu-se, durante o ano de 2012, à integração da gestão deste negócio na filosofia e princípios do Grupo que opera, na sua maioria, sob a insígnia Sugestões & Opções.

O volume de negócios ascendeu globalmente a 1,8 milhões de euros e o negócio conseguiu registar melhorias na qualidade e sustentar o nível de rentabilidade das operações, por efeito de um enfoque na formação da equipa de colaboradores em atendimento, na qualidade e no controlo de operações.

Todas as unidades que compõem o negócio têm características muito diferenciadas entre si, não só pelo público que as frequenta, como também pelas necessidades que visam satisfazer. Deste modo, é importante identificar o público-alvo e aquilo que procura em cada momento de consumo, por forma a criar uma oferta equilibrada que permita dar resposta às suas expectativas e a superá-las. Para cumprir esse desiderato é necessário dispor de uma equipa com formação adequada, razão pela qual a prioridade do Grupo tem sido investir na formação de recursos humanos.

No final do ano, as unidades *Blu Coffee Shop* de Campanhã e VOG mantinham-se certificadas com a norma de qualidade ISO 22000.

## 6.2 Espanha

### 6.2.1 Counters

#### BURGER KING

O primeiro semestre de 2012 foi essencialmente marcado pelos efeitos da crise económica que se traduziu na queda do consumo. No segundo semestre do ano, a marca reagiu através de uma melhoria nos processos de ajustamento de custos e de acções de marketing local. O exercício de 2012 terminou com um volume de vendas de 28,3 milhões de euros, tendo a rentabilidade sido significativamente afectada pelo aumento do preço das matérias-primas, principalmente da carne, não integralmente reflectido nos preços de venda.

Para contrariar a contracção de consumo, foram realizadas cinco remodelações – BK Coin, BK Almansa, BK Valdebernardo, BK Vallecas e BK Pinar de Chamartin, tendo sido instalados o sistema Play King Virtual, introduzido o sistema de bebidas *free refill* e a nova imagem corporativa da marca, acções que influenciaram positivamente a evolução das vendas.

O restaurante BK Moraleja foi encerrado em Maio, em virtude do seu desempenho económico, pelo que a Lurca terminou o exercício operando 32 unidades da marca Burger King.

Na linha do objectivo definido pela Burger King a nível europeu, a marca em Espanha opera

agora com uma nova plataforma, a *Guest Trac*, que reúne as opiniões dos Clientes e permite conhecer as experiências vividas nos restaurantes da marca *on time*. Todos os restaurantes BK Espanha estão a ser classificados num *ranking* de Excelência Operacional, tendo por base as observações dos clientes nas áreas mais relevantes.

Temos por objectivo para o próximo ano de 2013 que todos os restaurantes estejam a operar entre os cem melhores de todo o sistema, por forma a que a BK Espanha possa crescer numa economia em mudança, difícil de prever.

### 6.2.2 Delivery

#### PIZZA MÓVIL

O comportamento dos mercados em Espanha durante o ano de 2012 caracterizou-se essencialmente pelos efeitos da recessão iniciada na primeira metade do ano de 2008, sublinhando-se o nível de desemprego alcançado e a diminuição do consumo das famílias e empresas ao que, naturalmente, não escapou o sector da Restauração em geral e o QSR em particular, os quais, em função da informação disponível, sofreram decréscimos significativos.

Neste contexto, e tendo como principal canal de vendas o *delivery*, o qual representou 52,7% das vendas no exercício transacto, as unidades do sistema Pizza Móvil terminaram o ano com um volume de vendas de aproximadamente 17 milhões de euros, sendo que as unidades próprias venderam 11,7 milhões de euros e as franquizadas 5,2.

O exercício terminou com 59 unidades, 20 das quais a operarem como franquizadas. Com 599 colaboradores vinculados à Vidisco, SI (Sociedade detentora da marca).

O estreitamento do mercado acentuou o sobre-dimensionamento da marca em algumas regiões, principalmente na Galiza, o que justificou a decisão de encerrar 3 unidades (Vigo, Pontevedra e Corunha). Encerraram, ainda, a unidade de Ávila e duas outras localizadas em Burgos e Gijón, nestes dois últimos casos com o desvio de uma parte relevante das vendas do canal domicílio para as outras unidades dessas cidades. Durante o ano adquiriram-se três locais que operavam como franquias na comunidade de Navarra.

Relativamente à modernização da Pizza Móvil, e como já referido em exercícios anteriores, consolidou-se a presença nas novas tecnologias, através da dinamização da marca nas redes sociais (Facebook e Twitter), e também no *E-commerce*.

### 6.3 Angola

#### 6.3.1 Counters

##### KFC

A Ibersol instalou-se em Angola, em finais de 2010 tendo decidido desenvolver, como primeira insígnia, a marca KFC. O investimento foi concretizado ao abrigo de um investimento aprovado pela ANIP no valor de cerca de 5 milhões de USD, já quase totalmente realizado.

Nascida num restaurante tradicional, nos anos 30 nos EUA e consolidada como marca internacional a partir do início dos anos 60, a KFC sempre soube aliar o carácter tradicional dos seus sabores a uma presença urbana e cosmopolita que hoje se estende a todos os continentes, através de mais de 17.000 restaurantes.

A KFC é a maior especialista do mundo na confecção de frango. Apesar da sua dimensão, a KFC continua a orgulhar-se de continuar a trabalhar nos moldes definidos pelo seu fundador, o Coronel Sanders, cuja preocupação com a frescura dos alimentos e o conteúdo cuidadosamente preservado das suas receitas, lhe conferem o seu carácter tradicional e o sabor inigualável de alimentos acabados de cozinhar.

A KFC iniciou a sua operação, em Angola, a 15 de Agosto de 2012 com a abertura dum Drive Thru nas imediações do Aeroporto de Luanda, tendo aberto a sua segunda unidade a 28 de Outubro no Belas Shopping, na mesma cidade. Com estas duas unidades foram criados cerca de 80 postos de trabalho para cidadãos angolanos, sendo 14 referentes a cargos de chefia de turno - com vista a assegurar a formação das equipas de direcção das lojas futuras. Uma das preocupações fundamentais é o cumprimento dos programas de formação operacional e de gestão, com vista à criação de um nível de conhecimentos necessários para a execução de operações de excelência. Os investimentos efectuados em estruturas de qualidade de nível mundial permitiu aliar o conforto e ambiente modernos ao excelente sabor dos produtos KFC e simpatia e profissionalismo do serviço.

A implantação da marca está também sustentada num programa de comunicação e marketing que visa o crescimento da sua notoriedade, tornando-a uma das mais conhecidas no mercado.

O volume de vendas líquido em 2012, com quatro meses e meio de actividade na unidade do aeroporto e dois meses no Belas Shopping, ascendeu a cerca de 2,2 milhões de euros.

No ano de 2013 o Grupo irá sedimentar a sua operação e prosseguir, se as condições de mercado o permitirem, com a sua estratégia de expansão.

Ao nível de serviço, continuará o programa de recrutamento, selecção e formação esperando empregar, no final do ano, mais de 24 quadros angolanos especializados na gestão de turnos.

Na área do Marketing, alargará a gama de produtos, aproximando-a do Menu básico completo e utilizará um leque mais vasto de meios de forma a elevar a notoriedade da marca. Estamos convictos de que os consumidores angolanos responderão positivamente à nossa proposta de valor, o que nos permitirá sedimentar a marca no mercado.

## **7. Análise financeira consolidada**

### **RESULTADOS OPERACIONAIS**

No exercício de 2012, os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 174,1 milhões de euros o que representa um decréscimo de 12,1% relativamente ao ano de 2011. A margem EBITDA, para o mesmo período, ascendeu a 17,1 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 26,5%. Os resultados operacionais atingiram 5,6 milhões de euros, com um decréscimo de 46,5% em relação ao ano anterior.

#### **Vendas e Outros Proveitos Operacionais**

O volume de negócios consolidado totalizou no final do ano 171,3 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 11,9% relativamente ao ano de 2011.

O volume de negócios repartiu-se da forma seguinte:

	Milhões de euros	Var 12/11
Vendas Restauração	167,46	-12,1%
Vendas Mercadorias	3,21	2,0%
Prestação Serviços	0,64	-17,5%
Volume Negócios	171,31	-11,9%

O volume de negócios em Portugal ascendeu a cerca de 125 milhões de euros, representando um decréscimo de 15% face ao ano anterior. Em Espanha, o volume de negócios sofreu uma redução de 6% e atingiu cerca de 44 milhões, correspondente a 26% do volume de negócios do Grupo. Angola contribuiu com 2,2 milhões de euros.

As prestações de serviço evoluíram de forma mais negativa em virtude de um menor contributo dos franquizados da Pizza Móvil. As vendas de restauração que ascenderam a 167,5 milhões de euros registaram uma redução anual de 12,1% que se decompõe da forma seguinte:

<i>Varição Vendas Mesmo Universo</i>	-11,5%
<i>Expansão Angola</i>	1,2%
<i>Expansão Portugal e Espanha</i>	0,6%
<i>Encerramentos</i>	-2,4%
<b>Total</b>	<b>-12,1%</b>

As vendas de restauração por conceito distribuíram-se da forma seguinte:

VENDAS	milhões euros	Variação 12/11
Pizza Hut	50,58	-16,3%
Pans/Bocatta	16,87	-19,0%
KFC	8,86	-8,9%
Burger King	20,07	-11,3%
Pasta Caffé (Portugal)	5,07	-20,8%
O`Kilo	2,85	-34,2%
Quiosques	2,21	-15,9%
Cafetarias	4,12	-25,3%
Flor d`Oliveira	0,29	-31,8%
Catering	4,49	-8,2%
Concessões e Outros	7,72	-5,3%
<b>Portugal</b>	<b>123,12</b>	<b>-15,7%</b>
Pizza Móvil	12,93	-6,0%
Pasta Caffé (Espanha)	0,88	-37,0%
Burger King Espanha	28,29	-4,0%
<b>Espanha</b>	<b>42,10</b>	<b>-5,6%</b>
<b>Angola</b>	<b>2,24</b>	
<b>Total sem Angola</b>	<b>165,22</b>	<b>-13,3%</b>
<b>Total Restauração Grupo</b>	<b>167,46</b>	<b>-12,1%</b>

Em Portugal, as vendas do Grupo decresceram 15,7%, em linha com a evolução do mercado de restauração moderna:

- A alteração da taxa de IVA de 13% para 23% não foi totalmente repercutida no preço de venda;
- Os Shoppings registaram fortes quedas nos tráfegos e nas vendas de restauração;
- O preço dos combustíveis e o agravamento da crise tiveram um forte impacto negativo nos tráfegos e consequentemente nas vendas de restauração das Áreas de Serviço;
- Menores impactos do decréscimo de consumo de restauração nas marcas de KFC e Burger King que reforçaram as respectivas quotas de mercado;
- Uma evolução mais negativa do segmento de delivery da Pizza Hut agravou a quebra de vendas da Marca;
- A Pasta Caffé e O'kilo foram as marcas mais afectadas pelo agravamento da crise económica e pelo encerramento de unidades;
- Evolução positiva dos tráfegos nos aeroportos;
- Redução substancial do número de eventos realizados no mercado de catering especialmente no Norte.

Em Espanha, atingiu-se um volume de vendas de 42 milhões de euros, representando uma redução de 2 milhões de euros:

- Os efeitos da crise económica em Espanha acentuaram a quebra do consumo de restauração durante todo o exercício de 2012, com consequente aumento da pressão sobre os preços de venda;
- A Burger King com uma maior capacidade de resistência e com um programa de remodelação de lojas em curso acabou por registar um melhor desempenho das vendas, mesmo comparativamente ao mercado global de restauração;
- A Pizza Móvil num segmento extremamente competitivo e após um processo de racionalização do portfólio de unidades e ajustamento das áreas de distribuição acompanhou a tendência do mercado;
- As vendas da insígnia Pasta Caffé em Espanha foram fortemente afectadas pelo encerramento de 2 unidades em 2011 e uma unidade em 2012.

Em Angola, as 2 unidades totalizaram vendas superiores a 2 milhões de euros sendo que a primeira unidade abriu em Agosto e a segunda no final do mês de Outubro. A necessidade de uma constante avaliação do *portfólio* de pontos de venda conduziu ao encerramento de 20 unidades próprias. Com o mercado de consumo em recessão e a exigir uma maior selectividade apenas efectuamos 2 aberturas, pelo que no final do ano operávamos 307 unidades próprias em Portugal e 73 em Espanha.

No final do ano, o número total de unidades – próprias e franquizadas – era de 402 com a distribuição seguinte:

Nº Unidades	2011	2012			2012
	31-Dez	Aberturas	Tranferências	Encerramentos	31-Dez
<b>PORTUGAL</b>	<b>317</b>	<b>2</b>		<b>11</b>	<b>308</b>
Próprias	316	2		11	307
Pizza Hut	99			4	95
Okio	14			3	11
Pans	59			2	57
Burger King	38				38
KFC	18				18
Pasta Caffé	16				16
Quiosques	10				10
Flor d' Oliveira	1				1
Cafetarias	35				35
Catering (SeO,JSCe Solinca)	5	1			6
Concessões e Outros	21	1		2	20
<b>Franquiadas</b>	<b>1</b>				<b>1</b>
<b>ESPAÑA</b>	<b>102</b>	<b>0</b>		<b>10</b>	<b>92</b>
Próprias	79	0	3	9	73
Pizza Móvil	43		3	7	39
Pasta Caffé	3			1	2
Burger King	33			1	32
<b>Franquiadas</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>-3</b>	<b>1</b>	<b>19</b>
<b>ANGOLA</b>	<b>102</b>	<b>2</b>			<b>2</b>
KFC	0	2			2
<b>Total Próprias</b>	<b>395</b>	<b>4</b>		<b>20</b>	<b>382</b>
<b>Total Franquiadas</b>	<b>24</b>	<b>0</b>		<b>1</b>	<b>20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>419</b>	<b>4</b>		<b>21</b>	<b>402</b>

Nota: transferência de 3 unidades Pizza Móvil em regime de franquia para exploração própria

Os outros proveitos operacionais ascenderam a 2,8 milhões de euros, dos quais a componente mais significativa respeita às participações dos fornecedores em campanhas de marketing.

### Custos operacionais

Os custos operacionais consolidados atingiram o montante de 168,5 milhões de euros, o que representa uma redução de 10,2% face ao ano anterior, incrementando o seu peso nas vendas.

### Margem bruta

O CEVC (custo das mercadorias e matérias primas vendidas e consumidas) que em 2011, representava 22,6% das vendas aumentou para 23,5% reflectindo a parte do aumento do IVA absorvido pela margem do Grupo.

A margem bruta sobre o volume de negócios foi neste exercício de 76,6%, que compara com 77,5% registada no ano passado.

### Remunerações e encargos com pessoal

Os custos com pessoal reduziram em 8,3 milhões de euros e ascenderam a 56,7 milhões de euros. O decréscimo de 12,8 % foi o necessário para acompanhar a redução da actividade, evidenciando o grande esforço de ajustamento das brigadas e a drástica redução dos prémios de incentivo. O peso desta rubrica, que no ano de 2011 tinha atingido 33,5%, passou em 2012 para 33,1% do volume de negócios.

### Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos em FSEs (Fornecimentos e Serviços Externos) ascenderam a 58,5 milhões de euros, face a 63,7 milhões de euros em 2011, equivalente a um decréscimo de 8,1%, ou seja abaixo da evolução da actividade.

Consequentemente, o peso desta rubrica passou de 32,7% para 34,1% do volume de negócios. O aumento dos preços da energia e a resiliência de alguns custos de natureza mais fixa, nomeadamente rendas, dificultaram uma redução mais acentuada desta rubrica, apesar dos esforços desenvolvidos no controlo de alguns gastos gerais. Os custos de pré-abertura do negócio em Angola também influenciaram o comportamento da rubrica.

### **Outros Custos Operacionais**

Os outros custos operacionais cifraram-se em 1,7 milhões de euros e incorporam cerca de 1 milhão de euros correspondentes aos custos de encerramento de algumas unidades durante o exercício.

O imposto de selo e outras taxas, em 2012, ascenderam a 446 mil euros.

### **Amortizações e Provisões**

As amortizações e perdas por imparidade do exercício totalizaram 11,6 milhões de euros, uma redução de 1,3 milhões euros face a 2012, passando a representar 6,8% do volume de negócios. As perdas por imparidade dos activos tangíveis e intangíveis reconhecidos neste exercício atingiram o montante de 1,6 milhões de euros, cerca de metade do valor registado em 2011.

### **EBITDA**

O EBITDA no período ascendeu a 17,1 milhões de euros que compara com 23,3 milhões de euros atingidos no ano anterior. Uma conjuntura desfavorável na Península Ibérica e os custos dos encerramentos foram determinantes na redução do EBITDA consolidado em 26,5%.

A redução do volume de negócios, a perda de margem bruta pelo aumento do IVA e os custos de encerramentos definitivos conduziram a uma degradação da margem EBITDA, que passou de 12,0%, em 2011, para 10,0% em 2012.

### **RESULTADO FINANCEIRO**

O Custo de Financiamento Líquido do exercício negativo em 2,1 milhões de euro sofreu um agravamento em cerca de 900 mil euros face ao ano de 2011. Este aumento do custo do financiamento líquido decorre fundamentalmente do aumento dos *spreads* dos financiamentos, da redução das taxas de remuneração das aplicações e ainda de um acréscimo de financiamentos em Angola cujo custo nominal é muito superior ao da média do Grupo.

Os juros suportados atingiram 2,6 milhões de euros, o que corresponde a um custo médio da dívida de 4,8%.

### **RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO**

O **resultado consolidado antes de impostos** atingiu o montante de 3,4 milhões de euros, o que representa uma redução de 5,7 milhões de euros, ou seja, um decréscimo de 62,6%.

### Imposto sobre o rendimento

O imposto efectivo em 2012 é de 1,1 milhões de euros, quando em 2011 foi de 2,9 milhões de euros, acompanhando a evolução dos resultados e a utilização dos reportes fiscais disponíveis.

Por efeito dos impostos diferidos, o montante de imposto total que releva para apuramento do Resultado Líquido ascende a um montante positivo de 691 mil euros, que corresponde a uma taxa de 20,1%.

### Resultado Consolidado do Exercício

O **resultado líquido consolidado do exercício** ascendeu a 2,74 milhões de euros, que compara com o registado em 2011 no montante de 6,55 milhões de euros, representando um decréscimo de 58,1%.

Os interesses não controlados respeitam essencialmente à parcela de minoritários directos e indirectos da filial Ibersande (Pans&C<sup>a</sup>) e ascenderam a 231 mil euros.

O **resultado líquido consolidado atribuível a Accionistas** ascendeu a 2,51 milhões de euros, valor inferior ao de 2011 em 59,0%.

## SITUAÇÃO FINANCEIRA

### Balanço

O **Activo** consolidado atingiu um montante de 224 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2012, o que representa uma redução em cerca de 4 milhões de euros em relação ao final de 2011.

Esta diminuição resultou essencialmente das rubricas de imobilizado e corresponde às seguintes contribuições:

- (i) redução do imobilizado técnico referente às amortizações e imparidade do exercício (cerca de -12 milhões euros);
- (ii) investimento nos planos de expansão e remodelação em Portugal e Espanha, especialmente remodelações (cerca +7,5 milhões euros);
- (iii) investimento em Angola (cerca de + 3 milhões de euros);
- (iv) encerramento de unidades e correcção do preço do activo (cerca de -2 milhões de euros);
- (v) aumento das dívidas de terceiros (cerca de + 1 milhão de euros);
- (vi) aumento do SPE-IRC a recuperar (cerca de +1 milhão de euros);
- (vii) redução de disponibilidades (cerca de -2,5 milhões de euros)

O **Passivo** consolidado atingiu um montante de 107 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2012, o que representa uma redução de 6 milhões de euros em relação ao final de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2012, o **Capital Próprio** ascendia a 117 milhões de euros, um aumento de 2 milhões de euros em relação ao final de 2011, tendo-se distribuído, no exercício, a título de dividendos cerca de 1,0 milhão de euros.

### CAPEX

Em 2012, o **CAPEX** atingiu o montante de 10,0 milhões de euros, correspondendo ao investimento em:

- expansão e remodelação em Portugal e Espanha: aquisição da concessão de 2 espaços e remodelação de 13 unidades (totalizando 4 milhões de euros);
- expansão Angola: conclusão da primeira unidade e implantação da segunda KFC (3,2 milhões de euros)
- diversos correntes totalizaram 2,4 milhões de euros.

Ocorreu ainda desinvestimento, por encerramento, de 20 unidades (11 em Portugal e 9 em Espanha).

O *cash flow* gerado no exercício atingiu o montante de 14,8 milhões de euros, valor suficiente para a cobertura financeira do CAPEX.

### Dívida Líquida consolidada

No final do exercício, o endividamento líquido remunerado ascendia a 28,1 milhões de euros, montante idêntico à dívida no final de 2011 (28,3 milhões de euros). O endividamento bancário de curto prazo é constituído por emissões de Programa de Papel Comercial com possibilidades de denúncia em 2013.

O “*gearing*” (dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)) que no final de 2011 era de 19,8% baixou para 19,4%.

O indicador “Dívida líquida sobre o EBITDA” no final de 2012 era de 1,6 vezes (1,2 vezes em 2011) e o rácio de cobertura dos juros pelo EBITDA era de 7 vezes (compara com 10 em 2011).

Face às actuais restrições ao crédito e às incertezas nos mercados financeiros, a sociedade que em 2011 tinha desenvolvido operações no sentido da consolidação de grande parte da dívida bancária de curto prazo neste exercício procedeu à fixação da taxa de juro da dívida com maior maturidade (20 milhões de euros).

A estrutura financeira do Grupo continua a apresentar uma forte solidez.

## 8. Riscos e incertezas

A gestão do risco, sendo uma das componentes da cultura da sociedade, é transversal à Organização, está presente em todos os processos e é da responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis organizacionais.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco que destacamos:

- Qualidade e higiene alimentar
- Higiene e segurança no trabalho
- Financeira
- Ambiental

A acentuada quebra do consumo verificada no último ano e a incerteza quanto à evolução das economias de Portugal e de Espanha fazem-nos antecipar uma evolução negativa do sector e das vendas do Grupo. Para atenuar o efeito nos resultados a sociedade tem adoptado um rigoroso controlo dos custos com uma monitorização mensal da evolução do mercado e a consequente revisão do planeamento de recursos a utilizar.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

### **9. Acções próprias**

Durante o exercício a sociedade não efectuou transacções com acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2012, a sociedade mantinha 2.000.000 acções (10% do capital), com valor nominal de 1€ cada, por um valor global de aquisição de 11.179.643 euros.

### **10. Nota sobre a actividade do Membro Não Executivo do C.A.**

O Membro Não Executivo do Conselho de Administração da Ibersol, Professor Juan Carlos Vázquez-Dodero, participou em 6 reuniões do Conselho de Administração, ou seja em 60% das reuniões realizadas, tendo-lhe sido disponibilizada com antecedência toda a informação e documentação referentes às matérias constantes na ordem de trabalhos de todas as reuniões, mesmo daquelas em que não esteve presente.

O Administrador Não Executivo participou em várias reuniões da Comissão Executiva, particularmente naquelas em que os temas versavam a estratégia e o planeamento dos negócios do Grupo.

Frequentemente, solicitou informação detalhada à Comissão Executiva sobre decisões tomadas no âmbito do desenvolvimento e expansão dos Negócios.

Ao nível funcional manteve uma relação privilegiada com o departamento de Planeamento e Controlo de Gestão tendo o Professor Vázquez-Dodero reunido cinco vezes com a Direcção do Departamento para, em conjunto, avaliarem metodologias e ferramentas e definirem processos de melhoria no controlo dos negócios, bem como aportou informação macro-económica relevante para apoio ao diagnóstico do contexto em Espanha.

O Controlo de Gestão forneceu-lhe, trimestralmente, informação detalhada que lhe permitiu o acompanhamento da actividade operacional e a avaliação do desempenho da gestão executiva face aos planos e orçamentos aprovados em Conselho de Administração. Todos os esclarecimentos solicitados foram fornecidos.

O Membro Não Executivo esteve presente em todas as reuniões efectuadas com o Conselho Fiscal e acompanhou todos os temas de *Corporate Governance* surgidos durante o exercício.

### 11. Perspectivas

Todas as previsões apontam para uma contracção das economias portuguesa e espanhola, num contexto em que os ajustamentos macroeconómicos, nomeadamente a redução dos deficits orçamentais, continuarão a condicionar a evolução da procura interna.

As medidas de consolidação orçamental: (i) eliminação do pagamento do subsídio de férias no sector do Estado; (ii) reduções nos salários e pensões mais elevadas; (iii) aumento dos impostos sobre as famílias; (iv) diminuição dos benefícios fiscais em sede de IRS e a incerteza sobre a implementação de medidas adicionais terão um impacto muito negativo no consumo de restauração.

Neste contexto, no ano de 2013, espera-se um agravamento da tendência de retracção do consumo com um aumento da procura dos produtos mais económicos (com a consequente redução da receita média), uma pressão adicional sobre os preços de venda e a transferência natural do consumo de refeições de fora para dentro de casa.

A Ibersol pensa estar preparada para enfrentar um decréscimo adicional de vendas fruto das acções iniciadas no segundo semestre de 2011, embora a margem de ajustamento esteja substancialmente reduzida. Continuaremos a sensibilizar os nossos fornecedores e parceiros, nomeadamente os Shoppings, no sentido de adequarmos a oferta à procura.

No que concerne ao financiamento é expectável que o mercado financeiro continue a enfrentar dificuldades de liquidez com reduzida disponibilização de fundos à economia. Provavelmente, a tendência de incremento dos *spreads* terminará, sendo expectável que a taxa de juro do BCE volte a baixar.

No que concerne à expansão continuaremos atentos a oportunidades de reforço da posição competitiva das marcas que exploramos. Prevemos que durante o ano de 2013 a Ibersol possa concretizar cerca de 3 aberturas na Península Ibérica, implementar um programa de remodelações de algumas unidades e encerrar outras, especialmente aquelas cujo processo de renegociação dos contratos não permita viabilizar a respectiva exploração.

Analisaremos a evolução das unidades que operam no mercado angolano, sendo provável que inauguremos duas outras unidades, no termo do exercício, se a evolução das actuais o justificar.

### 12. Distribuição de Resultados

No exercício de 2012, a Ibersol SGPS, S.A. apresentou um resultado líquido consolidado de 2.744.133, 00 euros e um resultado líquido nas contas individuais de 2.514.018,00 euros.

Conforme consta do relatório de gestão individual, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Reservas não distribuíveis	1.040.455,00 €
Reservas livres	373.563,00 €
Dividendos	1.100.000,00 €

o que corresponde a atribuir, a cada acção, um dividendo ilíquido de 0,055€. No caso da sociedade deter acções próprias manter-se-á a referida atribuição de 0,055€ a cada acção em circulação, reduzindo-se o montante global dos dividendos atribuídos.

### **13. Factos subsequentes e declaração de responsabilidade**

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

Em cumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários declaramos que tanto quanto é do seu conhecimento:

- o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA. exigidos por lei ou regulamento, referentes ao exercício de 2012, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

### **14. Agradecimentos**

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, pela dedicação e entusiasmo que revelaram para enfrentar um mercado tão adverso como o actual.

Registamos com apreço a colaboração dada ao longo do exercício pelas Entidades Bancárias bem como pelos nossos Fornecedores e demais parceiros.

Agradecemos igualmente a todos os Accionistas pela confiança depositada na Ibersol.

Ao Conselho Fiscal, Auditores e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto, 1 de Abril de 2013

**O Conselho de Administração**

---

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

---

António Alberto Guerra Leal Teixeira

---

Juan Carlos Vázquez-Dodero

**Relatório sobre o Governo da Sociedade**

**Introdução**

O presente Relatório contém uma descrição das práticas da IBERSOL SGPS, SA sobre a estrutura e Governo da Sociedade (“Corporate Governance”) e foi elaborado em cumprimento do disposto no artº 245º - A do Código dos Valores Mobiliários e em aplicação do Regulamento da CMVM nº 1/2010 sobre o Governo das Sociedades Cotadas, adoptando as disposições e prática recomendatória fixadas no Código de Governo das Sociedades da CMVM, com as recomendações introduzidas em Janeiro de 2010 - regulamentação que se encontra disponível para consulta no site [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

**Capítulo 0. Declaração de Cumprimento**

A IBERSOL SGPS, SA. sociedade aberta sujeita à lei pessoal portuguesa, emitente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado Euronext Lisbon, deve cumprimento às disposições legais aplicáveis no ordenamento ( jurídico) português, no que respeita ao enquadramento jurídico do seu governo societário, designadamente ao disposto no Código das Sociedades Comerciais, Código dos Valores Mobiliários, Regulamento da CMVM nº 1/2010 sobre o Governo das Sociedades Cotadas, adoptando as recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMV de Janeiro de 2010, in [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)

**0.1** - A Sociedade segue o Código do Governo das Sociedades Cotadas da CMVM, designadamente através da aplicação do Regulamento da CMVM nº 1/2010. Este Regulamento e as Recomendações sobre Governo das Sociedades encontram-se disponíveis para consulta no sítio da CMVM na Internet, no endereço [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

**0.2** Indicação discriminada das recomendações contidas no Código do Governo das Sociedades, adoptadas e não adoptadas.

<b>RECOMENDAÇÕES ( Cód. Gov. das Sociedades )</b>	<b>CUMPRIMENTO</b>	
<b>I. Assembleia Geral</b>		
<b>I.1 Mesa da Assembleia Geral</b>		
I.1.1	Adoptada	Ver Cap.I. ponto I.1
I.1.2	Adoptada	Ver Cap. I ponto 1.3
<b>I.2 Participação na Assembleia</b>		
I.2.1	Adoptada	Ver Capítulo I Ponto I.4

I.2.2	Adoptada	Ver Capítulo I Ponto I.5
<b>I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto</b>		
I.3.1	Adoptada	Ver Capítulo I Pontos I.9 e I.12
I.3.2	Adoptada	Ver Capítulo I Ponto I.11
I.3.3	Adoptada	Ver Capítulo I Ponto I.6 e I.7
<b>I.4 QUÓRUM DELIBERATIVO</b>		
I.4.1	Adoptada	Ver Capítulo I Ponto I.8
<b>I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS</b>		
I.5.	Adoptada	Ver Capítulo I Pontos I.13 e I.14
<b>I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES</b>		
I.6.1	Adoptada	Ver Capítulo I Pontos I.19 e I.20
I.6.2	Adoptada	Ver Capítulo I Ponto I.20.
<b>II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.1. TEMAS GERAIS</b>		
<b>II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA</b>		
II.1.1.1	Adoptada	Ver Capítulo 0 Ponto 03 e Capítulo II Ponto II.4
II.1.1.2	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.5
II.1.1.3	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.6
II.1.1.4	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.9
II.1.1.5	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II. 7
<b>II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA</b>		

II.1.2.1	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II. 1 e II.14
II.1.2.2	Não Adoptada	Ver Capítulo 0 Ponto 04. II.1.2.2
II.1.2.3	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.1.2.3
<b>II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO</b>		
II.1.3.1	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.21.
II.1.3.2	Não Adoptada	Ver Capítulo 0 Ponto II 16.
<b>II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES</b>		
II.1.4.1	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.35
II.1.4.2	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II 35
<b>II.1.5 REMUNERAÇÃO</b>		
II.1.5.1	Não Adoptada	Ver Capítulo 0 Ponto 04, II.1.5.1
II.1.5.2	Não Adoptada	Ver Capítulo 0 Ponto 04. II.1.5.2
II.1.5.3	Não Adoptada	Ver Capítulo 0 Ponto 04. II.1.5.3
II.1.5.4	Adoptada	Ver Capítulo I Pontos I.17 e I.18
II.1.5.6	Não Adoptada	Ver Capítulo 0 Ponto II.1.5.6
II 1.5.7	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.31
<b>II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
II.2.1.	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.3
II.2.2	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.3
II.2.3	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.3 e II.8

II.2.4	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II. 17
II.2.5	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II. 11
<b>II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO</b>		
II.3.1.	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.3, II 12 e II 13.
II.3.2	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.13
II.3.3	Não aplicável	Ver Capítulo 0 Ponto 04.II.3.3
<b>II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL</b>		
II.4.1	Não aplicável	Ver Capítulo 0 Ponto 04.II.4.1
II.4.2	Adoptada	Ver Capítulos II e III Pontos II.4 e III.15
II.4.3	Adoptada	Ver Capítulos II e III Pontos II.4 e III.15
II.4.4	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.21
II.4.5	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.21
II.4.6	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.4.6
<b>II.5. Comissões Especializadas</b>		
II.5.1	Não Adoptada	Ver Capítulo 0 Ponto 04. II.5.1
II.5.2	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.38 e II. 39

II.5.3	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II 39
II.5.4	Adoptada	Ver Capítulo II Ponto II.37
<b>III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA</b>		
<b>III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO</b>		
III.1.1	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III.16
III.1.2		
a)	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III. 16
b)	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III. 16
c)	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III. 16
d)	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III.16
e)	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III.16
f)	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III. 16
g)	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III. 16
h)	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III. 16
III.1.3	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III. 18
III.1.4	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III. 17
III.1.5	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III.17

<b>IV – Conflitos de interesses</b>		
<b>IV.1 Relações com accionistas</b>		
IV.1	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III.11
IV 1.2	Adoptada	Ver Capítulo III Ponto III.13

**0.3** O Conselho de Administração declara que o modelo de Governo da Sociedade adoptado se tem revelado adequado ao bom funcionamento interno e externo da Sociedade. O Conselho de Administração tem uma Comissão Executiva, composta por dois membros, a qual reúne semanalmente, apreciando as diversas matérias relacionadas com a gestão da Sociedade, havendo reuniões regulares com o membro não-executivo, circulando informação detalhada sobre os aspectos relevantes da sociedade entre os membros executivos e o membro não executivo do Conselho. O Relatório Anual de Gestão descreve a actividade desenvolvida pelo Administrador não-executivo. O Conselho de Administração não tem comissões de apoio especializadas. Não tem havido, da parte de qualquer órgão social, qualquer tipo de constrangimento ou reparo ao funcionamento do modelo do governo da Sociedade, dado o rigor e a frequência com que estas informações são prestadas. São elaboradas actas da Comissão Executiva e da Comissão de Vencimentos.

**0.4. II.1.2.2** O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero, que é membro não executivo. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios com a sociedade, no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do CSC. No entanto, não cumpre os requisitos de independência do artº 414 nº 5 do CSC, no sentido de que, sendo embora membro não executivo dos Conselhos de Administração de sociedades coligadas e por esta via cumprindo com a Recomendação da Comissão Europeia nº 2005/162/CE de 15 de Fevereiro de 2005 sobre esta matéria, não cumpre no entendimento (de sentido mais restritivo) que lhe é dado pela CMVM. Quanto à verificação dos requisitos de incompatibilidade, o mesmo Administrador não executivo cumpre tais regras, com excepção da alínea c) do nº 1 do artº 414º-A do CSC.

Concluindo, e embora a estrutura de administração da Sociedade não seja governada por comissão de auditoria integrante do seu Conselho de Administração (daí não se impor a esta a exigência legal contida no artº 423º-B do CSC, designadamente nos seus números 4 e 5), resultará não cumprido, segundo o entendimento da CMVM, o requisito do ponto II.1.2.2 do Código de Governo das Sociedades.

II.1.5.1 Não cumprida quanto aos membros executivos do Conselho de Administração da sociedade. A sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA. prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 756.034,00€ no ano de 2012. Entre as obrigações da ATPS-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é detida, em partes iguais, pelos Administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, da referida importância de 756.034,00€, no ano de 2012, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 378.017,00€.

O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa de 6.000,00€.

II.1.5.2 e II.1.5.3 Para a fixação de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não foram tidas, por comparativo, quaisquer

políticas e práticas remuneratórias de outros grupos de sociedades, entendendo-se que a Sociedade segue, nesta matéria, uma política que se comporta dentro de uma valorização média equivalente. Não se encontra determinada, ou pré-fixada, qualquer política sobre pagamentos relativos à destituição ou cessação, por acordo, da função de administradores.

Quanto à política de remunerações dos Dirigentes, consta a mesma da declaração do Conselho de Administração anexa ao Relatório de Governo, não existindo componentes variáveis relevantes, significativas ou assinaláveis, seja quanto ao tipo e decomposição da remuneração fixada a esses dirigentes, seja quanto aos respectivos montantes.

II.1.5.6 A sociedade não deu cumprimento a esta Recomendação na Assembleia Geral Anual de 2012, visto que o indicado Representante não compareceu à mesma.

II.3.3 Não aplicável no sentido do texto, explicando-se segundo o teor dos pontos infra Cap. II, Ponto II.12 e II.13.

II.4.1 Não aplicável, visto que a sociedade não se estrutura sob o indicado modelo.

II.5.1 Não se encontram constituídas, na Sociedade, outras comissões especializadas, para além da Comissão de Vencimentos. A Sociedade tem entendido, por bastante, a existência da Comissão de Vencimentos, face o modelo organizativo adoptado – o qual se tem revelado absolutamente fiável, eficaz e interactivo, produzindo a necessária e competente resposta às necessidades de uma *performance* perfeitamente ajustada aos critérios de independência e bom desempenho que lhe são exigíveis, atendendo à dimensão da Sociedade.

II.16. Tais regras emergem das regras que legalmente competem à assembleia geral de accionistas, eleitoral, onde sem prejuízo de este órgão eleger livremente os membros do Conselho de Administração, o processo de selecção será elaborado apreciando o perfil de cada candidato, em termos das suas habilitações, conhecimentos e experiência técnico-profissional. No entanto, face à existência de uma posição de controlo que confere a determinado(s) accionistas, concretamente sendo estes, ao mesmo tempo, administradores executivos, a possibilidade de escolha dos administradores executivos e não executivos não se conseguirá garantir o necessários distanciamento que a recomendação pretende assegurar. Logo, decorre da estrutura accionista da Ibersol, o incumprimento desta recomendação.

### **Capítulo I** **Assembleia Geral**

#### **I.1. Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral**

**Presidente:** Dr.<sup>a</sup> Alice de Assunção Castanho Amado;

**Vice-Presidente:** Dr.<sup>a</sup> Anabela Nogueira de Matos

**Secretária:** Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Moreira Araújo

A Empresa faculta à Presidente da Mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos adequados às suas necessidades, através dos Serviços de apoio do Secretário da Sociedade e do Gabinete Jurídico, este englobando três Advogados, considerando-se este apoio adequado à dimensão e situação económica da Sociedade. O Gabinete de Relações com Investidores/ Representante para o Mercado, presta também apoio por ocasião da realização das assembleias gerais,

respondendo aos pedidos de esclarecimento dos accionistas, organizando a credenciação da participação nas assembleias gerais, em interligação com o secretário da sociedade e com a mesa da assembleia geral.

**I.2. Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos:** 2009 – 2012;

**I.3. Indicação da remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral.**

Durante o ano de 2012, a remuneração auferida pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral foi de 1.333,44€.

**I.4. Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral.**

Os estatutos da sociedade exigem, no seu artº 20º nº 1, que os accionistas comprovem à sociedade a titularidade e depósito das acções até cinco dias úteis antes da data de realização da assembleia geral anual, vigorando o sistema da data de registo ( *record date*). O Dec. Lei nº 49/2010 de 19 de Maio alterou o Código dos Valores Mobiliários, introduzindo novas regras aplicáveis à participação dos accionistas na Assembleia Geral, tendo eliminado a necessidade de bloqueio das acções como condição de participação na Assembleia Geral.

**I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.**

Nos termos do artº 20º nº 3 dos estatutos, em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a Sociedade não obriga ao bloqueio das acções ou dos títulos de subscrição durante todo o período até que a sessão seja retomada, bastando-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.

**I.6. Número de acções a que corresponde um voto.**

Corresponde um voto a cada acção da sociedade, nos termos do artigo 21º nº 1 dos Estatutos.

**I.7. Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.**

Os estatutos societários prevêm no seu artigo vigésimo nº 2, que os accionistas titulares de acções preferenciais sem voto e os obrigacionistas não poderão participar nas assembleias gerais, sendo representados nas mesmas pelo seu representante comum.

**1.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.**

De acordo com o artigo 23º dos Estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação é indispensável a presença ou representação de accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social. De acordo com o artigo 21º dos Estatutos, nºs 1 e 2, a cada acção corresponde um voto e as deliberações em assembleia geral serão tomadas por maioria simples, excepto se a lei exigir diferentemente.

**I.9. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.**

Existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência consignadas no artigo 22º n.ºs 3 a 11 dos Estatutos societários, não existindo qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência. A sociedade disponibiliza o boletim de voto por correspondência e informa dos procedimentos necessários para exercer esse direito, conforme Anexo III.

**I.10. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.**

A sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo está disponível no sítio da sociedade, na Internet, [www.ibersol.pt](http://www.ibersol.pt).

**I.11. Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.**

Os votos por correspondência podem ser recebidos até três dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos do artº 22º n.º 4 dos Estatutos.

**I.12. Exercício do direito de voto por meios electrónicos.**

Não é ainda exequível o exercício do direito de voto por meios electrónicos. Anota-se que até esta data a sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

**I.13. Possibilidade de os accionistas acederem aos extractos das actas das reuniões das assembleias gerais no sítio da internet da sociedade, nos cinco dias após a realização da assembleia geral.**

Estão disponíveis aos accionistas, no sítio da Internet da Sociedade, as actas das reuniões da Assembleia Geral, no referido prazo, assim como uma estatística simples referente ao número de presenças, ordem de trabalhos e deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas nos últimos 5 anos.

**I.14. Existência de um acervo histórico, no sítio da internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos três anos antecedentes.**

Estão disponíveis aos accionistas, no sítio da Internet da Sociedade, as actas das reuniões da Assembleia Geral, o capital social nas mesmas representado, e os resultados das votações com referência aos últimos 8 anos.

**I.16. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração.**

A política de remunerações dos órgãos sociais é da responsabilidade da Comissão de Vencimentos, que a irá submeter, no ano de 2013, à aprovação na Assembleia Geral de Accionistas.

Da ordem de trabalhos da Assembleia Geral anual tem vindo a constar um ponto destinado à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade, em cumprimento do disposto no artº 376º n.º 1 al.c) do CSC.

**I.17. Informação sobre a intervenção da assembleia geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções, ou com base nas variações de preços das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º- B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à Assembleia Geral com vista a uma avaliação correcta desses planos.**

Não existiram quaisquer propostas à Assembleia Geral sobre planos de atribuição de acções e/ou qualquer outra espécie ou modalidade das acima referidas.

**I.18 Informação sobre a intervenção da assembleia geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do artº 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.**

Não foi suscitada, submetida ou emitida qualquer proposta ou deliberação em Assembleia Geral, no sentido e/ou com o indicado conteúdo.

**I.19 Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação de assembleia geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.**

Não existe qualquer norma estatutária no sentido apontado - ou seja, que limite o número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por qualquer accionista.

**I.20. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.**

Não existem no seio da Sociedade medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração, seja de que natureza forem, e independentemente de qualquer momento temporal ou fáctico – o que envolve, por natureza, a inexistência de eventuais medidas que operem em momento prévio a uma potencial oferta pública de aquisição. Não existem *voting caps*, ou *acordos parassociais*, ou quaisquer outros meios ou medidas, de qualquer espécie, que limitem a transmissibilidade das acções.

**I.21. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.**

Existem no seio da Sociedade Contratos de Franquia relativos à concessão de exploração, sob Licença, de Marcas Internacionais de Restauração, em que a Ibersol, SGPS, SA. figura como parte acessória garante do respectivo cumprimento, sendo sociedades suas participadas as partes principais nos mesmos contratos. Neles são estabelecidas algumas limitações à mudança de controlo nas participadas da Ibersol, SGPS, SA., bem como nas sociedades com posição de domínio na Ibersol, SGPS, SA. Tais limitações, sujeitas a necessárias condições de razoabilidade e equilíbrio

contratual, consistem essencialmente no dever de comunicação prévia e/ou de aprovação, por parte desses Franqueadores, bem como à prevenção de concorrência no ramo de exploração das referidas marcas de restauração.

**I.22. Acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.**

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

**Capítulo II Órgãos de Administração e Fiscalização**  
**Secção I – Temas Gerais**

**II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade:**

**Conselho de Administração:**

Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;  
Vice - Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira ;  
Vogal – Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero;

**Comissão Executiva:**

Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;  
Vice – Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

**Conselho Fiscal:**

Presidente – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;  
Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;  
Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;  
Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:**

Pricewaterhousecoopers & Associados – SROC, LDA.;  
Representada por Dr. Hermínio António Paulos Afonso ( ROC);

**Secretário da Sociedade:**

Secretário Efectivo – Dr. José Carlos Vasconcelos Novais de Queirós;  
Secretário Suplente – Dr.ª Maria Helena Moreira de Araújo;

**II. 1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.**

O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero, que é membro não executivo. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios com a sociedade,

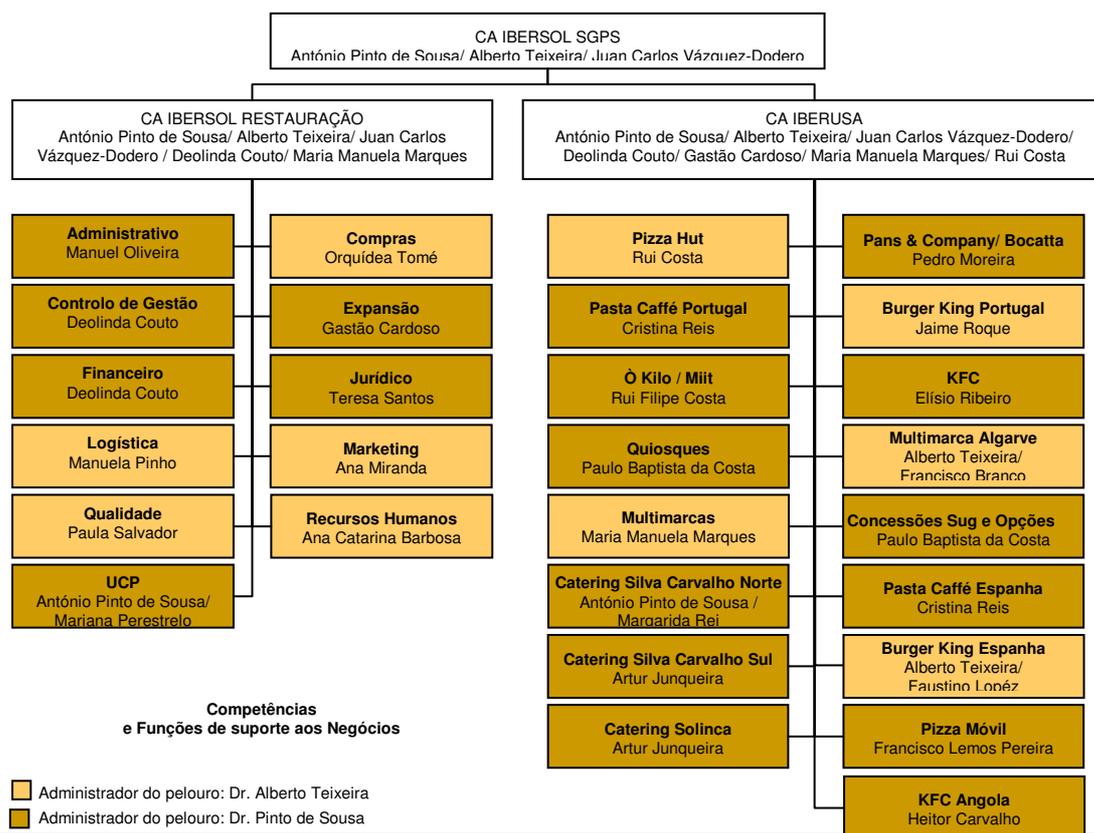
no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do CSC. No entanto, não cumpre os requisitos de independência do artº 414 nº 5 do CSC, designadamente no sentido de que, sendo embora membro não executivo dos Conselhos de Administração de sociedades coligadas e por esta via cumprindo com a Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005 sobre esta matéria, não cumpre no entendimento (de sentido mais restritivo) que lhe é dado pela CMVM. Quanto à verificação dos requisitos de incompatibilidade, o mesmo Administrador não executivo cumpre tais regras, com excepção das alíneas c) e h) do nº 1 do artº 414º-A do CSC. Concluindo, e embora a estrutura de administração da Sociedade não seja governada por comissão de auditoria integrante do seu Conselho de Administração (daí não se impor a esta a exigência legal contida no artº 423º-B do CSC, designadamente nos seus números 4 e 5), resultará cumprido, segundo o entendimento da CMVM, o requisito do ponto II.1.2.3 do Código de Governo das Sociedades.

**II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.**

Não existentes.

**II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis e das competências efectivamente delegadas.**

**Organograma da Sociedade**



### **Órgão de Administração**

A Ibersol, SGPS, SA. tem um Conselho de Administração composto por três membros, um Presidente, um Vice- Presidente e um Vogal.

Dois dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração nos termos do artº 8º nº 4 dos Estatutos da Sociedade, e um outro Administrador exerce funções não executivas.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios acima mencionados, reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões referidas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são, designadamente, os seguintes:

- a) plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do artº 407º nº 4 do CSC;
- b) desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- c) Competir-lhe-á assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

Quanto à distribuição dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente quanto à rotatividade do Responsável pelo pelouro financeiro, é entendimento da sociedade que tal rotatividade não serve os interesses societários, sendo uma medida que em nada contribuiria para estabilização e melhoria contínua dos seus objectivos, mas, mais ainda, é entendimento da sociedade que esta obrigação, a existir, só será objectivamente exigível para futuro, ou seja, ao fim de dois mandatos a contar da data de início da vigência da Recomendação contida no ponto II.2.5 do Código do Governo das Sociedades (este com efeitos a partir de Setembro de 2007).

Os Administradores da Sociedade, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, prestam, em tempo útil, de forma suficiente e bastante, todas as informações por aqueles órgãos solicitadas.

**II.4. Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e serem objecto de divulgação no sítio da internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.**

O Relatório do Conselho Fiscal inclui a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida e, sendo o caso, refere eventuais constrangimentos detectados, sendo estes objecto de divulgação no sítio da internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

O Conselho de Administração declara que o modelo de governo da Sociedade adoptado se tem revelado adequado ao bom funcionamento interno e externo da Sociedade. O Conselho de Administração tem uma Comissão Executiva, composta por dois membros, a qual reúne semanalmente, apreciando as diversas matérias relacionadas com a gestão da Sociedade, havendo reuniões regulares com o membro não-executivo, circulando informação detalhada sobre os aspectos relevantes da sociedade entre os membros executivos e o membro não executivo do Conselho. O Relatório anual de gestão descreve a actividade desenvolvida pelo Administrador não-executivo. O Conselho de Administração não tem comissões de apoio especializadas. Não tem havido, da parte de qualquer órgão social, qualquer tipo de constrangimento ou reparo ao funcionamento do modelo do governo da Sociedade, dado o rigor e a frequência com que estas informações são prestadas. São elaboradas actas da Comissão Executiva e da Comissão de Vencimentos.

**II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão, ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.**

A Sociedade não tem especificamente serviços de auditoria interna, com especificidade funcional e reporte directo ao Conselho Fiscal (atendendo ao modelo latino adoptado), sendo os referidos *serviços de compliance* assegurados pelos departamentos respectivos da empresa. Tomando em nota que, orgânico-funcionalmente, as diferentes direcções do Grupo encabeçam os serviços de *compliance* directamente junto do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, aqui sempre que por este último órgão solicitadas, estando esses responsáveis devidamente identificados no organigrama da sociedade constante do ponto II.3, mais se detalhando o respectivo desempenho no ponto II.5. Cumpre reafirmar que, sendo o modelo de governação da sociedade, o modelo latino, os *serviços de compliance*, assegurados pelos Departamentos respectivos da Empresa, são efectuados em interacção, quer com o Conselho Fiscal, quer com o Administrador não-Executivo da Sociedade, reportando funcionalmente ao mesmo Administrador, fazendo-o independentemente da relação hierárquica que esses Departamentos mantenham com a Administração Executiva da Sociedade. No âmbito dos Serviços de Auditoria, o SROC reúne com os diferentes Departamentos do Grupo, pelo menos duas vezes por ano, para análise e revisão do sistema de controlo interno, sendo objecto de Relatório para o Conselho Fiscal e posterior discussão com o Conselho de Administração, nomeadamente com o Administrador não-Executivo.

**II.5. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia.**

A gestão de risco, sendo uma das componentes da cultura da sociedade, está presente em todos os processos e é responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis da organização.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais, destacando-se:

### **Qualidade e Segurança Alimentar**

No negócio da Restauração o risco associado à Higiene e Segurança Alimentar assume primordial importância.

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principais vertentes uma actuação responsável e pro-activa, segundo os princípios da prevenção, formação, seguimento de indicadores e a procura da melhoria contínua por forma a minimizar os riscos alimentares com impactos na saúde dos consumidores.

As principais dimensões de gestão desta área de risco são:

- Qualificação e Selecção dos Fornecedores e Produtos na área da qualidade/segurança alimentar e o Programa de Controlos Periódicos aos Fornecedores/Produtos e Serviços;
- garantia da eficácia do Sistema de Rastreabilidade implementado;
- controlo do Processo Produtivo nas unidades através de Sistemas de HACCP;
- Sistema de Desenvolvimento de Competências em Segurança Alimentar;
- Manutenção e Monitorização dos dispositivos de medição;
- Sistema de Gestão de Crises Alimentares, que permite a monitorização a todo o momento dos sistemas de alerta alimentar existentes e a actuação imediata quando necessário;
- Sistema de Melhoria Contínua, suportado, entre outros instrumentos, por Programa de Auditorias Externas, em todas as unidades do Grupo; Programa de análises microbiológicas dos produtos finais realizado, por amostragem por entidade externa acreditada, Sistema de Tratamento de Reclamações, Programa de Cliente Mistério e Programa de Auditorias Internas no âmbito dos indicadores relacionados com a Segurança Alimentar.
- Programa Viva Bem, através do qual o Grupo informa os consumidores sobre o seu sistema de Segurança Alimentar, bem como a oportunidade de terem hábitos alimentares saudáveis, garantindo-lhes de uma forma transparente, a informação necessária para fazerem as escolhas mais correctas.
- Processo de certificação do sistema de gestão da segurança alimentar no âmbito da norma ISO 22000, exigente padrão internacional em segurança alimentar.

### **Segurança e Higiene no Trabalho**

A coordenação do processo de gestão desta área de risco está a cargo da Direcção de Recursos Humanos que coordena os Planos de Formação e monitoriza a aplicação das normas e procedimentos definidos no Manual de SHT em vigor na Ibersol.

### **Financeiros**

A gestão de risco na área financeira é conduzida pela Direcção Financeira, centrando-se no seguimento da volatilidade dos mercados financeiros, especialmente taxa de juro. A situação actual dos mercados tem levado a que o risco de liquidez assuma uma maior relevância. As principais fontes de exposição a risco são:

#### **a) Risco câmbio**

O risco cambial é ainda reduzido, uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico. Os empréstimos bancários estão sobretudo denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes. De igual modo as compras e o financiamento externo das subsidiárias angolanas (dado que uma parte substancial dos activos estão cobertos com fundos próprios) ainda têm pouca expressão.

No que respeita a futuros financiamentos fora da zona Euro o grupo prosseguirá uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local sempre que as condições de taxa de juro o recomendem.

O aumento da actividade em Angola traduzir-se-á num aumento do risco de cambio, que afectará o valor dos activos e passivos.

#### **b) Risco de taxa de Juro**

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

A Ibersol recorreu a operações de cobertura do risco taxa de juro para 40% dos empréstimos obtidos. Em virtude da política de liquidez seguida nos últimos exercícios e das disponibilidades representarem cerca de 35% do passivo remunerado pelo que se entende ser reduzida a exposição ao risco de taxa de juro.

#### **c) Risco de crédito**

A principal actividade do Grupo é feito com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito/crédito, logo o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Contudo, com o aumento das vendas do negócio de catering, com uma parte significativa de vendas a crédito, o Grupo passou a monitorizar de forma mais regular as contas a receber com o objectivo de:

- i) limitar o crédito concedido a clientes
- ii) analisar com as operações a antiguidade e recuperabilidade dos valores a receber
- iii) analisar o perfil de risco dos clientes.

### d) Risco de liquidez

Como já referido a actual situação dos mercados financeiros veio dar uma maior relevância ao risco de liquidez. O planeamento financeiro sistemático com base na previsão de *cash flows* em mais que um cenário e para períodos mais longos que um ano tornou-se uma exigência no Grupo. A tesouraria de curto prazo é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento. A política de diálogo aberto com todos os parceiros financeiros tem permitido manter uma relação com elevado grau de confiança, apesar das restrições de liquidez com que vem debatendo a Banca portuguesa. O Grupo em detrimento do custo privilegiou o risco de liquidez e tem vindo a reforçar os financiamentos de médio e longo prazo que resultaram em substituição de linhas de curto prazo ficando com alguns excedentes para a constituição de aplicações. A gestão do risco de liquidez passa também pela manutenção dum confortável nível de disponibilidades. O Grupo terminou o exercício com cerca de 26 milhões de euros em disponibilidades, dos quais 19 milhões em depósitos a prazo que representam cerca de 35% do passivo remunerado. Porém, a redução do risco de liquidez faz incrementar o risco de aplicação dos excedentes de tesouraria.

### e) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%. Por prudência face aos constrangimentos actuais dos mercados, em 2012, registamos um rácio de 19%.

### **Ambientais**

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principal vertente a implementação da política decorrente dos Princípios de Sustentabilidade Ibersol, para que os processos e procedimentos, de forma transversal aos níveis hierárquicos, sejam aplicados no âmbito do ambiente.

A adopção das boas práticas de gestão ambiental é uma preocupação do Conselho de Administração da Ibersol que se consubstancia na promoção de comportamentos responsáveis e proactivos na gestão dos recursos e dos resíduos.

Os procedimentos vertidos para o Manual de Standards Ibersol no que respeita a esta área focam principalmente a utilização racional de electricidade e a reciclagem de óleos usados e embalagens.

### **Contingência**

A imprevisibilidade de evolução dos mercados financeiros poderá acarretar aumento dos custos de financiamento, sendo nossa convicção de que a sociedade ultrapassará essas dificuldades.

A acentuada quebra do consumo verificada no último ano, principalmente em Portugal, continuará a afectar as vendas de restauração pelo que continuamos a prever uma evolução negativa das vendas no ano de 2013. Para atenuar o efeito nos resultados a sociedade tem adoptado um rigoroso controlo dos custos com uma

monitorização mensal da evolução do mercado e a consequente revisão do planeamento de recursos a utilizar.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

**II.6. Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.**

O órgão de administração da sociedade acompanha em permanência os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, dispondo de informação eficiente e actualizada, avaliando por forma corrente e sistemática o seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade, prestando ao órgão de fiscalização toda a informação que lhe seja solicitada.

**II.7. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.**

A Sociedade dispõe de Regulamentos de funcionamento do seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, publicados no sítio da Internet da Sociedade.

Não foi definida lista de incompatibilidades nem número máximo de cargos acumuláveis pelos Administradores em órgãos de administração de outras sociedades, na medida em que os Administradores da sociedade – com excepção do Administrador não executivo - exercem apenas funções executivas nas sociedades que integram o Grupo.

O membro não executivo participou nas reuniões de Conselho de Administração tendo-lhe sido prestada atempadamente toda a informação relativa aos pontos da ordem de trabalhos de todas elas. Periodicamente, participa nas reuniões da Comissão Executiva particularmente naquelas dedicadas à discussão da estratégia e planeamento dos negócios. Presta especial apoio à função de Planeamento e Controlo de Gestão e ao desenvolvimento dos Quadros que integram este Departamento. Sistemáticamente recebe do Controlo de Gestão a informação que lhe permite o acompanhamento da actividade corrente.

**Secção II – Conselho de Administração**

**II.8 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões.**

O presidente do órgão de administração, exercendo funções executivas, empreende os necessários mecanismos de coordenação com os demais membros do órgão, designadamente com o membro não - executivo, mediante meios de informação permanente e directa, não havendo quaisquer constrangimentos que impeçam decisões independentes e informadas.

**II.9. Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade**

Conforme desenvolvido no ponto II.5, a imprevisibilidade de evolução dos mercados financeiros poderá acarretar aumento dos custos de financiamento, sendo que de um ponto de vista financeiro o principal risco a que a sociedade está exposta é ao risco de taxa de juro.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos numa óptica económica.

Quanto aos riscos jurídicos, estes não assumem dimensão significativa no quadro societário, uma vez que se podem considerar contidos, nos seus diversos âmbitos materiais, num quadro normal e de risco diminuto, designadamente quanto ao contencioso de regulação promovido por instâncias reguladoras aplicáveis ao sector de actividade, não sendo de assinalar como relevante qualquer outro contencioso judicial ou extra-judicial, seja de âmbito comercial, laboral ou outro.

#### **II.10. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.**

Os poderes do órgão de administração são os atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais e aqueles que constam dos artigos 4º nº 2, 8º, 11º e 12º, dos Estatutos da Sociedade.

No que respeita a deliberações de aumento de capital, o contrato da sociedade no seu artº 4º nº 2 autoriza o Conselho de Administração a deliberar aumentos de capital até ao limite de cem milhões de euros.

#### **II.11. Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.**

A política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, sendo as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização as previstas no Código das Sociedades Comerciais, segue ainda o entendimento de que tal obrigação será aplicável ao fim de dois mandatos a contar da data de início da vigência da Recomendação contida no ponto II.2.5 do Código do Governo das Sociedades, na sua anterior redacção (este com efeitos a partir de Setembro de 2007). Assim, tal rotação verificar-se-à no final do mandato em curso (2009/2012).

#### **II.12. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.**

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reúne, normalmente, uma vez por trimestre e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois dos seus membros o convoquem, devendo as deliberações tomadas constar das respectivas actas. O Conselho de Administração só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos. Ao longo do exercício de 2012, o Conselho de Administração reuniu-se por 10 vezes e o Conselho Fiscal reuniu por 5 vezes. Por sua vez, o Comissão Executiva reúne-se normalmente duas vezes por mês e durante o ano de 2012 reuniu por 22 vezes.

As actas de reunião do Conselho de Administração constam do respectivo livro de actas, bem como as do Conselho Fiscal.

**II.13 Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de actas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as matérias financeiras.**

Remete-se para os termos da informação prestada no ponto antecedente, salientando que a Comissão Executiva reuniu por 22 vezes no ano de 2012, e disponibiliza as actas ao Conselho de Administração e à Presidente do Conselho Fiscal, não sendo aplicável a convocação formal de qualquer destes órgãos.

**II.14. Distinção dos membros executivos dos não - executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpririam, se lhes fossem aplicáveis, as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artº 414-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b) e os critérios de independência previstos no nº 5 do artº 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.**

O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero, que é membro não executivo, não estando associado a grupos de interesses específicos, quer da Sociedade, quer dos seus accionistas de referência, não tendo interesses relevantes susceptíveis de colidir ou interferir com o livre exercício do seu mandato social, mais se referindo que não foi constituída qualquer comissão de controlo interno. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios com a sociedade, no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do CSC, cumprindo os demais requisitos de independência do artº 414 nº 5 do CSC. Quanto à verificação dos requisitos de incompatibilidade, o mesmo Administrador não executivo cumpre tais regras, com excepção da alínea c) do nº 1 do artº 414º-A do CSC.

**II.15. Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração.**

Tal como resulta do descritivo do ponto anterior, não são aplicados outros critérios para além dos legais.

**II.17. Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detectados.**

O Relatório Anual de Gestão inclui uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelo Administrador não executivo, não reportando quaisquer constrangimentos.

**II.18. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato,**

**e**

**II.19. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.**

Todos os membros do Conselho de Administração exercem funções em órgãos de administração de outras sociedades, conforme se especifica:

**Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa**

**Formação académica**

- Licenciado em Direito - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- CEOG – Curso de Gestão – Universidade Católica do Porto

**Actividade profissional**

- Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas da Ibersol, SGPS, SA

**Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1991 / 2012;**

**Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:**

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBERKING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, RESTAURAÇÃO, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

INVERPENINSULAR, SL

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA

VIDISCO SL. Y LURCA SA. Union Temporal de Empresas

VIDISCO, SL

LURCA, SA

IBR – Imobiliária, SA

QRM – Projectos Turísticos, SA

RESTOH – Restauração e Catering, SA.

JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

SEC - EVENTOS E CATERING, SA.

IBERSOL ANGOLA, S.A.

**GERENTE**

FERRO & FERRO, Lda.

RESTMON (Portugal) - Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

Parque Central da Maia- Actividades Hoteleiras, Sociedade Unipessoal, Lda

**Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:**

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

ATPS II, SGPS, SA.

MBR, IMOBILIÁRIA, SA.

CHEF GOURMET, SA.

I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA

POLIATLÂNTICA, SA.

PLASTEUROPA- Embalagens, SA.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :**

1.400 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.

3.384.000 acções representativas de 50% do capital da ATPSII, SGPS,SA

A ATPS II, SGPS,SA, em 31/12/2012, é detentora de 5.680 acções representativas de 50,04% do capital social da ATPS, SGPS, SA.

A ATPS, SGPS, SA em 31/12/2012, é detentora de 786.432 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA, de 2.455.000 acções representativas de 100% do capital da I.E.S. – Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA e de 146.815.181 acções representativas de 100% do capital da Regard-SGPS, S.A.

A IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA, em 31/12/2012, é detentora de 9.998.000 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

A Regard-SGPS, SA, em 31/12/2012, é detentora de 99.927 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.

**Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira**

**Formação académica**

- Licenciado em Economia – Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

**Actividade profissional**

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA

- Administrador de outras empresas participadas da Ibersol, SGPS, SA

**Data da primeira nomeação e termo do mandato** – 1997 / 2012;

**Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:**

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBERKING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, Restauração, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

INVERPENINSULAR, SL

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA

VIDISCO SL. Y LURCA SA. Union Temporal de Empresas

VIDISCO, SL

LURCA, SA

IBR – Imobiliária, SA

QRM – Projectos Turísticos, SA

RESTOH – Restauração e Catering, SA.

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

SEC - EVENTOS E CATERING, SA.

IBERSOL ANGOLA, S.A.

**GERENTE**

FERRO & FERRO, Lda.

RESTMON (Portugal) – Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

---

Parque Central da Maia- Actividades Hoteleiras, Sociedade Unipessoal, Lda

**Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:**

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

ATPS II, SGPS, SA.

I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA

MATEIXA Soc. Imobiliária, SA.

CHEF GOURMET, SA.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :**

1.400 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.

3.384.000 acções representativas de 50% do capital da ATPSII, SGPS,SA

A ATPS II, SGPS,SA, em 31/12/2012, é detentora de 5.680 acções representativas de 50,04% do capital social da ATPS, SGPS, SA.

A ATPS, SGPS, SA em 31/12/2012, é detentora de 786.432 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA, de 2.455.000 acções representativas de 100% do capital da I.E.S. – Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA e de 146.815.181 acções representativas de 100% do capital da Regard-SGPS, S.A.

A IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA, em 31/12/2012, é detentora de 9.998.000 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

A Regard-SGPS, SA, em 31/12/2012, é detentora de 99.927 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.

**Juan Carlos Vázquez-Dodero**

**Formação académica**

- Licenciado em Direito – Universidad Complutense de Madrid

- Licenciado em Ciências Empresariales – I.C.A.D.E. Madrid

- Mestre em Economia y Dirección de Empresas – I.E.S.E. Universidade de Navarra

- Doutorado em Negócios y Dirección - I.E.S.E. Universidade de Navarra

- Programas “Managing Corporate Control and Planning” e “Strategic Cost Management” – Harvard University

**Actividade profissional**

- Professor Ordinário do IESE

- Assessor e consultor em várias empresas Europeias e Americanas

- Vogal do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA

- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

**Data da primeira nomeação e termo do mandato:** 1999 / 2012

**Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:**

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL ANGOLA S.A.

**Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:**

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA

ATPS II, SGPS. SA.

Promociones Inmobiliarias Polska, S. A.

FINAVES I, SCRRRC, S.A.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA** : não é titular de acções da sociedade.

**Secção III – Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as matérias Financeiras e Conselho Fiscal**

**II.21. Identificação dos membros do conselho fiscal, declarando-se que cumprem que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e se cumprem os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito o Conselho Fiscal procede à respectiva auto-avaliação.**

**Conselho Fiscal:**

Presidente – Dr.<sup>a</sup> Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;  
Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;  
Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;  
Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem os requisitos de independência estabelecidos no artº 414 nº 5 do CSC e de inexistência das incompatibilidades previstas no artº 414-A, nº 1 do CSC.

Todos os membros possuem qualificações e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções, conforme descrito nos pontos seguintes (II.13 e II.14).

Compete ao Conselho Fiscal, em articulação com o Revisor Oficial de Contas, a fiscalização da sociedade, nomeadamente:

- verificar adequação das políticas contabilísticas
- fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno
- fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira
- fiscalizar a revisão de contas

Compete – lhe ainda propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Relatório anual sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal é objecto de divulgação em conjunto com os documentos de prestação de contas, no sítio da Internet da sociedade.

Para todos os efeitos, o Conselho Fiscal representa a sociedade junto do Auditor Externo zelando para que sejam asseguradas todas as condições à prestação dos serviços, avaliando anualmente o respectivo desempenho, sendo o seu interlocutor e destinatário dos respectivos relatórios, em simultâneo com o Conselho de Administração.

Neste documento refere o Conselho Fiscal ter realizado reuniões trimestrais, nestas contando com a presença do revisor de contas e do auditor externo, os quais deram

conhecimento e obtiveram a concordância do Conselho Fiscal relativamente ao plano da sua actividade fiscalizadora, não sendo referida a ocorrência de qualquer constrangimento, Este órgão procedeu à sua auto-avaliação relativamente ao cumprimento dos requisitos de independência.

**II.22. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da Sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.**

e

**II.23. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.**

**Presidente – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;**

**Formação académica**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Pós- Graduação em Estudos Europeus pela Fac. Direito da Universidade de Coimbra;
- Curso de Finanças para não Financeiros pela EGP;

**Actividade profissional dos últimos cinco anos :**

- Directora de Assessoria Legal da “ Sonae – SGPS, SA.”;

**Data da primeira nomeação e termo do mandato:** 2007 / 2012.

**Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol:** não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :**

Não é titular de acções da sociedade.

**Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;**

**Formação académica**

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto ( 1970 );

**Actividade profissional dos últimos cinco anos:**

- Docência Universitária;
- Consultoria Fiscal;

**Data da primeira nomeação e termo do mandato:** 2008 / 2012.

**Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol:** não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :**

Não é titular de acções da sociedade.

**Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;**

**Formação académica**

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto ( 1966 );

**Actividade profissional dos últimos cinco anos :**

- Pensionista desde 25/10/2005 ;
- Administrador da “ Laminar – Indústria de Madeiras e Derivados, SA.” desde 29/11/2002;

**Data da primeira nomeação e termo do mandato:** 2007 / 2012.

**Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol:** não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :**

Não é titular de acções da sociedade.

**Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;**

**Formação académica**

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra (1978);

**Actividade profissional dos últimos cinco anos :**

- Exercício da Advocacia em regime liberal na Comarca do Porto;

**Data da primeira nomeação e termo do mandato:** 2007 / 2012.

**Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo**

**Ibersol:** não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

**Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :**

Não é titular de acções da sociedade.

**II. 24. Referencia ao facto de o Conselho Fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia geral de destituição do auditor com justa causa.**

O Conselho Fiscal procede à avaliação anual do Auditor Externo e inclui as suas conclusões no seu Relatório e Parecer, emitidos nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais.

**Secção IV - Remuneração**

**II.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de Junho.**

Para a fixação de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não foram tidas, por comparativo, quaisquer políticas e práticas remuneratórias de outros grupos de sociedades, não estando determinada qualquer política sobre pagamentos relativos à destituição ou cessação, por acordo, da função de administradores.

Quanto à política de remunerações dos dirigentes, consta a mesma da declaração do Conselho de Administração anexa ao Relatório de Governo, não existindo componentes variáveis importantes, ou significativas, na remuneração desses dirigentes.

**II.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga.**

A sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 756.034,00€ no ano de 2012. Entre as obrigações da ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS -Sociedade Gestora de

Participações Sociais, SA. é detida, em partes iguais, pelos Administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, da referida importância de 756.034,00€ no ano de 2012, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 378.017,00€. Os Administradores executivos não auferem qualquer remuneração noutras empresas do grupo, nem têm direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.

O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa de 6.000,00€, não auferindo este membro quaisquer outras componentes remuneratórias, seja a que título for, designadamente prémios de desempenho, bónus ou quaisquer *fees* complementares de desempenho, complemento de reforma, e/ou quaisquer pagamentos adicionais à quantia anual de 6.000,00€ que lhe tenham sido prestados pela Sociedade.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal, no cômputo global do ano de 2012, foram as seguintes: Presidente: 8.785,92€; Vice-Presidente: 8.785,92€; Vogal: 8.785,92€ e SROC: 34.499,98€.

A Comissão de Vencimentos é independente do Conselho de Administração, sendo da sua competência a apresentação à Assembleia Geral anual a política de remunerações da sociedade.

**II. 32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentivada a assunção excessiva de riscos.**

A política de remuneração dos Administradores é da competência da Comissão de Vencimentos, que a irá submeter à aprovação dos Accionistas da Sociedade na Assembleia Geral Anual de 2013, conforme Anexo I.

Os princípios gerais da política de remunerações dos Órgãos de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

a) Funções desempenhadas.

Relativamente às funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais mencionados, no sentido de tomar em consideração a natureza e a actividade efectivamente exercida, bem como as responsabilidades que lhes estão cometidas. Não estarão, no sentido orgânico-funcional, na mesma posição e por igual todos os membros do conselho fiscal ou da mesa da assembleia geral, bem como a sociedade revisora. A ponderação destas funções deve observar critérios diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo dispendido, ou o valor que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

b) A situação económica da sociedade.

Também este critério será fonte de interpretação. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade funcional, em termos relativos, será um dos aspectos em relevo.

**II .33. Relativamente à remuneração dos administradores executivos:**

**a) Referencia ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;**

Não aplicável.

**b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A Comissão de Vencimentos avalia esse desempenho.

**c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

Não aplicável.

**d) Explicação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;**

- Não aplicável.

**e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de deferimento;**

Não aplicável.

**f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de deferimento.**

Não aplicável.

**g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções, bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das acções da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite e sua relação face ao valor da remuneração total anual;**

Não aplicável, uma vez que não se verifica a aplicação de tais critérios, não existindo remuneração variável, nem quaisquer critérios aplicáveis à manutenção das acções da sociedade, e/ ou quaisquer contratos do tipo dos que são descritos.

**h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de deferimento e do preço de exercício;**

- Não existe remuneração variável.

**i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;**

- Não existem.

**j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.**

- Não existe tal tipo de remuneração.

**l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;**

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex -administradores executivos relativas à cessação de funções durante o exercício.

**m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração;**

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador, não existindo igualmente a indicada relação com componente variável da remuneração (esta componente variável não está estipulada contratualmente) .

**n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;**

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo. Conforme se indicou no Capítulo 0, ponto 04. II.1.5.1, a sociedade Accionista ATPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. prestou serviços de administração e gestão ao grupo, tendo recebido da participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 756.034,00€ no ano de 2012.

**o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas à apreciação pela assembleia geral;**

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

**p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.**

Não há benefícios não pecuniários que possam ser considerados como remuneração, atribuídos a nenhum dos administradores.

**q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável;**

Não aplicável.

**II.34. Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.**

A remuneração do administrador não executivo não integra componentes variáveis.

**II.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respectiva intervenção no procedimento).**

A Sociedade dispõe de uma política instituída para recebimento de comunicações, reclamações ou queixas sobre irregularidades detectadas na empresa. Conforme consta do Regulamento do Conselho Fiscal divulgado no sitio da sociedade, este órgão regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, promovendo, conforme for adequado, as necessárias diligências junto da administração e da auditoria e sobre as mesmas elabora o seu relatório. Assim, tal tipo de irregularidades pode ser comunicada de forma não anónima ao Conselho Fiscal, através de comunicação à Sociedade dirigida aquele órgão. A sociedade encaminhará as comunicações recebidas ao Presidente daquele órgão, assegurando a sua confidencialidade.

## **Secção V – Comissões Especializadas:**

**II. 36 Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.**

Existe constituída uma Comissão de Vencimentos, composta por três membros, Vítor Pratas Sevilhano, Dr. Amândio Mendonça da Fonseca e Don Alfonso Munk Pacin.

**II. 37 Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.**

A Comissão de Vencimentos reúne regular e anualmente, por uma vez e elabora as respectivas actas.

**II. 38. Referência ao facto de um membro da Comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.**

Designadamente um dos membros da Comissão de Vencimentos, Dr. Amândio Mendonça da Fonseca, possui conhecimentos e experiência nas matérias referidas.

**II.39. Referência à independência das pessoas singulares ou colectivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao Conselho de Administração, bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação actual com consultora da empresa.**

Os membros que compõem a Comissão de Vencimentos são independentes dos membros do Conselho de Administração, não tendo sido contratada para apoio à Comissão de Vencimentos, seja a que título for, qualquer pessoa singular ou colectiva que, nos últimos três anos, tenha prestado serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade, ou que tenha relação actual com consultora da empresa.

### **Capítulo III - Informação e Auditoria**

**III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.**

O capital social da Ibersol, SGPS, SA. é representado por 20.000.000 de acções ordinárias nominativas, cada uma com o valor nominal de 1 euro, sendo iguais os direitos e deveres inerentes a todas as acções.

O capital é composto por um total de 20.000.000 de acções, sob a forma de representação escritural, correspondentes a igual valor nominal total em euros, encontrando-se todas admitidas à negociação na *Euronext Lisbon* com o código PTIBS0AM0008.

**III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.**

As participações qualificadas a 31/12/2012 são as que se apresentam no quadro seguinte:

Accionista	nº acções	% capital social
<b>ATPSII - SGPS, S.A. (*)</b>		
ATPS-SGPS, SA	786.432	3,93%
I.E.S.-Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS,S.A.	9.998.000	49,99%
Regard - SGPS, SA	99.927	0,50%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1.400	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1.400	0,01%
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>10.887.159</b>	<b>54,44%</b>
<b>Banco BPI, S.A.</b>		
Fundo Pensões Banco BPI	400.000	2,00%
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>400.000</b>	<b>2,00%</b>
<b>Avelino da Mota Gaspar Francisco</b>	<b>401.000</b>	<b>2,01%</b>
<b>Santander Asset Management SGFIM, SA</b>		
Fundo Santander Acções Portugal	410.272	2,05%
Fundo Santander PPA	30.839	0,15%
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>441.111</b>	<b>2,21%</b>
<b>Bestinver Gestion</b>		
BESTINVER BOLSA, F.I.	927.021	4,64%
BESTINFOND F.I.M.	899.032	4,50%
BESTINVER GLOBAL, FP	262.510	1,31%
BESTVALUE F.I..	253.745	1,27%
SOIXA SICAV	171.763	0,86%
BESTINVER MIXTO, F.I.M.	130.061	0,65%
BESTINVER AHORRO, F.P.	137.598	0,69%
BESTINVER SICAV-BESTINFUND	89.885	0,45%
BESTINVER SICAV-IBERIAN	104.966	0,52%
DIVALSA DE INVERSIONES SICAV, SA	5.771	0,03%
BESTINVER EMPLEO FP	6.414	0,03%
LINKER INVERSIONES, SICAV, SA	4.571	0,02%
BESTINVER EMPLEO II, F.P.	370	0,00%
<b>Total participação detida / imputável</b>	<b>2.993.707</b>	<b>14,97%</b>
<b>Norges Bank</b>		
Directamente	764.825	3,82%
<b>FMR LLC</b>		
Fidelity Management & Research Company	400.000	2,00%

(\*) A ATPS II- SGPS, S.A. é participada por : António Carlos Vaz Pinto de Sousa em 50% e António Alberto Guerra Leal Teixeira em 50%.

Em 31/12/2012, a Ibersol, SGPS, SA. era detentora de 2.000.000 de acções próprias, correspondentes a 10% do capital social, com o valor nominal de um euro, por um valor global de aquisição de 11.179.643 euros.

Durante o exercício de 2012, a sociedade não efectuou transacções de acções próprias.

**III.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.**

Não há na Ibersol, SGPS, SA nenhum accionista ou categoria de accionistas que sejam titulares de direitos especiais.

**III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.**

Não existem na Ibersol, SGPS, SA. restrições de qualquer natureza à transmissibilidade ou titularidade das acções.

**III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.**

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial que possa conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou exercício concertado de direitos de voto.

**III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.**

Não existem na Ibersol, SGPS, SA. quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos. Será aplicável o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

**III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.**

Não existem na Ibersol, SGPS, SA. quaisquer mecanismos de participação dos trabalhadores no seu capital.

**III.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente:**

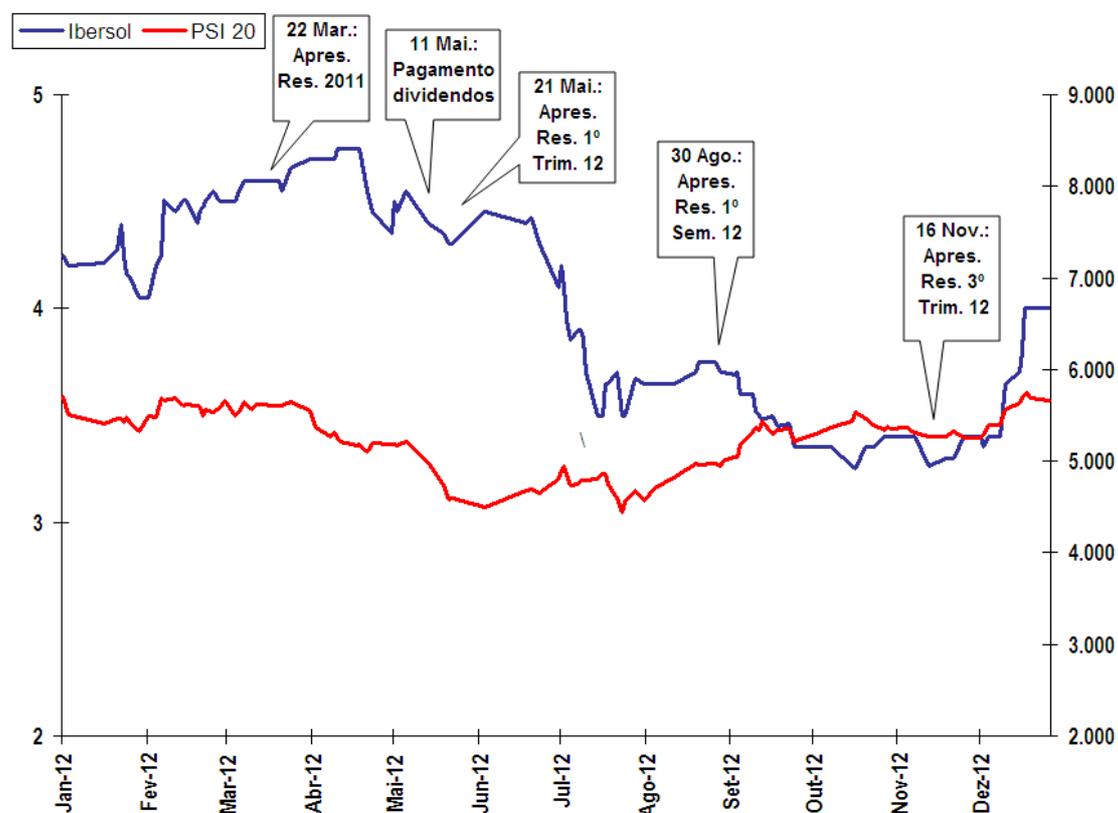
- a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;**
- b) O anúncio de resultados;**
- c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.**

Durante o ano de 2012, as acções da Ibersol, SGPS, SA. registaram uma desvalorização de 4,5% enquanto o PSI20 valorizou 2,5%. O valor máximo de 4,85€ por acção foi atingido no dia 10/04/2012 e o valor mínimo de 3,25€ por acção foi atingido no dia 18/10/2012. O maior número de acções transaccionadas numa sessão ocorreu no dia 23/03/2012 e foram negociadas 124.499 acções.

Durante o ano transaccionaram-se 988.808 acções da Ibersol, correspondendo a um valor de 3.891.556 euros. O volume médio diário foi de 8.105 acções e o preço médio de 3,91€ por acção.

A capitalização bolsista no dia 31 de Dezembro de 2012 era de oitenta milhões de euros.

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução da cotação das acções da sociedade, identificando os factos mais relevantes ocorridos ao longo do ano:



Durante o ano de 2012 não houve lugar a emissão de acções ou de outros valores mobiliários.

Os dividendos relativos ao exercício de 2011 estiveram a pagamento a partir do dia 11 de Maio de 2012 tendo sido pago um valor bruto de 0,055€ por acção, o que em termos líquidos representou um valor de 0,04125€ por acção.

**III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.**

A proposta de aplicação de resultados é da competência do Conselho de Administração e depende de vários factores, incluindo os resultados da Ibersol, planos de investimento, necessidades de financiamento e as perspectivas de evolução do negócio. Em circunstâncias normais manter-se-à a política de anos anteriores de distribuição de 0,055 euros por acção.

O histórico de dividendos dos últimos anos foi o seguinte:

ANO	2009	2010	2011	2012 (*)
Dividendo por acção (euros)	0,055	0,055	0,055	0,055
Dividendos Distribuídos (milhares de euros)	990,00	990,00	990,00	990,00
Dividend Yield (%)	0,7%	0,7%	0,8%	1,4%
Pay out ratio	8,0%	6,8%	16,2%	39,4%

*(\*) conforme proposta de dividendos a ser aprovada na Assembleia Geral*

**III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.**

**Indicação:**

- a) Do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;**
- b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano;**
- c) Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.**

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

**III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.**

Não existem negócios ou operações significativos em termos económicos para qualquer das partes intervenientes.

**III. 12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artº 20º do Código dos Valores mobiliários fora das condições normais de mercado.**

Não existiram tais negócios ou operações.

**III. 13 Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artº 20º do Código dos Valores Mobiliários.**

O Conselho Fiscal aprovou os critérios aplicáveis à sua intervenção para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam relacionados nos termos do Artº 20ª do

Código de Valores Mobiliários, tendo fixado como critério qualificante um valor da transacção igual ou superior a cinco por cento do activo líquido consolidado da Ibersol SGPS, SA.

**III. 14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção previa do órgão de fiscalização.**

Não foi reportada ao Conselho Fiscal qualquer transacção ou negócio do tipo indicado.

**III. 15. Indicação da disponibilização, no sítio da internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, pela Comissão para as matérias financeiras, pela Comissão de Auditoria e pelo Conselho Fiscal, incluindo indicação de eventuais confrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas.**

O referido Relatório do Conselho Fiscal encontra-se disponível no sítio da sociedade na internet.

**III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a :**

- a) **funções do gabinete;**
- b) **tipo de informação disponibilizada pelo gabinete;**
- c) **vias de acesso ao gabinete;**
- d) **sítio da sociedade na internet;**
- e) **Identificação do representante para as relações com o mercado;**

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a sociedade tem como regra informar os seus accionistas e o mercado de capitais em geral dos factos relevantes da sua vida de uma forma imediata, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo reiterado ao longo do tempo esse compromisso com o mercado e confirmado a sua prática persistente ao longo dos anos.

Essa divulgação é efectuada através da publicação, na página da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)), e na da sociedade na Internet ([www.ibersol.pt](http://www.ibersol.pt)) e adicionalmente no meio electrónico de divulgação de informação disponibilizado pela entidade gestora de mercado.

No sítio da sociedade poderão ser encontrados os comunicados emitidos, a apresentação institucional, os relatórios e contas e a comunicação de resultados. A informação relativa aos relatórios e contas e aos resultados é actualizada numa base trimestral.

Como forma de permitir uma maior interacção com os accionistas e investidores a página inclui, ainda, um capítulo dedicado aos Investidores, que contém:

- A identificação do responsável pelas relações com os investidores bem como o endereço para o seu contacto;
- Relatórios e Contas Consolidadas Anuais, Semestrais e Trimestrais, dos últimos dois anos;
- Calendário anual de eventos
- A convocatória da Assembleia Geral Anual;

- As propostas a apresentar na Assembleia Geral Anual.

O contacto com o Gabinete, está disponibilizado através do Representante para o mercado de capitais, António Carlos Vaz Pinto de Sousa (Telefone: +351 22 6089708; Telefax: +351 22 6089757; E-mail: [psousa@ibersol.pt](mailto:psousa@ibersol.pt), Morada: Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º andar, 4150–146 Porto.

A Ibersol SGPS. relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo-lhes informação actualizada. Adicionalmente, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes da vida da sociedade por esta divulgados no formato imposto por lei, sempre que lhe sejam solicitados.

Os documentos de prestação de contas anuais, semestrais e trimestrais bem como as actualizações semestrais das apresentações institucionais são enviadas por e-mail para todos os accionistas, investidores, analistas, entidades financeiras e jornalistas que, comprovada a sua qualidade, os tenham solicitado.

A sociedade considera que desta forma assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

No âmbito da informação veiculada para o mercado foram publicados, durante o ano de 2012, os seguintes comunicados:

### **Informação Privilegiada**

---

23/04/2012	Calendário Financeiro para 2012
13/04/2012	Deliberações da AG anual

### **Prestação de Contas**

---

22/03/2012	Relatório e contas Individuais e Consolidadas de 2011 a aprovar em A.G
13/04/2012	Extracto da acta da A.G. a aprovar Relatório e Contas de 2011
21/05/2012	Informação trimestral – 1º Trimestre de 2012
30/08/2012	Relatório e Contas Consolidadas 1º Semestre 2012
16/11/2012	Informação trimestral – 3º Trimestre 2012

### **Informação sobre o Governo das Sociedades**

---

22/03/2012	Relatório Governo da Sociedade - exercício 2011
------------	---

### **Dividendos**

---

23/04/2012	Pagamento de dividendos referentes ao ano de 2011
------------	---

### **Participações Qualificadas**

---

23/03/2012	Listagem de Participações Qualificadas a 31/12/2011
18/05/2012	Alteração na participação qualificada da Bestinver
20/09/2012	Alteração na participação qualificada da Kaboutier
01/10/2012	Alteração na participação qualificada da Bestinver
11/10/2012	Alteração na participação qualificada da Goldman Sachs
26/12/2012	Alteração na participação qualificada da Bestinver
27/12/2012	Alteração na participação qualificada da Bestinver
27/12/2012	Participação qualificada Santander Assets Management

---

**Transacção de acções Próprias**

13/04/2012 Deliberação da AG a autorizar aquisição de acções próprias.

**Convocatórias**

22/03/2012 Assembleia Geral Anual e respectivas propostas .

**Síntese Anual da Informação Divulgada**

27/04/2012 Síntese de Informação de 2011

**III.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:**

- a) serviços de revisão legal de contas;
- b) outros serviços de garantia de fiabilidade;
- c) serviços de consultoria fiscal;
- d) outros serviços que não de revisão legal de contas;

**Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.**

**Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002)1873, de 16 de Maio.**

O auditor da sociedade é a PriceWaterhouseCoopers, que em 2012 prestou serviços à sociedade e às suas filiais e associadas incluídas no perímetro de consolidação no valor total de 175.683€, sendo:

- Serviços de Auditoria e revisão legal	166.738€	(94,9%)
- Outros serviços de consultoria	8.945€	( 5,1%)

O auditor externo verifica, no âmbito das suas competências, a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reporta quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

No âmbito do cumprimento das regras de independência estabelecidas em relação ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal acompanhou a prestação de serviços que não de auditoria de modo a assegurar-se de que não existiam situações de conflitos de interesse.

**III. 18. Referência ao período de rotatividade do Auditor Externo.**

O período de rotatividade será de dois mandatos de quatro anos.

( Contém 2 Anexos )

Porto, 1 de Abril de 2013

**O Conselho de Administração**

---

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

---

António Alberto Guerra Leal Teixeira

---

Juan Carlos Vázquez-Dodero

**ANEXO I**

**COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

**DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS  
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS  
DA IBERSOL, SGPS, S.A. A SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA  
GERAL DE 6 DE MAIO DE 2013**

1. Nos termos da competência que está atribuída a esta Comissão pela Assembleia Geral de Accionistas da Ibersol SGPS, SA. e nos termos do artigo 26.º n.º 2 dos Estatutos da sociedade, está cometida a esta Comissão de Vencimentos a função de fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

2. Nos termos estatutários aplicáveis, a Comissão de Vencimentos foi designada pela Assembleia Geral de Accionistas em 22 de Abril de 2009, sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

3. A Comissão de Vencimentos submete, pois, à apreciação desta Assembleia Geral e para efeitos de adopção da Recomendação II.1.5.2 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, a presente declaração contendo as orientações observadas por esta Comissão na fixação da remuneração dos membros dos órgãos sociais de Fiscalização e Mesa da Assembleia Geral, em resultado da deliberação emitida em 2009, nos seguintes termos:

a) A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral foi fixada, para o ano de 2012, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano.

b) A sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA. prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 756.034,00€ no ano de 2012. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é detida, em partes iguais, pelos Administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, da referida importância de 756.034,00€, no ano de 2012, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 378.017,00€. O membro não executivo auferiu uma remuneração anual de 6.000,00€.

Face ao exposto, não é possível emitir declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração da sociedade, designadamente contendo a informação referida no art.º 2º n.º 3 da Lei 28/2009.

c) A remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi fixada, para o ano de 2012, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano, tendo os respectivos membros auferido a seguinte remuneração anual:

Presidente – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira: 8.785,92€;

Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva: 8.785,92€;

Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso: 8.785,92€.

**Os princípios gerais** observados são essencialmente aqueles que resultam da lei, tendo em conta as actividades efectivamente exercidas pelos membros indicados, tomando ainda no devido relevo a situação económica da sociedade e as condições que se observam genericamente para situações equivalentes. Foram tidas em consideração as funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais enumerados, no sentido mais abrangente da actividade efectivamente concretizada, tendo por parâmetro avaliativo o grau das responsabilidades que lhes estão afectas. A ponderação das funções é, pois, considerada num sentido amplo e atende a factores diversos, designadamente o nível da responsabilidade, o tempo dispendido e a mais-valia que resulta para o Grupo do respectivo desempenho institucional. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade, que, em termos relativos, está associado às funções designadas, é também um aspecto relevante. A conjugação dos factores que vão enumerados e a valoração que lhes foi dada, permite assegurar não só os interesses dos próprios titulares, mas essencialmente os da sociedade.

**A política de remuneração** que submetemos à apreciação dos accionistas da sociedade, é, pois, a que se traduz na observação dos parâmetros acima enunciados, consistindo na remuneração dos membros dos indicados órgãos por uma quantia fixa ilíquida, anualmente prestada em doze parcelas mensais, até final do exercício. Na fixação de todas as remunerações foram observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios comparativos para graus de desempenho equivalentes.

Porto, 1 de Abril de 2013

**A Comissão de Vencimentos,**  
Vítor Pratas Sevilhano, Dr.  
Amândio Mendonça da Fonseca, Dr.  
Don Alfonso Munk Pacin.

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS DIRIGENTES  
DA IBERSOL, SGPS, S.A.**

1. Em face da competência prevista no corpo do artigo 11º dos estatutos da IBERSOL, SGPS, S.A. (IBERSOL), na mesma está compreendida e afecta ao Conselho de Administração a responsabilidade pela definição da política geral de retribuições e incentivos para os cargos Dirigentes da Sociedade, bem como para todo o pessoal técnico e administrativo da mesma.
2. São considerados Dirigentes, nos termos da acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os responsáveis que, não sendo membros daqueles órgãos, possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da sociedade.
3. Em benefício da transparência e em cumprimento das Recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas apresentadas pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração submete à apreciação desta Assembleia Geral, a presente declaração contendo as orientações por si observadas na fixação das mencionadas remunerações, nos seguintes termos:
  - a) A política adoptada na fixação da remuneração dos Dirigentes da IBERSOL coincide com aquela que está definida para a generalidade trabalhadores da Sociedade;
  - b) No entanto, a remuneração dos Dirigentes da Sociedade compreende uma remuneração fixa e um, eventual, prémio de desempenho;
  - c) A avaliação do desempenho, em termos qualitativos, bem como o prémio de desempenho são estabelecidos de acordo com critérios que foram previamente definidos pelo Conselho de Administração;
  - d) Neste termos, ter-se-ão em conta, para a definição do eventual prémio por desempenho dos dirigentes, não só os factores comportamentais de cada quadro do Grupo, designadamente valorando-se as suas competências específicas para a função, o grau de responsabilidade inerente ao desempenho da mesma, quer ainda a sua capacidade própria de adaptação à gestão da sociedade e aos seus procedimentos específicos, ponderando-se igualmente o grau de autonomia do respectivo desempenho individual, mais se considerando a performance técnica e/ou económico-financeira da área de negócio em que os quadros dirigentes se inserem, bem como a performance económico-financeira da IBERSOL.

Porto, 1 de Abril de 2013

***O Conselho de Administração.***

**Ibersol S.G.P.S., S.A.**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**

**31 de Dezembro de 2012**

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
**(valores em euros)**

<b>ACTIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31-12-2012</b>	<b>31-12-2011</b>
<b>Não corrente</b>			
Activos Fixos Tangíveis	2.5 e 8	119.826.752	123.224.419
Goodwill	2.6 e 9	42.498.262	43.034.262
Activos Intangíveis	2.6 e 9	16.532.724	16.205.541
Impostos diferidos activos	2.14 e 17	935.834	1.054.915
Investimentos financeiros	2.8 e 10	926.600	733.685
Outros activos não correntes	2.10 e 11	1.604.632	1.710.740
<b>Total de activos não correntes</b>		<b>182.324.804</b>	<b>185.963.562</b>
<b>Corrente</b>			
Existências	2.9 e 12	3.519.788	3.590.104
Caixa e equivalentes de caixa	2.11 e 13	26.748.790	29.316.069
Outros activos correntes	2.10 e 14	11.389.131	8.879.845
<b>Total de activos correntes</b>		<b>41.657.709</b>	<b>41.786.018</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>223.982.513</b>	<b>227.749.580</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital</b>			
Capital Social	2.12 e 15	20.000.000	20.000.000
Acções próprias	2.12 e 15	-11.179.644	-11.179.644
Goodwill		156.296	156.296
Reservas e resultados transitados	15	100.428.555	95.293.425
Resultado líquido do exercício		2.513.579	6.125.138
		<b>111.918.786</b>	<b>110.395.215</b>
Interesses não controlados	15	4.680.545	4.449.991
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>116.599.331</b>	<b>114.845.206</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos	2.13 e 16	36.983.045	44.331.622
Impostos diferidos passivos	2.14 e 17	10.287.213	10.820.760
Provisões	2.15 e 18	33.257	33.257
Outros passivos não correntes	19	325.188	420.552
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>47.628.703</b>	<b>55.606.191</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos	2.13 e 16	17.855.569	13.313.341
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	20	30.609.428	29.712.622
Outros passivos correntes	21	11.289.482	14.272.220
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>59.754.479</b>	<b>57.298.183</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>107.383.182</b>	<b>112.904.374</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>223.982.513</b>	<b>227.749.580</b>

O Conselho de Administração,

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2012 E 2011**  
 (valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<b>Proveitos operacionais</b>			
Vendas	2.16 e 6	170.667.531	193.738.152
Prestações de serviços	2.16 e 6	643.357	784.993
Outros proveitos operacionais	24	2.789.343	3.635.519
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<u>174.100.231</u>	<u>198.158.664</u>
<b>Custos Operacionais</b>			
Custo das vendas		40.061.284	43.839.992
Fornecimentos e serviços externos	22	58.470.520	63.658.074
Custos com o pessoal	23	56.729.057	65.087.845
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	6, 8 e 9	11.566.182	12.894.484
Outros custos operacionais	24	1.697.686	2.253.052
<b>Total de custos operacionais</b>		<u>168.524.729</u>	<u>187.733.447</u>
<b>Resultados Operacionais</b>	6	<u>5.575.502</u>	<u>10.425.217</u>
Custo de Financiamento líquido	6 e 25	-2.140.322	-1.234.680
<b>Resultados antes de impostos</b>		<u>3.435.180</u>	<u>9.190.537</u>
Imposto sobre o rendimento	26	691.047	2.640.900
<b>Resultados depois de impostos de operações continuadas</b>		<u>2.744.133</u>	<u>6.549.637</u>
<b>Resultado líquido consolidado</b>	6	<u>2.744.133</u>	<u>6.549.637</u>
<b>RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO</b>		<u>2.744.133</u>	<u>6.549.637</u>
<b>Resultado líquido consolidado de operações continuadas atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		2.513.579	6.125.138
Interesses não controlados		230.554	424.499
		<u>2.744.133</u>	<u>6.549.637</u>
<b>Resultado líquido consolidado atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		2.513.579	6.125.138
Interesses não controlados		230.554	424.499
		<u>2.744.133</u>	<u>6.549.637</u>
<b>Rendimento integral consolidado atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		2.513.579	6.125.138
Interesses não controlados		230.554	424.499
		<u>2.744.133</u>	<u>6.549.637</u>
<b>Resultado por acção:</b>			
<b>De operações continuadas:</b>			
Básico	27	<u>0,14</u>	<u>0,34</u>
Diluído		<u>0,14</u>	<u>0,34</u>

O Conselho de Administração,

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**PARA O QUARTO TRIMESTRE DOS ANOS DE 2012 E 2011**  
 (valores em euros)

	Notas	4º TRIMESTRE (não auditado)	
		2012	2011
<b>Proveitos operacionais</b>			
Vendas		44.064.954	48.207.142
Prestações de serviços		159.170	188.699
Outros proveitos operacionais	24	837.774	1.021.978
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<b>45.061.898</b>	<b>49.417.819</b>
<b>Custos Operacionais</b>			
Custo das vendas		10.511.757	11.127.221
Fornecimentos e serviços externos	22	15.338.696	15.917.229
Custos com o pessoal	23	14.109.642	15.933.294
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	6, 8 e 9	4.202.046	5.650.228
Outros custos operacionais	24	621.256	1.138.834
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>44.783.397</b>	<b>49.766.806</b>
<b>Resultados Operacionais</b>		<b>278.501</b>	<b>-348.987</b>
Custo de Financiamento Líquido	6 e 25	-546.380	-183.269
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-267.879</b>	<b>-532.256</b>
Imposto sobre o rendimento	26	-291.645	-28.801
<b>Resultado depois de impostos de operações continuadas</b>		<b>23.766</b>	<b>-503.455</b>
<b>Resultado líquido consolidado</b>	6	<b>23.766</b>	<b>-503.455</b>
<b>RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO</b>		<b>23.766</b>	<b>-503.455</b>
<b>Resultado líquido consolidado de operações continuadas atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		-158.011	-759.417
Interesses não controlados		181.777	255.962
		<u>23.766</u>	<u>-503.455</u>
<b>Resultado líquido consolidado atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		-158.011	-759.417
Interesses não controlados		181.777	255.962
		<u>23.766</u>	<u>-503.455</u>
<b>Rendimento integral consolidado atribuível a:</b>			
Accionistas da empresa mãe		-158.011	-759.417
Interesses não controlados		181.777	255.962
		<u>23.766</u>	<u>-503.455</u>
<b>Resultado por acção:</b>	27		
<b>De operações continuadas:</b>			
Básico		<u>-0,01</u>	<u>-0,04</u>
Diluído		<u>-0,01</u>	<u>-0,04</u>

O Conselho de Administração,

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**Demonstrações Consolidadas das alterações no Capital Próprio**  
**para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**  
**(valores em euros)**

		Atribuível a detentores do capital								
Nota	Capital Social	Ações Próprias	Reservas de conversão	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total	Interesses Não Controlados	Total Capital Próprio	
	20.000.000	-11.179.644	9.581	4.000.001	77.068.015	14.563.886	104.461.839	4.870.772	109.332.611	
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2011</b>										
<b>Alterações do período:</b>										
					13.573.886	-13.573.886	-		-	
					-37.429		-37.429		-37.429	
			-9.614				-9.614		-9.614	
					845.281		845.281	-845.281	-	
						6.125.138	6.125.138	424.499	6.549.637	
	-	-	-9.614	-	14.381.738	-7.448.748	6.923.376	-420.782	6.502.594	
<b>Total alterações do período</b>										
<b>Rendimento consolidado integral</b>										
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
						-990.000	-990.000		-990.000	
29							-		-	
15						-990.000	-990.000	-	-990.000	
	-	-	-	-	-	-990.000	-990.000	-	-990.000	
	<b>20.000.000</b>	<b>-11.179.644</b>	<b>-33</b>	<b>4.000.001</b>	<b>91.449.753</b>	<b>6.125.138</b>	<b>110.395.215</b>	<b>4.449.991</b>	<b>114.845.205</b>	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>										
	20.000.000	-11.179.644	-33	4.000.001	91.449.753	6.125.138	110.395.215	4.449.991	114.845.206	
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2012</b>										
<b>Alterações do período:</b>										
					5.135.138	-5.135.138	-		-	
					-3.309		-3.309		-3.309	
			3.301				3.301		3.301	
						2.513.579	2.513.579	230.554	2.744.133	
	-	-	3.301	-	5.131.829	-2.621.559	2.513.571	230.554	2.744.125	
<b>Total alterações do período</b>										
<b>Rendimento consolidado integral</b>										
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
						-990.000	-990.000		-990.000	
29							-		-	
15						-990.000	-990.000	-	-990.000	
	-	-	-	-	-	-990.000	-990.000	-	-990.000	
	<b>20.000.000</b>	<b>-11.179.644</b>	<b>3.268</b>	<b>4.000.001</b>	<b>96.581.582</b>	<b>2.513.579</b>	<b>111.918.786</b>	<b>4.680.545</b>	<b>116.599.331</b>	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>										

O Conselho de Administração,

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa**  
**Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**  
**(valores em euros)**

	Nota	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
		2012	2011
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>			
Fluxos das actividades operacionais (1)	30	<b>14.761.960</b>	<b>19.171.328</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0	
Activos fixos tangíveis		103.726	19.323
Activos intangíveis		0	
Subsidios de Investimento			
Juros recebidos		1.031.755	1.290.661
Dividendos recebidos			
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		765.000	114.151
Activos fixos tangíveis		9.290.231	10.827.055
Activos intangíveis		1.501.991	751.007
Outros			
Fluxos das actividades de investimento (2)		<b>-10.421.741</b>	<b>-10.382.228</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		6.841.300	11.853.898
Venda de acções próprias			
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		8.858.569	16.701.378
Amortizações de contratos locação financeiras		755.793	1.589.456
Juros e custos similares		3.144.576	2.445.990
Dividendos pagos		990.000	990.000
Reduções capital e prest.suplementares			
Aquisição de acções próprias			
Outros			
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<b>-6.907.638</b>	<b>-9.872.926</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>-2.567.419</b>	<b>-1.083.826</b>
Efeito da variação perímetro		5	214.743
Efeito das diferenças de cambio			-110.674
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		28.481.438	29.239.847
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	13	<b>25.914.024</b>	<b>28.481.438</b>

O Conselho de Administração,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 402 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Kentucky Fried Chicken, Burguer King, O’ Kilo, Bocatta, Café Sô, Quiosques, Pizza Móvil, Flor d’Oliveira, Miit, Sol, Sugestões e Opções, José Silva Carvalho, Catering e SEC Eventos e Catering. O Grupo possui 382 unidades de exploração própria e 20 em regime de franquia. Deste universo, 92 estão sediadas em Espanha e 2 em Angola, repartindo-se por 75 estabelecimentos próprios e 19 franquizados.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e em vigor em 31 de Dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2012 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2011.

2.2 Consolidação

**(a) Subsidiárias**

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto ou o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas, nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente na demonstração da posição financeira e demonstração do rendimento integral consolidados, na rubrica interesses não controlados. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, os interesses não controlados absorvem esse excesso.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos activos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como diferença de consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração do rendimento integral consolidado (ver Nota 2.5).

Para as concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de actividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transacção a transacção, mensurar os “interesses não controlados” pela proporção do valor dos activos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos activos e passivos adquiridos.
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos

Igualmente foi aplicada desde 1 de Janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transacções com os interesses não controlados sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de goodwill ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os saldos e ganhos decorrentes de transacções entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, por forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

#### **(b) Empresas controladas conjuntamente**

Os interesses do Grupo nas entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de consolidação proporcional desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. O Grupo integra a sua parte nos activos, passivos, custos e proveitos do empreendimento conjunto usando o método linha a linha. O Grupo reconhece a porção dos ganhos ou perdas na venda de activos ao Empreendimento Conjunto atribuível aos outros empreendedores. O Grupo não reconhece a sua parte nos ganhos ou perdas na venda de activos do Empreendimento conjunto ao Grupo até que esses activos sejam alienados para fora do Grupo. Contudo, uma perda na transacção é reconhecida imediatamente se a perda é indiciadora de redução do valor líquido de realização dos activos ou de uma perda de imparidade. Os saldos e transacções entre empresas do Grupo e entidades conjuntamente controladas são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da entidade conjuntamente controlada, na data de aquisição, é reconhecido como diferença de consolidação.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

### 2.3 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transacções com outros componentes da mesma entidade), cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho, e relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional é em Portugal. A área de actividade é a restauração.

O Grupo opera em três grandes áreas geográficas (Portugal, Espanha e Angola) geridas à escala nacional. No entanto, dada a reduzida dimensão do investimento em Angola, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, consideramos neste relato financeiro apenas dois segmentos operacionais.

As vendas são distribuídas com base no país em que se localiza o cliente.

Os activos dos segmentos incluem, principalmente, activos fixos tangíveis, activos intangíveis, existências, contas a receber e disponibilidades. São excluídos impostos diferidos, investimentos financeiros e derivados detidos para negociação ou designados como coberturas de empréstimos.

Os passivos dos segmentos correspondem a passivos operacionais. Excluem elementos como impostos, empréstimos e derivados de cobertura relacionados.

Os investimentos compreendem adições aos activos fixos tangíveis (Nota 8) e activos intangíveis (Nota 9).

Os investimentos são distribuídos, em termos de segmentos geográficos, com base no local onde se encontram os activos.

## 2.4 Conversão cambial

### **(a) Moeda Funcional e de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são elaboradas utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("A moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

### **(b) Transacções e Saldos**

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data do demonstração consolidada da posição financeira dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa, ou como cobertura de investimento líquido, casos em que são registados em capital próprio.

### **(c) Demonstrações Financeiras**

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica de Diferenças Cambiais.

O "goodwill" e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para Euro de acordo com a taxa de câmbio, à data do balanço.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda da alienação.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transacções e saldos expressos em Kwanzas, foram respectivamente de:

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2012	Taxa média do ano
 <b>Kwanza de Angola (AOA)</b>	126,743	123,062

## 2.5 Activos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afectos à actividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia, nomeadamente, resultantes da instalação de lojas de restauração.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos com empréstimos incorridos e com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

Os custos subsequentes são acrescidos às quantias pelo qual o bem está escriturado ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos inerentes fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos activos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	12-50 anos
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos
- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

Os valores depreciáveis dos activos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data da demonstração consolidada da posição financeira.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.6).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados.

## 2.6 Activos Intangíveis

### **a) Goodwill**

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada/empreendimento conjunto na data de aquisição. O Goodwill resultante da aquisição de subsidiárias está incluído numa sub-rubrica dos activos intangíveis. O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzidas de perdas de imparidade acumuladas. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o Goodwill referente à mesma.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade.

### **b) Pesquisa e desenvolvimento**

Os dispêndios com pesquisas são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projectos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos de produtos existentes) são reconhecidos como activos intangíveis quando for provável que o projecto seja um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Os demais dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos não são reconhecidos como um activo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto de acordo com o método das quotas constantes pelo período do seu benefício esperado, que não excederá cinco anos.

### **c) Software**

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

#### **d) Concessões e direitos territoriais**

As concessões e direitos territoriais são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos territoriais têm uma vida útil finita associada aos períodos contratuais, e são apresentadas ao custo menos amortizações acumuladas.

### 2.7 Imparidade de activos

Os activos intangíveis que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são reavaliados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos. No caso dos activos corpóreos, cada loja foi identificada como sendo uma unidade geradora de caixa. São consideradas em imparidade as lojas com Resultados Operacionais negativos com pelo menos 2 anos de actividade.

As diferenças de consolidação são distribuídas pelas unidades geradoras de fluxos (UGCs) do Grupo, identificadas de acordo com o país da operação e o segmento de negócio.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da UGC.

### 2.8 Activos Financeiros

#### 2.8.1 Classificação

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. O Conselho de Administração determina a classificação no momento de registo inicial dos investimentos e reavalia essa classificação em cada data de relato.

#### **a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde o seu início. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelo Conselho de Administração. Os derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se forem designados para cobertura. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período de 12 meses após a data de demonstração consolidada da posição financeira.

**b) Empréstimos concedidos e contas a receber**

Os empréstimos concedidos e outros créditos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. Estes activos são originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar o prazo de recebimentos. São incluídos nos activos correntes, excepto quando tiverem maturidades superiores a 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

**c) Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Conselho de Administração do grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Estão incluídos nos activos não correntes, excepto aqueles cujo vencimento seja inferior a 12 meses desde a data da demonstração consolidada da posição financeira, os quais são classificados como activos correntes.

**d) Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se o conselho de Administração entender alienar o investimento no prazo de 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

## 2.8.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção – a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionado dos custos de transacção, para todos os activos financeiros não reflectidos ao justo valor através de resultados (neste caso, são também reconhecidos ao justo valor, mas os custos de transacção são registados em custos do exercício em que sejam incorridos). Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber dinheiro dos mesmos expiram ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse. Activos financeiros disponíveis para venda e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são subsequentemente valorizados ao justo valor. Os empréstimos concedidos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva. Os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, são incluídos na demonstração do rendimento integral consolidado do período em que surgem. Os ganhos e perdas não realizadas, resultantes de alterações do justo valor de títulos não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou se encontram em imparidade, os ajustamentos acumulados do justo valor são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral como ganhos ou perdas de investimentos em títulos.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado.

Se não há um mercado activo para um activo financeiro (e para títulos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor usando técnicas de avaliação, as quais incluem o uso de transacções recentes entre partes independentes, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente idênticos, análise do fluxo de caixa descontado e modelos refinados de preços de opções que reflectam as circunstâncias específicas de emissão.

### 2.8.3 Imparidade

O Grupo verifica em cada data de demonstração consolidada da posição financeira se existe evidência objectiva de imparidade de um ou de um grupo de activos financeiros. No caso de títulos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para saber se existe imparidade. Se existir tal evidência para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis.

O grupo segue a orientação da IAS 39 (revista em 2004) na determinação da imparidade permanente dos investimentos, a qual requer que o grupo avalie, entre outros factores, a duração e em que medida o justo valor de um investimento é inferior ao seu custo e a saúde financeira e perspectivas de negócio para a participada, incluindo factores tais como a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e fluxos de caixa operacionais e de financiamento.

### 2.9 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de venda.

### 2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido do ajustamento de imparidade. O ajustamento de imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento de imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor do ajustamento de imparidade é reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral.

### 2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui os valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez elevada e maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

### 2.12 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias), o valor pago, incluindo os custos directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais acções são subseqüentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, após dedução dos custos de transacção directamente imputáveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

## 2.13 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subsequentemente apresentados ao custo deduzido das amortizações efectuadas; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

## 2.14 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data da demonstração consolidada da posição financeira e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

## 2.15 Provisões

As provisões para custos com reestruturação, contratos onerosos e reclamações judiciais são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, e seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. As provisões para reestruturações incluem penalidades derivadas de rescisão de contratos de locação e pagamentos de indemnizações por cessação de contratos de trabalho dos empregados. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo é determinada em conjunto.

## 2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

### **a) Venda de bens – retalho**

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com pagamentos efectuados por cartão de débito/crédito. O rédito a reconhecer é o valor bruto da venda, incluindo honorários de utilização de cartões de débito/crédito a pagar pela transacção. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são reconhecidas no momento em que tais acontecimentos ocorrem.

### **b) Prestação de serviços**

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data da demonstração consolidada da posição financeira.

### **c) Juros**

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu

valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

**d) Royalties**

Os royalties são reconhecidos segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos acordos relevantes.

**e) Dividendos**

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito dos accionistas ao seu recebimento.

## 2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração consolidada do rendimento integral pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outros passivos não correntes, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

## 2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

## 2.19 Resultado por acção

***Básico***

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias (Nota 15).

***Diluído***

O resultado diluído por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, ajustado pelos dividendos de acções preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período mais o número médio de acções ordinárias emitíveis na conversão de acções ordinárias potenciais diluidoras.

## 2.20 Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A empresa não utiliza instrumentos financeiros derivados para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (hedge accounting), respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pela Ibersol, em nome das empresas individuais, pelo departamento de tesouraria central, obedecendo a normas aprovadas pela respectiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira ao seu custo inicial

e depois remensurados ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

### **Cobertura de Justo Valor**

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

### **Cobertura de Fluxos de Caixa**

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio; a parte ineficaz será reconhecida directamente nos resultados.

### **Cobertura de Investimento Líquido**

Actualmente, a empresa não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias), dado não ter investimentos denominados em moeda diferente do euro.

A empresa tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da empresa; objectivo e estratégia para a cobertura; classificação da relação de cobertura; descrição da natureza do risco que está a ser coberto; identificação do instrumento de cobertura e item coberto; descrição da mensuração inicial e futura da eficácia; identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A empresa considera o desreconhecimento nas situações em que o instrumento de cobertura expirar, for vendido, terminar ou for exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transacção prevista deixar de ser altamente provável ou deixar de ser esperada; por razões de gestão a empresa decidir cancelar a designação de cobertura.

## **3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO**

### **3.1 Factores de risco financeiro**

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

#### **a) Risco de mercado**

##### **i) Risco cambial**

O risco cambial é muito reduzido, uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão essencialmente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

Apesar de o Grupo deter investimentos fora da zona euro, em operações externas, em Angola, não existe exposição significativa ao risco cambial, pela reduzida dimensão do investimento. O financiamento contraído pela filial angolana no valor de 1.875.000 USD não apresenta grande exposição em função do reduzido montante e da forte correlação entre a moeda local e a moeda do financiamento. Os restantes financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos.

ii) **Risco de preço**

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) **Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)**

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco de taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

A dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objecto de fixação de taxa juro através de um derivado swap taxa de juro. A swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro do empréstimo de 20 milhões de euros tem subjacente o prazo de vencimento dos juros e plano de reembolso idênticos às condições do empréstimo. Por outro lado, o Grupo tem aplicações que cobrem cerca de 35% dos empréstimos e cuja remuneração em termos líquidos amortece as alterações de taxa de juro que incide sobre a dívida.

Baseado em simulações realizadas a 31 de Dezembro de 2012, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 200 mil euros.

**b) Risco de crédito**

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito/crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso.

**c) Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia.

No final do ano 2012, o passivo corrente ascende a 60 milhões de euros, face aos 42 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se aos programas de Papel Comercial em que consideramos o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. Durante o ano de 2013 prevê-se a manutenção da emissão do Papel Comercial considerado em dívida de curto prazo. No entanto, em caso de necessidade, o saldo de caixa e bancos e os fluxos de caixa operacionais previstos, são suficientes para liquidar os empréstimos correntes.

Na actual situação de pressão dos mercados financeiros para a redução do crédito concedido pelos Bancos a sociedade optou por negociar e manter uma parte significativa das linhas de curto

prazo. Em 31 de Dezembro de 2012, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era de 9%. Os depósitos a prazo e outras aplicações de 19 milhões de euros correspondiam a 35% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

	<u>2013</u>	<u>de 2014 a 2024</u>
Empréstimos e descobertos bancários	10.639.364	12.921.533
Papel comercial	7.000.000	24.000.000
Leasing	216.205	61.514
Fornecedores Imobilizado	3.082.746	-
Fornecedores	18.900.334	-
Outras contas a pagar	7.477.687	325.188
<b>Total</b>	<u>47.316.336</u>	<u>37.308.235</u>

#### d) **Risco de capital**

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foi de, respectivamente, 19% e 20%%, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Empréstimos	54.838.614	57.644.963
Caixa e equivalentes de caixa	26.748.790	29.316.069
Endividamento líquido	28.089.824	28.328.894
Capital próprio	116.599.331	114.845.206
Capital total	<u>144.689.155</u>	<u>143.174.100</u>
<b>Rácio de alavancagem financeira</b>	19%	20%

Apesar do objectivo de situar o rácio de alavancagem financeira no intervalo 35%-70%, por prudência, face aos constrangimentos actuais dos mercados, em 2012, registamos um rácio de 19%.

### 3.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

## 4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

O grupo efectua estimativas e premissas sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são:

a) Estimativa de imparidade das diferenças de consolidação

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade das diferenças de consolidação, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.5. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

Se a margem bruta real for inferior ou a taxa de desconto, antes de impostos, superior às estimativas dos gestores, as perdas de imparidade das diferenças de consolidação poderão ser superiores às registadas.

b) Impostos sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em Portugal, Espanha e Angola. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre o rendimento, dado existirem inúmeras transacções e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

## 5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação	
		Dez-12	Dez-11
<b><u>Empresa mãe</u></b>			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
<b><u>Empresas filiais</u></b>			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	80%	80%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100%	100%
Ferro & Ferro, Lda.	Porto	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	98%	98%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%
Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	Porto	100%	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%
RESTOH- Restauração e Catering, S.A	Porto	100%	100%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Porto	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%
(c) SEC - Eventos e Catering, S.A.	Maia	100%	100%
(d) IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
(d) HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
(e) Parque Central Maia - Activ.Hoteleiras, Lda	Porto	100%	-
<b><u>Empresas controladas conjuntamente</u></b>			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do semestre funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

(c) ex-Solinca – Eventos e Catering, S.A.

(d) subsidiárias excluídas do perímetro de consolidação no primeiro semestre do ano 2011, apenas incluídas no consolidado referente ao ano de 2011, tendo sido incorporada a actividade desde 01 de Janeiro de 2011.

(e) subsidiária adquirida em 14/12/2011, incorporada em 2012 no perímetro de consolidação.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de consolidação proporcional em função da percentagem de participação detida pelo grupo.

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

## 5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

### 5.2.1. Aquisição de novas sociedades

Em Dezembro de 2011, foi adquirido 100% da sociedade Parque Central Maia – Actividades Hoteleiras, Lda., pelo montante de 200.000 EUR.

Apesar de adquirida no ano 2011, a subsidiária foi excluída por imaterialidade no consolidado do ano do grupo Ibersol. Em 2012 foi incluída desde 01 de Janeiro.

2012	Firma	Data entrada	Sede	% Participação
	Parque Central Maia - Activ.Hoteleiras, Lda	Janeiro 12	Porto	100%

A inclusão no ano de 2012 da subsidiária Parque Central Maia, teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de Dezembro de 2012:

	<u>Data da aquisição</u>	<u>Dez-12</u>
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	-	324.877
Existências	-	5.148
Impostos diferidos activos	-	-
Outros activos	14.375	163.389
Caixa e equivalentes a caixa	5	43.244
Empréstimos	-14.914	-
Impostos diferidos passivos	-	2.709
Outros passivos	-13.005	-411.689
	<u>-13.539</u>	<u>127.678</u>
Diferença (1)	213.539	
	<u>Preço de aquisição</u>	<u>200.000</u>
Pagamentos efectuados	100.000	
Montantes a pagar no futuro	<u>100.000</u>	
	<u>200.000</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efectuados	100.000	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>5</u>	
	<u>99.995</u>	

(1) a diferença reconhecida pela compra da subsidiária Parque Maia foi alocada a activos intangíveis, direitos de concessão (Nota 9), pelo direito de utilização do espaço explorado pela subsidiária adquirida por um período de 12 anos (início a 02 de Setembro de 2011).

O impacto da aquisição na demonstração consolidada do rendimento integral foi o seguinte:

	<u>Dez-12</u>
Proveitos operacionais	666.439
Custos operacionais	-505.278
Resultado financeiro	<u>-611</u>
Resultado antes impostos	160.550
Imposto sobre o rendimento	<u>36.024</u>
Resultado líquido	<u>124.526</u>

#### 5.2.2. Alienações

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 não ocorreram alienações de subsidiárias.

#### 5.2.3. Alteração no Goodwill

O preço de aquisição da subsidiária SEC – Eventos e Catering, S.A. (ex-Solinca) sofreu alteração decorrente do EBITDA atingido por esta sociedade em 2011.

A validação do EBITDA foi sujeita ainda a aprovação de contas em Assembleia Geral realizada em 31 de Março de 2012, e ao fecho das negociações com o vendedor.

Em consequência o Goodwill relativo ao preço contingente (536.000 euros), registado em exercício anterior, foi anulado (Nota 9) por contrapartida da correspondente dívida a pagar.

## 6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o contributo das sociedades angolanas está reflectido no segmento de Portugal, Nota 2.3, dado a actividade operacional ser de pequena dimensão e os valores dos activos não terem materialidade suficiente para constituírem um segmento autónomo.

Os resultados por segmento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 são:

<b>31 DE DEZEMBRO 2012</b>	<b>Portugal</b>	<b>Espanha</b>	<b>Grupo</b>
Restauração	125.357.538	42.097.097	167.454.635
Mercadorias	1.521.864	1.691.032	3.212.896
Prestação de Serviços	200.148	443.209	643.357
<b>Volume de Negócio por Segmento</b>	<b>127.079.550</b>	<b>44.231.338</b>	<b>171.310.888</b>
Resultado operacional	3.508.860	2.066.642	5.575.502
Custo de financiamento líquido	-1.496.656	-643.666	-2.140.322
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
<b>Lucro antes de imposto sobre o rendimento</b>	<b>2.012.204</b>	<b>1.422.976</b>	<b>3.435.180</b>
Imposto sobre o rendimento	585.695	105.352	691.047
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1.426.509</b>	<b>1.317.624</b>	<b>2.744.133</b>

Os resultados por segmento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 são:

<b>31 DE DEZEMBRO 2011</b>	<b>Portugal</b>	<b>Espanha</b>	<b>Grupo</b>
Restauração	145.971.650	44.615.378	190.587.028
Mercadorias	1.205.781	1.945.343	3.151.124
Prestação de Serviços	262.786	522.207	784.993
<b>Volume de Negócio por Segmento</b>	<b>147.440.217</b>	<b>47.082.928</b>	<b>194.523.145</b>
Resultado operacional	8.063.130	2.362.087	10.425.217
Custo de financiamento líquido	-616.373	-618.307	-1.234.680
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
<b>Lucro antes de imposto sobre o rendimento</b>	<b>7.446.757</b>	<b>1.743.780</b>	<b>9.190.537</b>
Imposto sobre o rendimento	2.408.968	231.932	2.640.900
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>5.037.789</b>	<b>1.511.848</b>	<b>6.549.637</b>

As transferências ou transacções entre segmentos são realizadas nos termos comerciais normais e nas condições aplicáveis a terceiros independentes.

Outros elementos dos segmentos incluídos na demonstração do rendimento integral consolidado são:

	Exercício findo em			Exercício findo em		
	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Portugal	Espanha	Grupo	Portugal	Espanha	Grupo
Depreciações (Nota 8)	6.878.981	1.569.600	8.448.581	7.011.516	1.421.813	8.433.329
Amortizações (Nota 9)	1.300.652	215.766	1.516.418	1.284.849	233.240	1.518.089
Imparidade dos activos fixos tangíveis (Nota 8)	958.814	391.419	1.350.232	1.823.514	465.851	2.289.365
Imparidade do goodwill (Nota 9)	-	-	-	0	-	-
Imparidade dos activos intangíveis (Nota 9)	245.113	-	245.113	655.366	-	655.366
Imparidade das contas a receber (Nota 14)	6.768	4.282	11.050	228.093	4.282	232.375

Os activos, passivos e investimentos dos segmentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são:

	Exercício findo em			Exercício findo em		
	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total
<b>Activos (1)</b>	<b>165.577.871</b>	<b>55.219.971</b>	<b>220.797.842</b>	<b>171.509.511</b>	<b>54.091.885</b>	<b>225.601.396</b>
<b>Passivos</b>	<b>32.946.093</b>	<b>8.862.246</b>	<b>41.808.339</b>	<b>36.218.846</b>	<b>7.850.195</b>	<b>44.069.041</b>
<b>Investimento líquido (Notas 8 e 9) (1)</b>	<b>5.948.631</b>	<b>2.125.070</b>	<b>8.073.701</b>	<b>10.420.059</b>	<b>1.053.073</b>	<b>11.473.132</b>

(1) O segmento de Portugal inclui activos de 10,7 milhões de euros de Angola com um investimento de cerca de 3,2 milhões de euros.

Os activos e passivos não alocados aos segmentos Portugal e Espanha são:

	<u>Activos</u>	<u>Passivos</u>
Impostos diferidos	935.834	10.287.213
Imposto corrente	1.322.237	449.017
Empréstimos de curto prazo	-	17.855.569
Empréstimos de médio e longo prazo	-	36.983.045
Investimentos financeiros	926.600	-
<b>Total</b>	<b>3.184.671</b>	<b>65.574.844</b>

## 7. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES

Nos exercícios de 2012 e 2011 não se registaram quaisquer factos não usuais e não recorrentes.

## 8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso (1)	Total
<b>01 de Janeiro de 2011</b>					
Custo	125.377.979	68.148.991	14.244.146	86.578	207.857.695
Depreciação acumulada	24.550.849	46.881.834	11.111.499	-	82.544.182
Imparidade Acumulada	3.503.698	724.127	45.947	-	4.273.772
<b>Valor líquido</b>	<b>97.323.433</b>	<b>20.543.030</b>	<b>3.086.700</b>	<b>86.578</b>	<b>121.039.741</b>

<b>31 de Dezembro de 2011</b>					
Valor líquido inicial	97.323.433	20.543.030	3.086.700	86.578	121.039.741
Variações do perímetro de consolidação	1.805.422	43.960	16.434	326.173	2.191.989
Adições	6.143.015	2.488.436	576.160	2.773.526	11.981.137
Diminuições	993.280	219.079	4.024	17.869	1.234.252
Transferências	-	29.191	336	-38.539	-9.012
Depreciação exercício	2.982.417	4.302.404	1.148.508	-	8.433.329
Deprec. pelas variações do perímetro	21.430	881	172	-	22.483
Imparidade Exercício	2.430.292	-	-	-	2.430.292
Reversão de imparidade	-140.927	-	-	-	-140.927
<b>Valor líquido final</b>	<b>98.985.378</b>	<b>18.582.253</b>	<b>2.526.926</b>	<b>3.129.869</b>	<b>123.224.427</b>

<b>31 de Dezembro de 2011</b>					
Custo	130.836.755	68.806.067	14.444.010	3.129.869	217.216.702
Depreciação acumulada	26.925.340	49.658.496	11.854.570	-	88.438.405
Imparidade Acumulada	4.926.037	565.318	62.515	-	5.553.870
<b>Valor líquido</b>	<b>98.985.378</b>	<b>18.582.253</b>	<b>2.526.926</b>	<b>3.129.869</b>	<b>123.224.427</b>

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso (1)	Total
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor líquido inicial	98.985.378	18.582.253	2.526.926	3.129.869	123.224.427
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-48.573	-1.713	-451	-69.110	-119.847
Adições	4.289.175	3.104.416	528.766	22.253	7.944.610
Diminuições	660.269	202.417	1.769	94.661	959.117
Transferências	1.676.906	389.885	99.584	-2.630.883	-464.507
Depreciação exercício	3.224.853	4.235.984	987.744	-	8.448.581
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	1.394.342	-	-	-	1.394.342
Reversão de imparidade	-44.110	-	-	-	-44.110
<b>Valor líquido final</b>	<b>99.667.532</b>	<b>17.636.440</b>	<b>2.165.312</b>	<b>357.468</b>	<b>119.826.752</b>

<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Custo	133.921.515	70.420.661	14.770.055	357.468	219.469.700
Depreciação acumulada	29.331.240	52.221.588	12.542.229	-	94.095.056
Imparidade Acumulada	4.922.744	562.633	62.515	-	5.547.892
<b>Valor líquido</b>	<b>99.667.532</b>	<b>17.636.440</b>	<b>2.165.312</b>	<b>357.468</b>	<b>119.826.752</b>

(1) Os movimentos do período dizem, fundamentalmente, respeito aos restaurantes KFC em Luanda, Angola, abertos ao público no ano de 2012.

Edifícios e Outras Construções no valor de 383.371 € (2.066.757 em 2011) estão dados em garantia de empréstimos bancários (Nota 16).

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os bens utilizados em regime de locação financeira são os seguintes:

	2012		2011	
	Valor Buto	A. Acumuladas	Valor Buto	A. Acumuladas
Terrenos e edifícios	2.240	-420	88.437	-8.688
Equipamentos	2.141.367	-879.670	4.473.046	-1.569.840
Outros activos fixos tangíveis	78.218	-51.276	255.525	-185.571
Outros activos intangíveis	2.713	-701	2.713	-430
	<b>2.224.538</b>	<b>-932.066</b>	<b>4.819.721</b>	<b>-1.764.528</b>

Nos exercícios de 2012 e 2011 não foram celebrados novos contratos de leasing.

No exercício de 2012, foram capitalizados cerca de 50 mil euros relativos ao custo dos empréstimos para financiar o investimento em Angola, sendo o valor acumulado a 31 de Dezembro de 2012 cerca de 332 mil euros.

## 9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis decompõem-se como se segue:

	Dez-12	Dez-11
Goodwil	42.498.262	43.034.262
Outros Intangíveis	16.532.724	16.205.541
	<b>59.030.986</b>	<b>59.239.803</b>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso (1)	Total
<b>01 de Janeiro de 2011</b>					
Custo	44.765.226	19.141.360	4.604.257	2.273.973	70.784.816
Amortização acumulada	-	4.631.460	3.394.424	-	8.025.884
Imparidade acumulada	1.861.678	208.442	149.073	-	2.219.193
<b>Valor líquido</b>	<b>42.903.548</b>	<b>14.301.458</b>	<b>1.060.760</b>	<b>2.273.973</b>	<b>60.539.739</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>					
Valor líquido inicial	42.903.548	14.301.458	1.060.760	2.273.973	60.539.739
Variações do perímetro de consolidação	130.714	-	7.546	-	138.260
Adições	-	572.783	168.654	14.651	756.088
Diminuições	-	14.575	10.941	-	25.516
Transferências	-	9.142	-	-4.455	4.687
Amortização do exercício	-	932.842	585.247	-	1.518.089
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	711.586	-	-	711.586
Reversão de imparidade	-	-48.930	-7.290	-	-56.221
<b>Valor líquido final</b>	<b>43.034.262</b>	<b>13.273.310</b>	<b>648.062</b>	<b>2.284.169</b>	<b>59.239.803</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>					
Custo	44.895.940	19.567.107	4.703.952	2.284.169	71.451.168
Amortização acumulada	-	5.572.828	3.985.780	-	9.558.608
Imparidade acumulada	1.861.678	720.969	70.110	-	2.652.757
<b>Valor líquido</b>	<b>43.034.262</b>	<b>13.273.310</b>	<b>648.062</b>	<b>2.284.169</b>	<b>59.239.803</b>

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso (1)	Total
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor líquido inicial	43.034.262	13.273.310	648.062	2.284.169	59.239.803
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Adições	-	1.198.198	900.107	-	2.098.305
Diminuições	536.000	8.258	394.333	-349	938.242
Transferências	-	18.077	213.291	161.283	392.651
Amortização do exercício	-	987.836	528.582	-	1.516.418
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	245.113	-	-	245.113
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido final</b>	<b>42.498.262</b>	<b>13.248.378</b>	<b>838.545</b>	<b>2.445.801</b>	<b>59.030.987</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Custo	44.359.940	20.788.413	5.394.349	2.445.801	72.988.503
Amortização acumulada	-	6.572.385	4.485.694	-	11.058.079
Imparidade acumulada	1.861.678	967.650	70.110	-	2.899.438
<b>Valor líquido</b>	<b>42.498.262</b>	<b>13.248.378</b>	<b>838.545</b>	<b>2.445.801</b>	<b>59.030.987</b>

(1) o saldo da rubrica de imobilizado em curso diz respeito, fundamentalmente, às 3 concessões ainda por abrir nas áreas de serviço de Guimarães, Fafe e Paredes, áreas de serviço essas em fase de projecto e a aguardar a entrega das plataformas.

A 31 de Dezembro de 2012, as concessões e os direitos territoriais do grupo, e a respectiva vida útil associada, são apresentados como segue:

Direitos Territoriais	N.º anos	Ano limite de utilização
Pans & Company	10	2016
Burger King	20	2021
Direitos de Concessão	N.º anos	Ano limite de utilização
Área Serviços da Lusoponte	33	2032
Marina Expo	28	2026
Área Serviço Repsol 2ª Circular	18	2017
Área Serviço do Fogueteiro	16	2015
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Setúbal	14	2017
Pizza Hut Foz	10	2020
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20	2024
Área de Serviço A5 Oeiras	12	2015
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Guimarães	30	2036
Áreas Serviço Fafe	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Lousada (Felgueiras)	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares	24	2030
Áreas Serviço Talhada (Vouzela)	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Paredes (P.Ferreira)	26	2032
Áreas Serviço Maia	26	2032

A distribuição do Goodwill por segmento apresenta-se como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Portugal	9.464.021	10.000.021
Espanha	32.903.527	32.903.527
Angola	130.714	130.714
	<u><b>42.498.262</b></u>	<u><b>43.034.262</b></u>

O Goodwill alocado ao segmento Espanha em 31 de Dezembro de 2012 resultou, fundamentalmente, da aquisição das filiais Lurca e Vidisco.

Nos testes de imparidade foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento para a perpetuidade		
Portugal		3,00% (1% real + 2% inflação)
Espanha		3,00% (1% real + 2% inflação)
Taxa de desconto para a perpetuidade		
Portugal		6,78%
Espanha		6,15%
Taxa de desconto do período (5 anos)		
Portugal		8,87%
Espanha		7,25%

A taxa de desconto apresentada é líquida de imposto e foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital).

Com base nos testes de imparidade efectuados, não se verificou a necessidade de efectuar ajustamentos do Goodwill.

#### 10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A decomposição dos investimentos financeiros apresenta-se como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Investimentos Financeiros:		
Parque Central Maia (1)	-	200.000
Adiantamentos por conta de Investimentos financeiros (2)	555.000	172.085
Outros Investimentos financeiros	371.600	361.600
	<u><b>926.600</b></u>	<u><b>733.685</b></u>
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	<u><b>926.600</b></u>	<u><b>733.685</b></u>

(1) variação, em relação ao ano 2011, decorrente da inclusão no perímetro de consolidação da subsidiária Parque Central Maia, conforme Nota 5.

(2) adiantamento por compra da sociedade Gravos 2012, S.A. (555.000 euros) e variação decorrente da cessão de créditos com as subsidiárias Iberusa e Firmoven, no montante de 172.085.

Os outros investimentos financeiros dizem respeito a participações financeiras (inferiores a 20%) em entidades não cotadas.

#### 11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

A decomposição dos outros activos não correntes apresenta-se como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Clientes e outros devedores (1)	1.604.632	1.710.740
<b>Outros activos não correntes</b>	<b>1.604.632</b>	<b>1.710.740</b>
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	<u><b>1.604.632</b></u>	<u><b>1.710.740</b></u>

(1) o saldo é maioritariamente constituído por depósitos e fianças constituídos em Espanha e por dívidas resultantes da cedência de imobilizado a um franchisado, na filial Vidisco, com o qual existe um acordo de pagamento. A 31/12/2012 estão em dívida 140 prestações no montante de 5.742 euros, que vencem juros de 6,25%, sendo a última prestação em 31/08/2024.

## 12. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe das existências do grupo era o seguinte:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.500.520	3.560.475
Mercadorias	94.249	104.610
	<u><b>3.594.769</b></u>	<u><b>3.665.085</b></u>
Perdas de imparidade acumuladas	74.981	74.981
<b>Existências líquidas</b>	<u><b>3.519.788</b></u>	<u><b>3.590.104</b></u>

## 13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Numerário	614.184	892.376
Depósitos bancários	17.583.881	28.197.787
Aplicações de tesouraria	8.550.725	225.906
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	26.748.790	29.316.069
Descobertos bancários	-834.765	-834.630
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>25.914.025</u>	<u>28.481.439</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

## 14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Clientes (1)	4.906.579	4.189.544
Estado e outros entes públicos (2)	1.810.669	871.210
Outros devedores	2.062.052	1.592.231
Adiantamentos a fornecedores	53.063	68.699
Acréscimos de proveitos (3)	2.215.534	1.711.379
Custos diferidos (4)	1.415.071	1.509.569
<b>Outros activos correntes</b>	<b>12.462.968</b>	<b>9.942.632</b>
Perdas de imparidade acumuladas	1.073.837	1.062.787
	<b>11.389.131</b>	<b>8.879.845</b>

(1) Saldos decorrentes, essencialmente, da actividade de Catering desenvolvida pelo grupo Ibersol.

(2) Saldo decorrente, essencialmente, dos valores de Iva a recuperar (488.418 euros), e de IRC (1.322.237 euros).

(3) Detalhe da rubrica acréscimos de proveitos:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Juros a receber	53.110	67.557
Contratos com fornecedores	1.664.858	1.417.572
Outros	497.566	226.251
	<b>2.215.534</b>	<b>1.711.379</b>

(4) Detalhe da rubrica custos diferidos:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Rendas e condomínios	902.074	993.322
Fornecimento e serviços externos	177.457	196.524
Outros	335.540	319.723
	<b>1.415.071</b>	<b>1.509.569</b>

As dívidas de Terceiros podem ser decompostas da seguinte forma em termos de imparidade:

	<u>Dez-12</u>		<u>Dez-11</u>	
	<u>c/ Imparidade</u>	<u>s/ Imparidade</u>	<u>c/ Imparidade</u>	<u>s/ Imparidade</u>
<b>Clientes c/c</b>	877.350	4.029.229	862.019	3.327.525
<b>Outros devedores</b>	196.486	1.865.566	200.768	1.391.463
	<b>1.073.837</b>	<b>5.894.794</b>	<b>1.062.787</b>	<b>4.718.988</b>

No que diz respeito às dívidas sem ajustamentos de imparidade a sua decomposição apresenta-se como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
dívida não vencida	1.589.417	1.292.572
dívida vencida:		
a menos de 1 mês	659.859	452.930
entre um e três meses	674.263	764.268
a mais de três meses	<u>2.971.256</u>	<u>2.209.218</u>
	<u>5.894.794</u>	<u>4.718.988</u>

Os movimentos ocorridos no exercício 2012 na rubrica perdas de imparidade das dívidas de terceiros foram os seguintes:

	Saldo inicial	Anulação	Imparidade do ano	Reversão imparidade	Saldo final
<b>Clientes c/c</b>	862.019	-	47.296	-31.964	877.350
<b>Outros devedores</b>	200.768	-	-	-4.282	196.486
	<u>1.062.787</u>	-	<u>47.296</u>	<u>-36.246</u>	<u>1.073.837</u>

#### 15. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal unitário de 1 euro.

O grupo não efectuou qualquer transacção com acções próprias nos anos de 2012 e 2011. As acções próprias estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 2.000.000 acções próprias adquiridas por 11.179.644 euros.

O montante de reservas indisponíveis do grupo, ascende a 15.179.645 e dizem respeito às reservas legais (4.000.001 euros) e a outras reservas, respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo (11.179.644 euros).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os interesses não controlados detalham-se como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Ibersande	4.452.449	4.233.253
IBR Imobiliária, S.A.	<u>228.096</u>	<u>216.738</u>
	<u>4.680.545</u>	<u>4.449.991</u>

#### 16. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

<b>Não corrente</b>	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Empréstimos bancários	36.921.531	44.053.178
Locação Financeira	61.514	278.444
	<u>36.983.045</u>	<u>44.331.622</u>

<b>Corrente</b>	<b>Dez-12</b>	<b>Dez-11</b>
Descobertos bancários	834.765	834.630
Empréstimos bancários	16.804.599	11.723.306
Locação Financeira	216.205	755.405
	<b>17.855.569</b>	<b>13.313.341</b>
<b>Total empréstimos</b>	<b>54.838.614</b>	<b>57.644.963</b>
<b>Taxa de juro média</b>	<b>4,8%</b>	<b>3,8%</b>

O justo valor dos empréstimos correntes e não correntes não difere significativamente do valor contabilístico.

A maturidade dos empréstimos bancários não correntes é a seguinte:

	<b>Dez-12</b>	<b>Dez-11</b>
entre 1 e 2 anos	17.084.428	9.562.951
entre 2 e 5 anos	19.792.653	29.430.912
> 5 anos	44.453	5.059.315
	<b>36.921.533</b>	<b>44.053.178</b>

Para os Programas de Papel Comercial quando existe data de denúncia consideramos o reembolso integral nessa data, independentemente dos prazos pelos quais estão contratados.

O Grupo a 31 de Dezembro de 2012 tinha 14,7 milhões de euros relativos a papel comercial não emitido e linhas de crédito contratadas mas não utilizadas.

Empréstimos bancários no montante 45.833 € (485.092 em 2011) estão garantidos por edifícios e outras e construções (Nota 31).

Em 2012 a filial Asurebi contratou um derivado de cobertura para um Swap taxa de juro com o objectivo de cobertura do risco de fluxos de caixa futuros, nas seguintes condições:

- Data inicio : 15 de Junho 2012
- Data de vencimento: 15 Janeiro de 2017
- Taxa de juro fixa : 0,78%
- Taxa de juro variável: Euribor 1M
- Montante: 20 milhões de euros, a reduzir conforme plano de reembolso da dívida associada.

A variação do justo valor do derivado encontra-se reflectida em resultado do exercício em virtude desta operação não ter sido registada nos termos da contabilidade de cobertura.

Os Passivos de Locações Financeiras podem ser apresentados da seguinte forma:

	<b>Dez-12</b>	<b>Dez-11</b>
Capital em dívida:		
Até 1 ano	216.205	755.405
Mais de 1 ano e até 5 anos	61.514	278.444
	<b>277.719</b>	<b>1.033.849</b>

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2012 detalham-se como segue:

	FC 2013	FC 2014	FC 2015	FC 2016	FC 2017	FC 2018/20
<b>Empréstimos</b>	16.804.598	17.084.428	8.453.480	5.882.504	5.456.669	44.450
<b>Locação financeira</b>	216.205	61.514	-	-	-	-
<b>Juros</b>	1.959.672	1.332.922	697.112	281.082	71.905	-

#### IMPOSTOS DIFERIDOS

##### 17.1. Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

<b>Impostos diferidos passivos</b>	<b>Dez-12</b>	<b>Dez-11</b>
Homogeneização de amortizações	11.640.973	12.004.102
Perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	-1.926.698	-1.811.408
Diferenças temporárias tributáveis Vidisco, Lurca e Vidisco UTE	539.079	594.207
Outras diferenças temporárias	33.859	33.859
	<b>10.287.213</b>	<b>10.820.760</b>

##### 17.2. Impostos diferidos activos

O detalhe dos impostos diferidos activos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte

<b>Impostos diferidos activos</b>	<b>Dez-12</b>	<b>Dez-11</b>
Prejuízos fiscais reportáveis	935.834	1.054.915
	<b>935.834</b>	<b>1.054.915</b>

O Grupo não reconheceu, por razões de prudência, impostos diferidos activos no valor de 837.683 referentes a prejuízos fiscais de 2.937.442 que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros.

SALDO DE REPORTES FISCAIS POR ANO LIMITE DE UTILIZAÇÃO (após utilização em 31-12-2012) (*)									
2013 (Reporte 2007)	2014 (Reporte 2008)	2015 (Reporte 2009)	2014 (2) (Reporte 2010)	2014 (3) (Reporte 2011)	2015 (Reporte 2011)	2017 (Reporte 2012)	2019	2021	TOTAL
571.086	507.152	288.071	644.996	70.177	2.740.012	44.629	30.209	438.894	5.335.226

(\*) Empresas Portuguesas:  
até 2009 - 6 anos  
de 2010 a 2011 - 4 anos  
Empresas Angolanas: 3 anos  
Empresas Espanholas: 15 anos

Os movimentos ocorridos no período nas rubricas de impostos diferidos são:

	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Impacto em Resultados (Nota 26)</b>
Saldo Inicial	1.054.915	10.820.760	
Diferenças temporárias no exercício	-119.081	-533.547	
<b>Saldo final</b>	<b>935.834</b>	<b>10.287.213</b>	<b>414.466</b>

## 17. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe das provisões apresenta-se como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Litígios judiciais	5.257	5.257
Outros	28.000	28.000
<b>Provisões</b>	<b><u>33.257</u></b>	<b><u>33.257</u></b>

## 18. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Fornecedores investimentos financeiros (1)	-	100.000
Outros credores (2)	325.188	320.552
<b>Outros passivos não correntes</b>	<b><u>325.188</u></b>	<b><u>420.552</u></b>

(1) variação do ano referente à transferência para curto prazo da dívida decorrente da aquisição da subsidiária Parque Maia;

(2) inclui um valor de 312.520, referente à dívida pela compra da subsidiária Vidisco, S.L..

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2011 detalham-se como segue:

	<b>FC 2014</b>	<b>FC 2015</b>	<b>FC 2016</b>	<b>FC 2017</b>	<b>FC 2018</b>	<b>FC 2019/2023</b>
<b>Outros Credores</b>	41.516	28.848	28.848	28.848	28.848	168.280

## 19. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A decomposição das contas a pagar e acréscimos de custos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresenta-se como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Fornecedores c/c	17.282.350	15.316.748
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.617.984	1.766.222
Fornecedores de imobilizado c/c	3.082.746	4.684.160
<b>Total contas a pagar a fornecedores</b>	<b><u>21.983.080</u></b>	<b><u>21.767.130</u></b>

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	8.596	12.467
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	4.533.941	4.800.833
Acréscimos de custos - Prémios	39.949	626.641
Acréscimos de custos - Juros a liquidar	85.765	74.156
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	1.977.179	944.886
Acréscimos de custos - Outros	<u>1.980.918</u>	<u>1.486.509</u>
<b>Total acréscimos de custos</b>	<b><u>8.626.348</u></b>	<b><u>7.945.492</u></b>
<b>Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos</b>	<b><u>30.609.428</u></b>	<b><u>29.712.622</u></b>

## 20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Outros credores (1)	1.639.489	4.715.744
Estado e outros entes públicos (2)	5.838.198	3.886.559
Adiantamentos de clientes	7.690	-
Proveitos diferidos (3)	<u>3.804.105</u>	<u>5.669.917</u>
<b>Outros passivos correntes</b>	<b><u>11.289.482</u></b>	<b><u>14.272.220</u></b>

(1) ao contrário de 2012, no ano 2011, decorrente da alteração do período de processamento mensal das remunerações (de 26 do mês n-1 a 25 do mês n para de 01 a 30 de mês n), garantindo dessa forma o cumprimento de todas as exigências legais dos serviços de Segurança Social, salários processados no mês de Dezembro, foram pagos no início de Janeiro.

(2) saldo decorrente, essencialmente, dos valores de IVA a pagar (2.982.700 euros), IRC (449.017 euros) e Segurança Social (1.804.014).

(3) Na rubrica Proveitos Diferidos estão incluídos os seguintes valores:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Contratos com fornecedores (1)	3.640.231	5.576.976
Direitos de franquias	114.235	27.645
Subsidio para investimento	42.170	57.827
Outros	<u>7.469</u>	<u>7.469</u>
	<b><u>3.804.105</u></b>	<b><u>5.669.917</u></b>

(1) O valor dos contratos com fornecedores corresponde a receitas obtidas dos fornecedores até 31 de Dezembro de 2012 e respeitantes a períodos seguintes.

## 21. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos em 2012 e 2011 podem ser decompostos como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Subcontratos	161.244	203.839
Electricidade, água, combustíveis e outros fluídos	8.930.636	8.982.902
Rendas e alugueres	18.732.983	20.578.922
Condomínios	3.966.959	4.135.263
Comunicação	638.787	708.226
Seguros	436.487	491.366
Ferramentas e utensílios desgaste rápido e mat.escritório	915.302	1.013.124
Royalties	5.987.075	6.647.533
Deslocações e estadas e transporte mercadorias	1.228.824	1.328.014
Honorários	873.765	821.273
Conservação e reparação	3.710.503	4.397.599
Publicidade e propaganda	6.472.745	7.178.570
Limpeza, higiene e conforto	1.596.216	1.913.295
Trabalhos especializados	3.487.548	3.685.412
Outros FSE's	1.331.446	1.572.736
	<u>58.470.520</u>	<u>63.658.074</u>

## 22. CUSTOS COM PESSOAL

Os Custos com o Pessoal em 2012 e 2011 podem ser decompostos como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e ordenados	43.181.624	49.993.552
Contribuições para a Segurança Social	10.366.382	11.809.901
Seguros de acidentes de trabalho	529.514	612.318
Custos acção social	8.667	8.597
Alimentação pessoal	1.859.483	2.079.421
Outros custos com pessoal (1)	783.387	584.056
	<u>56.729.057</u>	<u>65.087.845</u>
<b>N.º medio de empregados</b>	<u>4.772</u>	<u>5.283</u>

(1) outros custos com pessoal englobam, nomeadamente, indemnizações, recrutamento e formação do pessoal e medicina no trabalho.

## 23. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em Outros Custos Operacionais estão incluídos os seguintes custos:

<b>Outros Custos Operacionais</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Impostos directos/indirectos não afectos à actividade operacional	446.159	502.720
Perdas em imobilizado	1.045.144	1.188.469
Quotizações	50.594	47.109
Ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	47.295	246.825
Donativos	25.611	75.305
Ofertas e amostras inventário	26.915	26.349
Perdas em existências	5.940	-
Dívidas incobráveis	45	56.202
Indemnização franqueado	-	40.233
Outros custos operacionais	49.981	69.839
	<u>1.697.686</u>	<u>2.253.052</u>

Por sua vez, a decomposição de Outros Proveitos Operacionais em 2012 e 2011 apresenta-se como segue:

<b>Outros Proveitos Operacionais</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Proveitos suplementares (1)	2.528.199	3.450.940
Subsídios à exploração	103.718	132.852
Reversão de ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	36.246	28.338
Ganhos em imobilizado	12.490	-
Outros ganhos operacionais	108.690	23.389
	<u>2.789.343</u>	<u>3.635.519</u>

(1) decorrem essencialmente de receitas relativas a contratos com fornecedores.

#### 24. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

Nesta rubrica incluem-se em 2012 e 2011 os seguintes custos:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Juros suportados	2.157.199	1.951.928
Juros obtidos	-838.479	-1.188.834
Diferenças de câmbio	50.618	54.020
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	342
Descontos de pronto pagamento obtidos	-11.592	-11.471
Outros custos e proveitos financeiros	782.576	428.695
	<u>2.140.322</u>	<u>1.234.680</u>

#### 25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são detalhados como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Imposto corrente	1.105.513	2.908.835
Imposto diferido (Nota 17)	-414.466	-267.935
	<u>691.047</u>	<u>2.640.900</u>

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Lucros antes de impostos</b>	<b>3.435.180</b>	<b>9.190.537</b>
<b>Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (26,5%)</b>	<b>910.323</b>	<b>2.435.492</b>
Efeito fiscal gerado por:		
Diferença de taxa de imposto aplicável nas ilhas e arquipélagos	-2.987	-46.504
Diferença de taxa de imposto aplicado noutros países	48.450	38.647
Impostos diferidos não reconhecidos por razões de prudência	60.306	101.219
Insuficiência/ (excesso) estimativa ano anterior	-3.868	-2.580
Correcção imposto diferido ano anterior	-	261.227
Utilização IDA não reconhecidos em anos anteriores	-83.288	-
Alteração do resultado tributável por ajustes fiscais, de consolidação e outros efeitos	-237.888	-146.601
<b>Gastos de imposto sobre o Rendimento</b>	<b>691.047</b>	<b>2.640.900</b>

A taxa efectiva de impostos sobre lucros foi de 20% (2011:29%).

## 26. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	2.513.579	6.125.138
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-2.000.000	-2.000.000
	<u>18.000.000</u>	<u>18.000.000</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	0,14	0,34
Resultado diluído por acção (€ por acção)	0,14	0,34
Número acções próprias no final do período	<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

## 27. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 os activos e passivos financeiros detalham-se como segue:

Activos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico		Método Valorização
		Ano 2012	Ano 2011	
Outros activos não correntes	contas a receber	1.604.632	1.710.740	custo amortizado
Investimentos financeiros	disponível para venda	926.600	733.685	custo
Caixa e equivalentes de caixa	contas a receber	26.748.790	29.316.069	custo amortizado
Clientes	contas a receber	4.906.579	4.189.544	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	contas a receber	1.810.669	871.210	custo amortizado
Outros devedores	contas a receber	2.062.052	1.592.231	custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	contas a receber	53.063	68.699	custo amortizado
		<b>38.112.385</b>	<b>38.482.178</b>	

Passivos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico		Método Valorização
		Ano 2012	Ano 2011	
Empréstimos	outros passivos	54.560.895	56.611.114	custo amortizado
Locação financeira	outros passivos	277.719	1.033.849	custo amortizado
Fornecedores	outros passivos	21.983.080	21.767.130	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	outros passivos	5.838.198	3.886.559	custo amortizado
Outros credores	outros passivos	1.964.677	5.036.296	custo amortizado
		<b>84.624.569</b>	<b>88.334.948</b>	

Apenas os Activos Financeiros (Clientes e Outros Devedores) apresentam perdas de imparidade, conforme evidenciado na Nota 14. Os ganhos e perdas em activos e passivos financeiros em 2012 e 2011 foram os seguintes:

	Ganho/ (Perda)	
	Dez-12	Dez-11
Contas a receber	-11.050	-232.375
Activos disponíveis para venda	-	-
Activos a custo amortizado	-	-
	<b>-11.050</b>	<b>-232.375</b>

Os juros de activos e passivos financeiros em 2012 e 2011 foram os seguintes:

	Juros	
	Dez-12	Dez-11
Contas a receber	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-
Passivos a custo amortizado	2.157.199	1.951.928
	<b>2.157.199</b>	<b>1.951.928</b>

## 28. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 13 de Abril de 2012 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,055 euros por acção (0,055 euros em 2011), correspondendo a um valor total de 990.000 euros para as acções em circulação (990.000 euros em 2011), tendo sido efectuado o pagamento em 11 de Maio de 2012.

## 29. FLUXOS DE CAIXA DECORRENTES DAS OPERAÇÕES

A desagregação dos fluxos de caixa da actividade operacional pode ser apresentada como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recebimentos de clientes	169.654.587	195.056.707
Pagamentos a fornecedores	-103.241.372	-112.133.112
Pagamentos ao pessoal	-47.620.023	-49.047.909
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento	-1.984.087	-3.355.057
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional (1)	<u>-2.047.145</u>	<u>-11.349.301</u>
<b>Fluxos de caixa gerados pelas operações</b>	<u>14.761.960</u>	<u>19.171.328</u>

(1) inclui, essencialmente, pagamentos à segurança social, Iva e relacionados com outros devedores e credores.

### 30. CONTINGÊNCIAS

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio (relativas a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 31 de Dezembro de 2012, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Garantias prestadas	119.091	74.091
Garantias bancárias	2.513.266	3.970.973

As garantias bancárias detalham-se, por tipo de cobertura, como segue:

<u>Concessões e rendas</u>	<u>Direcção Geral de Finanças e Recl. Processos Judiciais</u>	<u>Reclamações outros processos judiciais</u>	<u>Outros contratos fornecimento</u>
1.496.408	117.288	268.461	631.108

Edifícios e Outras Construções foram dados em garantia de empréstimos bancários no valor de 45.833 € (485.092 em 2011).

### 31. COMPROMISSOS

Não existem compromissos relativos a investimentos contratados na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras.

### 32. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A 31 de Dezembro de 2012, o Balanço e a Demonstração dos Resultados do empreendimento conjunto UQ Consult apresenta-se como segue:

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	436.206	783.466
Dívidas de terceiros	826.624	798.831
Caixa e equivalentes a caixa	62.548	14.851
Acréscimos e diferimentos	69.346	63.271
<b>Total do activo</b>	<u>1.394.724</u>	<u>1.660.419</u>
	<u>164.407</u>	<u>168.416</u>
<b>Capital Próprio</b>	<u>164.407</u>	<u>168.416</u>
Dívidas a terceiros curto prazo	1.109.572	1.416.433
Acréscimos e diferimentos	120.745	75.569
<b>Total do passivo</b>	<u>1.230.317</u>	<u>1.492.003</u>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>	<u>1.394.724</u>	<u>1.660.419</u>

	<u>Dez-12</u>	<u>Dez-11</u>
Proveitos operacionais	2.479.454	2.538.885
Custos operacionais	-2.422.616	-2.517.804
Custo de financiamento líquido	<u>-35.614</u>	<u>-17.242</u>
Resultado antes impostos	21.224	3.839
Imposto sobre o rendimento	<u>25.233</u>	<u>11.487</u>
Resultado líquido	<u>-4.009</u>	<u>-7.648</u>

A 31 de Dezembro de 2012, o valor global dos saldos e transacções do Grupo com o empreendimento conjunto UQ Consult foi de, respectivamente, 511.082 e 2.370.781 euros.

Os Fluxos de Caixa do empreendimento conjunto apresentam-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxo das actividades operacionais	385.179	223.234
Fluxo das actividades de investimento	-419.104	-413.790
Fluxo das actividades de financiamento	<u>-118.378</u>	<u>-17.242</u>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<u>-152.303</u>	<u>-207.798</u>

### 33. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As entidades que detêm uma participação qualificada, com mais de 10% de direitos de voto, no grupo são:

- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 1.400 acções
- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 1.400 acções
- Regard - SGPS, SA - 99.927 acções
- ATPS - SGPS, SA – 786.432 acções
- IES - SGPS, SA – 9.998.000 acções

Após consideração do montante referente às acções próprias, os restantes 35% encontram-se dispersos.

Os saldos e transacções com entidades relacionadas não são materialmente relevantes, excepto quanto ao abaixo referido.

#### **Remuneração e Benefícios atribuídos a administradores:**

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. prestou serviços de administração e gestão ao grupo, tendo recebido da participada Ibersol Restauração, S.A., por tais serviços, a quantia de 756.034 euros no ano de 2012 (756.034 em 2011). Entre as obrigações

da ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração.

#### 34. IMPARIDADES

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2012 e 2011, na rubrica perdas de imparidade de activos foram os seguintes:

	Saldo inicial	Transferência	2012		Imparidade do ano	Reversão imparidade	Saldo final
			Abates bens c/ imparidade				
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	5.553.870	-1.568	-1.354.643		1.394.342	-44.110	5.547.892
<b>Goodwill</b>	1.861.678	-	-		-	-	1.861.678
<b>Activos Intangíveis</b>	791.079	1.568	-		245.113	-	1.037.760
<b>Existências</b>	74.981	-	-		-	-	74.981
<b>Outros activos correntes</b>	1.062.787	-	-		47.296	-36.246	1.073.837
	<b>9.344.395</b>	<b>-</b>	<b>-1.354.643</b>		<b>1.686.751</b>	<b>-80.356</b>	<b>9.596.148</b>

	Saldo inicial	Anulação	Reclassificações	2011		Imparidade do ano	Reversão imparidade	Saldo final
				Abates bens c/ imparida				
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	4.273.772	-	-161.356	-847.910		2.430.292	-140.927	5.553.870
<b>Goodwill</b>	1.861.678	-	-	-		-	-	1.861.678
<b>Activos Intangíveis</b>	357.515	-	-221.802	-		711.586	-56.221	791.079
<b>Existências</b>	74.981	-	-	-		-	-	74.981
<b>Outros activos correntes</b>	678.030	-126.902	279.284	-		246.825	-14.450	1.062.787
	<b>7.245.975</b>	<b>-126.902</b>	<b>-103.874</b>	<b>-847.910</b>		<b>3.388.703</b>	<b>-211.597</b>	<b>9.344.395</b>

#### 35. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

a) Os impactos da adopção das normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2012, são os seguintes:

##### Normas:

- **IFRS 7** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. [Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol].

b) Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2012 ou em data posterior:

##### Normas:

- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. [Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol].

- **IAS 12** (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. [Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol].

- **IAS 19** (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não transferida para um fundo. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

- **Melhorias às normas 2009-2011**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013. Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. O processo de melhoria anual de 2009-2011 afeta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. [Estas melhorias serão adotadas pela Ibersol, quando aplicáveis, excepto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS].

- **IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS [Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol].

**IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração visa esclarecer como é que as entidades que adoptam as IFRS pela primeira vez devem contabilizar um empréstimo do governo com uma taxa de juro inferior à taxa de mercado. Também introduz uma isenção à aplicação retrospectiva, semelhante à atribuída às entidades que já reportavam em IFRS, em 2009. [Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol por já aplicar as IFRS].

- **IFRS 10** (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. [A Ibersol aplicará a IFRS 10 no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

- **IFRS 11** (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações associados aos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. [A Ibersol aplicará a IFRS 11 no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

• **IFRS 12** (novo) – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

• **Alteração à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12** – ‘Regime de transição’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. Esta alteração clarifica que, quando da aplicação da IFRS 10 resulte um tratamento contabilístico de um investimento financeiro diferente do seguido anteriormente, de acordo com a IAS 27/SIC 12, os comparativos têm de ser reexpressos mas apenas para o período comparativo anterior, e as diferenças apuradas, à data de início do período comparativo, são reconhecidas no capital próprio. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

• **Alteração à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27** – ‘Entidades gestoras de participações financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. Esta alteração inclui a definição de Entidade gestora de participações financeiras e introduz o regime de exceção à obrigação de consolidar, para as Entidades gestoras de participações financeiras que qualifiquem como tal, uma vez que todos os investimentos serão mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

• **IFRS 13** (novo) – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor e constituir a única base dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal a todas as IFRSs. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

• **IAS 27** (revisão 2011), ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

• **IAS 28** (revisão 2011), ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

• **IFRS 7** (alteração), ‘Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração é parte do projecto de “compensação de activos e passivos” do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de activos e passivos) não contabilizados, os activos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

• **IAS 32** (alteração) ‘Compensação de activos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração é parte do projecto de “compensação de activos e passivos” do IASB a qual clarifica a expressão “deter actualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

- **IFRS 9** (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados. [A Ibersol aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva].

#### **Interpretações:**

- **IFRIC 20** (nova), Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina a céu aberto, como um activo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extracção imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidade adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. [Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol].

Não estimamos que estas alterações tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios futuros.

#### **36. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não existem acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2012 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

#### **37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 1 de Abril de 2013.

## **Aos Senhores Acionistas da Ibersol SGPS, SA**

Nos termos das normas legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre a sua ação fiscalizadora desenvolvida no exercício social de 2012, bem como sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2012.

### **Atividade Fiscalizadora**

O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências e nos termos do respetivo mandato, acompanhou a atividade desenvolvida pela sociedade e das suas participadas recebendo para o efeito informação do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

Ao longo exercício foram realizadas reuniões trimestrais do Conselho Fiscal, com a presença de todos os seus membros, onde foram analisadas as matérias sujeitas às suas competências.

Nas reuniões do Conselho Fiscal estiveram presentes, o Revisor Oficial de Contas e o auditor externo, Pricewaterhouse Coopers & Associados- SROC, os quais propuseram ao Conselho Fiscal, e deste obtiveram a anuência, quanto ao plano da sua atividade fiscalizadora, incluindo a destinada a: apurar a eficácia do sistema de gestão de risco, do controlo interno e da auditoria interna, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e respetivas políticas contabilísticas, bem como os critérios valorimétricos, a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte e, ainda, a verificação de bens e valores pertencentes à sociedade. Ao longo do exercício, o Revisor Oficial de Contas e o Auditor Externo prestaram ao Conselho Fiscal informações detalhadas sobre as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas.

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, de quem recebeu informação sobre a evolução da atividade social e demais esclarecimentos destinados à apreciação do conteúdo da informação financeira elaborada por aquele órgão de gestão, em momento anterior à sua divulgação.

O Conselho Fiscal não registou constrangimentos no exercício da sua atividade.

O Conselho Fiscal não recebeu participação de ocorrência ou denúncia de qualquer irregularidade por parte de acionistas, colaboradores da sociedade, auditor externo ou de outros.

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão da atividade e independência do auditor externo e do revisor oficial de contas, sendo de parecer que foram observadas as práticas recomendadas.

O Conselho Fiscal pronunciou-se favoravelmente pela prestação, pelo auditor externo, de serviços adicionais aos de auditoria, na medida em que considerou estar salvaguardada a sua independência, ser a respetiva contrapartida remuneratória enquadrada nas condições do mercado e, para além disso, ser do interesse da sociedade beneficiar dos conhecimentos e da pontualidade assegurada na prestação daqueles serviços. O valor dos serviços adicionais aos de auditoria não ultrapassou trinta por cento do valor global dos serviços prestados.

Não foram reportadas ao Conselho Fiscal, por inexistentes, quaisquer transações entre a sociedade e acionistas ou partes relacionadas, na aceção da Recomendação da CMVM IV.1.2, que devessem ser submetidos ao seu parecer prévio por atingirem o nível de relevância estabelecido por este órgão.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, individual e consolidado, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos, incluindo o Relatório de Governo da Sociedade, relativos ao exercício de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e respetivo Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, tendo igualmente analisado o Relatório de Auditoria apresentado pela Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade integrado no Relatório de Gestão, em cumprimento do disposto no nº 5 do Artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, recaindo a sua análise na inclusão, naquele Relatório de Governo, dos elementos referidos no Artº 254º-A do Código dos Valores Mobiliários.

## **Parecer**

Face à análise realizada, é parecer do Conselho Fiscal que se encontram reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidados, relativas ao exercício social de 2012, com os respetivos anexos, nomeadamente o Relatório de Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão e Contas consolidadas;
- a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

## **Declaração**

Nos termos previstos na al.c) do nº1 do artº 245º do Código dos Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento e perante os elementos a que tivemos acesso, a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis,

dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 5 de Abril de 2013

O Conselho Fiscal

---

Luzia Leonor Borges Gomes Ferreira

---

Joaquim Alexandre de Oliveira Silva

---

António Maria de Borda Cardoso

# ***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada***

## ***Introdução***

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Ibersol, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 223.982.513 euros e um total de capital próprio de 116.599.331 euros, o qual inclui Interesses não controlados de 4.680.545 euros e um resultado líquido de 2.513.579 euros), a Demonstração Consolidada do Rendimento integral, a Demonstração Consolidada das alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

## ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no Capital Próprio Consolidado e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a

---

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
*o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal*  
*Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, [www.pwc.com/pt](http://www.pwc.com/pt)*  
*Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### ***Opinião***

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Ibersol, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2012, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no Capital Próprio Consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### ***Relato sobre outros requisitos legais***

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

5 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.